

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
GERÊNCIA REGIONAL DE BRASÍLIA  
ESCOLA DE GOVERNO FIOCRUZ BRASÍLIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE  
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE**

**VALDENISE BARRETO DE ALMEIDA**

**A REVISTA TRAÇOS E A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA  
PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: PERSPECTIVAS SOBRE O  
TRABALHO DO PORTA-VOZ DA CULTURA**

**BRASÍLIA**

**2021**

**VALDENISE BARRETO DE ALMEIDA**

**A REVISTA TRAÇOS E A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA  
PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: PERSPECTIVAS SOBRE O  
TRABALHO DO PORTA-VOZ DA CULTURA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Saúde da Escola de Governo Fiocruz Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas em Saúde.

Linha de Pesquisa: Saúde e Justiça Social.

Orientadora: Dra. Maria Fabiana Damásio

**BRASÍLIA**

**2021**

Catálogo na Fonte  
Escola Fiocruz do Governo  
Biblioteca

A-447a Almeida, Valdenise Barreto de.

A revista traços e a geração de trabalho e renda para pessoa em situação de rua: perspectiva sobre o trabalho porta-voz da cultura / Valdenise Barreto de Almeida. Brasília, 2021.

114 f.: il.

Orientadora Prof. Dra. Maria Fabiana Damásio Passos.

Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde) -  
Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, DF.

1. População de rua. 2. Trabalho. 3. Saúde. 4. *Street papers* I. Almeida, Valdenise Barreto de. II. FIOCRUZ Brasília. III. Título.

CDD 614.072

Valdenise Barreto de Almeida

**A Revista Traços e a Geração de Trabalho e Renda Para Pessoas em Situação de Rua:  
Perspectivas Sobre o Trabalho do Porta-Voz da Cultura.**

Dissertação apresentada à Escola de Governo  
Fiocruz como requisito parcial para obtenção  
do título de mestre em Políticas Públicas em  
Saúde, na linha de pesquisa Saúde e Justiça  
Social.

Aprovado em 30/07/2021.

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_

Dra. Maria Fabiana Damásio Passos. Orientadora - Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Brasília

  
\_\_\_\_\_

p/ Dr. Armando Martinho Bardou Raggio - Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília

  
\_\_\_\_\_

p/ Dra. Muna Muhammad Odeh - Universidade de Brasília - UnB

  
\_\_\_\_\_

p/ Dr. Marcelo Pedra Martins Machado - Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa a realização de um sonho antigo: cursar um mestrado. Não imaginei que seria na área da saúde, em Brasília e na Fiocruz. Dessa maneira, a jornada da vida foi surpreendente e generosa comigo. Há muita gratidão.

Quero agradecer aos meus pais, Valdecir e Elenice, que me prepararam aos desafios da vida. Ao meu pai, em especial, agradeço o apoio incondicional, por ter estimulado e incentivado o amor pelos estudos.

À minha irmã, por sempre apoiar os meus sonhos e torcer, de coração, por esta conquista. Gratidão também pela disponibilidade em ser a revisora deste trabalho, por saber manter meu texto coerente com as minhas intenções.

Ao Felipe, meu companheiro, por todo afeto, apoio, parceria e compreensão. Os desafios ficam mais leves com a sua presença em minha vida.

Aos queridos amigos - Débora, Lara, Marizania, João Pedro e Rayane - que sempre desprenderam palavras positivas, de ânimo. Também ouviram, inúmeras vezes, a respeito da construção desta pesquisa e, ainda, foram responsáveis por momentos de descontração.

Agradeço aos colegas da turma do mestrado, pois foram uma importante rede de apoio durante todo o processo - em especial - Ana Paula, por não soltar a minha mão, pelo auxílio diversas vezes durante o percurso e por ter se tornado uma amiga especial.

Agradeço à querida professora Kátia Souto, que esteve disponível para discutir o meu tema, contribuir com valiosas bibliografias e auxiliar no que fosse preciso. Sua ajuda foi de grande valia para a construção deste trabalho.

Agradeço às minhas terapeutas: Marcela Prata, Taniele Moraes e Lara Rizerio. Obrigada de coração, pelo olhar de cuidado diante das aflições que a vida trouxe à tona. Este trabalho também é parte do que fizeram por mim!

A todas as professoras e professores, que contribuíram para a expansão do meu conhecimento, especialmente, aos estimados professores os quais fizeram parte da banca de qualificação: Dra. Mariella de Oliveira e Dr. Reginaldo Guiraldelli; bem como aos nobres professores que compõe esta banca de defesa: Dra. Muna Odeh, Dr. Armando Raggio e Dr. Marcelo Pedra, pelos quais cultivo enorme admiração.

Ao Observatório de Saúde Mental – OBSAM / Universidade de Brasília (Unb), por ter me proporcionado ser bolsista, bem como viabilizado a participação em um projeto

de extensão tão incrível, o qual oportunizou vivências inesquecíveis no âmbito profissional e pessoal.

Agradeço aos participantes de pesquisa, por intermédio da participação e confiança de cada um foi possível enriquecer a narrativa deste trabalho. Aos Porta-Vozes da Cultura, toda a minha admiração e respeito.

Agradeço à Hellen Vaz, pela disponibilidade, torcida e por contribuir com materiais e bibliografias acerca da revista Traços.

À Dra. Fabiana, que aceitou ser a minha orientadora, mostrou-se compreensiva com a mudança do tema, sanou as dúvidas que permearam esta jornada de aprendizado e crescimento intelectual. Cabe destacar, ainda, todos os apontamentos enriquecedores efetuados, a paciência nos momentos decisivos e o compartilhamento da ampla experiência ao longo da realização deste trabalho.

É doloroso mas necessário afirmar que a pandemia esfregou na nossa cara o quanto somos omissos quando nos permitimos viver em um mundo com tamanho abismo social. Em que uma maioria ainda silenciosa trabalha para manter os privilégios de uma minoria, em grande parte, insensível e cega para essa situação. A consequência disso está aí. Pretos e pobres morrem mais, de polícia e de Covid.

**André Noblat**

## RESUMO

O desemprego é um dos fatores que ocasiona o aumento de pessoas em situação de rua, motivo pelo qual oportunidades que possibilitam a inclusão deste grupo populacional no mercado de trabalho contribuem com a conquista da autonomia, a melhora na saúde física e mental, a transformação social, bem como a superação desta situação. Nessa conjuntura, este trabalho traz a experiência da Revista Traços - no Distrito Federal - considerada um dos *street papers* brasileiro (primeiro termo utilizado para jornais de rua), em que pessoas em situação de rua, denominados de Porta-Vozes da Cultura, comercializam a revista em diferentes lugares estratégicos da cidade. O conteúdo da revista possui foco na cultura e constitui um meio de geração de renda, de transformação da realidade deste grupo populacional. Nessa ordem de ideais, este estudo efetua uma reflexão a respeito dos limites e das possibilidades de trabalho, como Porta-Voz da Cultura da revista Traços - para o grupo populacional em estudo - no Distrito Federal. O objetivo geral desta pesquisa consiste na análise do trabalho dos Porta-Vozes da Cultura da revista Traços e as repercussões na promoção da saúde, na conquista da autonomia, assim como na geração de renda. O percurso metodológico perpassa a pesquisa documental, de natureza qualitativa, bem como a realização de entrevistas com Porta-Vozes da Cultura e com a gestora da Traços. No que se refere aos resultados da pesquisa, observou-se o trabalho no qual os Porta-Vozes estão inseridos, as características do trabalho autônomo, temporário, bem como quais os efeitos para a saúde e para a mudança de realidade. Em suma, ficou evidente a importância do trabalho na vida das pessoas em situação de rua, seja pela inclusão social, seja pelo ganho de autoestima, seja pela superação dos desafios que permeiam a jornada diária desta população.

Palavras-Chave: população em situação de rua, *street papers*, trabalho, saúde.

## ABSTRACT

Unemployment is one of the factors that increases the number of homeless people, which is why opportunities that enable the inclusion of this population group in the market contributes to the achievement of autonomy, to the improvement in their physical and mental health, to social transformation, as well as to overcome this situation. At this juncture, this study brings the experience of Traços Magazine - in the Federal District - considered one of the *Brazilian street papers* (first term used for street newspapers), in which homeless people, called spokespersons of culture, markets the magazine in different strategic places of the city. The content of the journal focuses on street culture and constitutes means of generating income that changes the reality of this population group. In this way, this study discusses on the limits and possibilities of working as Spokesperson of Culture at the journal Traços - for the population group object of this study - in the Federal District. The general objective of this research is to analyze the work of the Spokespersons of Culture of the journal Traços and its repercussions on health promotion, conquest of autonomy, as well on income gain. The methodological path permeates the documental research of qualitative nature, as well as the conduct of interviews with Spokespersons of Culture and with the manager of Traços. Regarding the results, it was observed the conditions of work that the spokespersons are inserted, the characteristics of the autonomous and temporary job, its effects on health and its contribution for the change of their reality. It was evident the importance of work in the lives of homeless people, either because of social inclusion, the gain of self-esteem, or the possibility to overcome the challenges that permeate the daily journey of this population.

Keywords: homeless people, *street papers*, work, health.

## LISTA DE SIGLAS

CAPS AD - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas  
CCBB – Centro Cultural Banco do Brasil  
CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
Codeplan -Companhia de Planejamento do Distrito Federal  
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social  
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
DF – Distrito Federal  
Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz  
GDF - Governo do Distrito Federal  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INSP - International Network Street Papers  
IPEA - Instituto de Pesquisa Estatística Aplicada  
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social  
MEI - Microempreendedor individual  
MNPR - Movimento Nacional da População em Situação de Rua  
OMS - Organização Mundial de Saúde  
PSR – Pessoa em Situação de Rua  
RAPS - Rede de Atenção Psicossocial  
SUS – Sistema único de Saúde  
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso  
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido  
UNFPA -Fundo de População das Nações Unidas

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Imagem 1 – Boca de Rua n. 76.

Imagem 2 – Aurora da Rua n. 73.

Imagem 3 – O Trecheiro n. 213.

Imagem 4 – Ocas n. 123.

Imagem 5 – Traços n. 40.

Imagem 6 – Traços n. 1, Rio de Janeiro.

Imagem 7 – Traços n. 1, Brasília.

Imagem 8 – Traços n. 47.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Dados divulgados, pela revista Traços, acerca do Porta-Voz da Cultura.....	51
<b>Quadro 2</b> – Perfil sociodemográfico do Porta-Voz da Cultura.....	67

## SUMÁRIO

ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	14
OBJETIVOS	20
Objetivo Geral	20
Objetivos Específicos	20
Capítulo 1: O trabalho no contexto de rua	22
1.1. Os sentidos do trabalho e lugar na sociedade	22
1.2. O trabalho e o fenômeno população em situação de rua	24
1.3. Características gerais do trabalho no contexto de rua	31
Capítulo 2: O trabalho dos <i>street papers</i> para a população de rua	36
2.1 A história dos <i>street papers</i>	36
2.2. O caso da revista Traços em Brasília	45
2.3. Apresentando Brasília ao leitor	48
2.4. Os Porta-Vozes da Cultura	50
2.5. A geração de renda, ganho de autonomia e saúde	53
Capítulo 3: Percurso metodológico	60
Capítulo 4: Resultados e discussões	67
4.1. O trabalho do Porta-Voz da Cultura da Revista Traços	69
4.1.1. A revista Traços e a geração de renda para pessoas em situação de rua ou extrema vulnerabilidade social	82
4.2. Trabalho do Porta-Voz da Cultura como promotor de saúde	88
4.3. A autonomia do Porta-Voz da Cultura para o mundo do trabalho e renda	93
REFERÊNCIAS	101
Apêndices	107
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA A ENTREVISTA COM PORTA-VOZ DA CULTURA (TCLE)	107
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA A ENTREVISTA COM GESTOR OU FUNDADOR DA TRAÇOS (TCLE)	109
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PORTA-VOZ DA CULTURA	111
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM GESTOR	112

## INTRODUÇÃO

A população em situação de rua (PSR) representa, no Brasil, pouco mais de 220 mil pessoas, de acordo com nota técnica<sup>1</sup> do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) <sup>(1)</sup>. O mencionado fato requer atenção do Estado para as necessidades sociais, principalmente por meio de políticas públicas para este grupo populacional.

O grande número de pessoas vivendo em situação de rua é decorrente do agravamento das questões sociais existentes no país. Segundo o Ministério da Saúde <sup>(2)</sup>, muitos são os fatores que contribuíram para esta situação e seu crescimento, entre eles: a acelerada “urbanização ocorrida no século 20, a migração para grandes cidades, a formação de grandes centros urbanos, a desigualdade social, a pobreza, o desemprego, o preconceito da sociedade com relação a esse grupo populacional e, muitas vezes, a ausência de políticas públicas” <sup>(2:8)</sup>.

Assim, a população em situação de rua é vista pela sociedade, de maneira geral, como um grupo indesejável. A sociedade, em geral, tende a não se sentir à vontade dividindo o mesmo espaço com esse grupo, pois costuma ter medo quando localiza alguém em situação de rua na frente de casa; comerciantes, por sua vez, ficam receosos que tal população possa afastar clientes.

Consoante Paiva et al. <sup>(3:3)</sup>, afirmam que, mesmo que existam muitas pessoas vivendo na rua, “quando organizadas, preferem a denominação de ‘pessoas em situação de rua’, visando caracterizar o princípio da transitoriedade desse processo de absoluta exclusão social, ainda que, no fundo, saibam que sair da rua não é tão simples”.

A falta de moradia convencional não é o único problema que assola as pessoas que integram esse grupo. De acordo com Carneiro, Jesus, Crevelim apud Hino, Santos e Rosa<sup>(4:3)</sup> “essa situação incide no comprometimento de outros fatores socioeconômicos importantes, como a identidade, a segurança, o bem-estar físico e emocional, o sentimento de pertencimento e as raízes.”

Dito isso, em 2009, cabe ressaltar que foi instituída a Política Nacional para População em Situação de Rua, assim como o movimento de População em situação de Rua, que passou a existir no século XXI <sup>(2)</sup>. Nessa ordem de ideias, conforme o Ministério da Saúde <sup>(2:9)</sup>, ainda que “existissem ações do Estado e da sociedade civil visando essa população, pode-se afirmar

---

<sup>1</sup> A nota técnica 73 apresenta a estimativa da população em situação de rua no Brasil em todo o período que vai de setembro de 2012 a mar. 2020.  
Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35812](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35812)>.  
Acesso em: 18 jul.2021.

que esses atores agiam quase sempre com uma ótica assistencialista ou até com políticas higienistas.”

Dessa forma, o reconhecimento dessas pessoas como participantes de direitos é recente e encontra resistência por parte da sociedade para enxergá-los como cidadãos. Consoante Paiva et al. <sup>(3:2)</sup>, o fenômeno da população de rua foi abordado, historicamente, “por mendicância, vadiagem ou indigência. Na contemporaneidade, de tempos em tempos, eclodem ações de violência contra a PSR, como uma espécie de limpeza das cidades, que expulsam essa população para espaços invisíveis”.

Diante desse cenário, o Estado (de acordo com Paiva et al. <sup>(3:2)</sup>) utiliza-se de:

(...) forças opressoras para punir as pessoas que não se enquadram na lógica do capital – mercado e consumo: nas ações de fiscalização, nas áreas públicas, leva os poucos pertences desse público, seus filhos, documentos, desmonta seus barracos precários, dificultando a existência da PSR e intensificando ainda mais a situação de vulnerabilidade.

Portanto, o fato de os indivíduos irem para as ruas representa o rompimento com as formas sociais, em regra aceitas para garantir a sobrevivência conforme o mercado, em que, por meio do trabalho, é possível prover as necessidades inerentes ao ser humano, como alimentação e moradia <sup>(3)</sup>.

Por certo, “viver na rua é romper com o mercado e seu estilo de vida, o que não significa a eliminação total do trabalho ou o impedimento à subsistência, mas o desenvolvimento de novos códigos, de formas específicas de garantia da sobrevivência” <sup>(3:6)</sup>.

Nesse contexto, algumas ações e iniciativas apresentam possibilidades de transformação da realidade em que se encontra a PSR, proporcionando visibilidade e trabalho a esses participantes. Destacam-se os *street papers*, primeiro termo utilizado para jornais de rua.

Segundo Haddad, 2007, *street paper*, é um movimento de jornais ou revistas autônomas estreado nos Estados Unidos (1989) e, posteriormente, também permeou à Europa. Os exemplares são vendidos e em alguns casos, produzidos pelas pessoas em situação de rua, funcionando como importante ferramenta que pode possibilitar a inclusão social e econômica de pessoas em situação de rua.

Logo, ocupando um lugar na contramão, os diversos “*street papers*” viabilizam o protagonismo dos atores sociais, os quais se encontram em situação de rua. Convém mencionar que a *International Network Street Papers (INSP)*<sup>2</sup> é a organização que realiza pesquisas e reúne os jornais de rua em todo o mundo, contemplando mais de 100 jornais de rua em 35 países,

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://insp.ngo/who-we-are/our-story/>>. Acesso em: 06 maio 2021.

publicados em 25 idiomas. A sede da referida organização fica na Escócia e agrupa jornais e revistas vendidos por populações em situação de risco.

Ressalta-se, nessa conjuntura, que para fazer parte da INSP é preciso cumprir critérios<sup>3</sup> estabelecidos pela rede, dentre eles: ser associação autônoma, ter liberdade e independência editorial em relação ao Estado ou a outra organização, oferecer auxílio psicológico e profissional para reintegração social dos vendedores, ter idade superior a 18 anos para participar de um projeto, o preço da revista vir estampado na capa e, pelo menos 50% do valor do comércio da revista, ficar com o vendedor.

O Brasil conta com 5 papéis de rua<sup>4</sup>, sendo eles: O Trecheiro (São Paulo), Boca de Rua (Rio Grande do Sul), Ocas (São Paulo e Rio de Janeiro), Aurora da Rua (Bahia) e Traços (Distrito Federal e Rio de Janeiro). O trabalho realizado por cada um, independente de peculiaridades, prioriza pautas de cunho social, cultural, assim como produz um jornalismo a serviço da população em situação de rua, o qual valoriza os integrantes deste grupo populacional, contando suas histórias, mostrando a arte produzida, bem como os espaços ocupados.

Outrossim, em alguns papéis de rua, as pessoas que se encontram em situação de rua também auxiliam na produção e escolha de pautas para a publicação. Dessa maneira, por intermédio da comercialização do jornal de rua local ou revista, possibilita-se a geração de renda, além da redução do contexto de dificuldade econômica e social.

Assim - dentre os papéis de rua brasileiro - esta pesquisa será orientada pelo estudo sobre o projeto social editorial da revista Traços, o qual é desenvolvido pela Traços (Associação Traços de Comunicação e Cultura), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Destaca-se, ainda, que o direcionamento da pesquisa será para o trabalho do Porta-Voz da Cultura da revista Traços e a incidência na vida da população em situação de rua.

A revista escolhida como objeto de estudo apresenta como diferencial o foco do seu conteúdo em cultura e um espaço de destaque e protagonismo para pessoas em situação de rua, chamados de “Porta-Vozes da Cultura”, os quais são os responsáveis pela venda da revista em diferentes lugares estratégicos do Distrito Federal.

A revista Traços, dessa maneira, produz um conteúdo que aborda a diversidade cultural, o conhecimento de histórias de vida de pessoas em situação de rua, assim como possibilita a ressocialização dessa população, com foco na geração de renda e na conquista da autonomia

---

<sup>3</sup> Critérios da INSP para adesão de membros. Disponível em: < <https://insp.ngo/get-involved/insp-membership-criteria/>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

<sup>4</sup> Disponível em: < <http://aurora.asasalvador.org.br/2015/09/03/jornal-boca-de-rua/>>. Acesso em: 06 maio 2021.

por esses participantes. Contribui, dessa forma, com a justiça social, por meio deste mecanismo de trabalho que propõe - ainda que com uma pequena parcela da população em situação de rua do Distrito Federal - a redução das desigualdades sociais geradas pelo mercado de trabalho e pelo capitalismo.

O conteúdo da revista é dividido em partes, com pautas relacionadas a questões culturais de Brasília, com espaço, por exemplo, para valorização do trabalho de artistas locais. Outra seção da Traços é denominada 3×4 e representa um local de destaque para narrativa de pessoas que estão em situação de rua ou que já vivenciaram esse contexto. Com efeito, em matérias especiais da revista, o retrato é sobre a vida e trajetória de algum Porta-Voz da Cultura, o que também é um incentivo interno para motivá-los, bem como para reforçar que integram o projeto, não apenas como vendedores, mas também como protagonista. A edição da revista, atualmente, é bimestral e financiada pela Lei de Incentivo à Cultura do Distrito Federal (DF)<sup>5</sup>. Os vendedores da revista são identificados com coletes em bares, restaurantes, pontos comerciais e eventos culturais.

De acordo com André Noblat<sup>6</sup>, a pessoa em situação de rua que procura a Traços necessita de oportunidade de fazer parte de uma comunidade, de uma cidade que ainda insiste em não as enxergar como pessoas e participantes de direitos, contribuindo com a permanência do estigma e da manutenção da invisibilidade.

Nesse viés, conforme Noblat, o medo e o preconceito não permitem que o mercado formal de trabalho ofereça a oportunidade necessária para a inclusão, na sociedade, do grupo em estudo. Desse modo, questões relacionadas ao trabalho tornam-se determinantes no processo de viver nas ruas como:

(...) competição acirrada do mercado de trabalho, fragilização dos vínculos trabalhistas pela não qualificação profissional, inserção em atividades produtivas com grande potencial de substituição e com rendas limítrofes para a subsistência, estigmatização pelas posições de trabalho que ocupam e desemprego (GHIRARDI et al. apud PAIVA et al.)<sup>(3:6)</sup>.

Diante dessa realidade, a PSR, assim como uma grande parte da população brasileira, encontra-se, muitas vezes, sem possibilidade de inclusão no modo de produção capitalista, o que contribui, diretamente, para o aumento da desigualdade social.

---

<sup>5</sup> Lei n. 5.021, de 22 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/LEI-N%C2%BA-5.021-DE-22-DE-JANEIRO-DE-2013.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

<sup>6</sup> Disponível na seção “Poucas e Boas” da edição n. 25 (abril/2018) da Revista Traços.

Assim, em meio a tantos desafios e contradições descritas, projetos como o da revista Traços surgem para complementar as ações do Estado e contribuir para um novo lugar social para esses participantes.

Sendo assim, a partir de estudos prévios a respeito de experiências produtivas inclusivas com geração de trabalho e renda para população em situação de rua e sobre os diferentes *street papers* brasileiros, a presente pesquisa parte da hipótese que o trabalho como Porta-Voz da Cultura, por meio da venda da revista Traços, constitui-se uma experiência de geração de renda para a população em situação de rua, a qual contribui com aspectos sociais, bem como relacionados à saúde deste grupo. No entanto, sem negligenciar que há limites impostos pelo contexto social brasileiro e pelas características peculiares deste grupo populacional.

Dessa forma, o processo de trabalho no qual o Porta-Voz da Cultura está inserido é extremamente importante para abarcar aspectos pertinentes à geração de renda, à conquista da autonomia e à promoção da saúde para este grupo populacional. No que diz respeito ao trabalho, cabe mencionar que pode ser também um:

(...) momento privilegiado de exercício de capacidades, de manifestação ativa dos indivíduos e, por isso, podemos dizer que a realização em si dessas individualidades é também um objetivo de todo trabalho <sup>(5: 7)</sup>.

Ante o exposto, considerando a trajetória das políticas sociais já existentes para população em situação de rua, a dificuldade da absorção de pessoas em situação de rua pelo mercado de trabalho e a complexidade das demandas e questões apresentadas por este grupo populacional, este estudo possui como objeto de análise o trabalho do Porta-Voz da Cultura da revista Traços e as suas repercussões na vida da população em situação de rua.

O ponto de partida da pesquisa consiste em responder o seguinte questionamento: quais são os limites e as possibilidades do trabalho como Porta-Voz da Cultura da revista Traços para a população em situação de rua? Nesse sentido, prossegue-se com o desenvolvimento da resposta para a seguinte questão: de que maneira a Revista Traços promove autonomia, geração de trabalho e renda?

A relevância do estudo em questão está em agregar conhecimento acerca da geração de trabalho e renda para pessoas que estão ou já vivenciaram a situação de rua, por meio da inserção em um projeto social - com a venda da revista Traços - considerado o primeiro *street papers* no cenário brasiliense.

A iniciativa da revista, para Freitas <sup>(6)</sup>, ao colaborar para a geração de trabalho e renda das pessoas em situação de rua, em Brasília, acaba impactando diretamente em outras questões deste grupo populacional, como na saúde, visto que - após a oportunidade na Traços - passam

a ter condições de sair da situação de rua, deixar de lado benefícios sociais, bem como passam a ter condições de se alimentar melhor, além de reduzir ou interromper o uso de drogas.

Embora a Traços seja uma iniciativa privada, o estudo relacionado à inclusão social, através do trabalho e do reconhecimento desses participantes, com perspectiva de novos projetos e trajetórias de vida, assim como o fato de atuar também como intermediária para o processo de saída das ruas, pode interferir também em alguma medida na saúde e na qualidade de vida dos Porta-Vozes da Cultura, o que torna as ações e os efeitos do trabalho para este segmento populacional um conteúdo que pode ser estudado, sistematizado e também replicado.

Ademais, analisar o trabalho dos Porta-Vozes da Cultura coopera diretamente com um olhar diferenciado das políticas públicas para pessoas em situação de vulnerabilidade, bem como viabiliza a criação de políticas para quem já se encontra na rua, a fim de fortalecer, por exemplo, a promoção da saúde e a conquista da autonomia por esses participantes. Em suma, pode-se agregar, diretamente, no campo da saúde e da transformação social.

Dessa maneira, destaca-se que existem estudos sobre os demais jornais de rua do Brasil, mas uma escassez de estudo científico sobre a experiência da revista Traços. Em outras palavras, há uma carência de publicações que descrevam como foi a criação da revista, bem como retratem o trabalho desenvolvido, enquanto um veículo de comunicação, o qual oportuniza a geração de trabalho e renda para população de rua; levando, por consequência, à reinserção social deste segmento.

Também são exíguas as publicações sobre o trabalho dos Porta-Vozes da Cultura e seus efeitos na população em situação de rua. Ou seja, as referências disponíveis - na maioria - são de mídia digital, principalmente, em mídias sociais e sítio da Revista Traços.

Mostra-se imprescindível, por consequência, citar a motivação para estudar a temática. A origem do desejo de estudar o assunto advém da participação no grupo de pesquisa “População em situação de rua (PSR) - políticas públicas e dispositivos”, da Fiocruz Brasília, coordenado pela Dra. Maria Fabiana Damásio e pelo Dr. Marcelo Pedra.

O objetivo do grupo referido consiste em estudar os distintos processos relacionados à situação de rua, as implicações no campo das políticas públicas, nos campos da promoção de saúde, cuidado e proteção social; além de estabelecer estratégias de interação com as questões dos campos mencionados.

Ao acompanhar as discussões sobre a revista Traços e a construção de um instrumental de avaliação de autonomia do Porta-Voz da Cultura - desenvolvido pela equipe da mencionada revista, em parceria com o grupo de pesquisa - surgiu a motivação para aprofundar os estudos

sobre o trabalho do Porta-Voz da Revista Traços e as suas repercussões para as pessoas em situação de rua.

Portanto, para conhecer melhor a realidade do trabalho realizado pelo Porta-Voz da Cultura e sobre a revista Traços, foram realizadas cinco entrevistas, sendo quatro delas com Porta-Vozes da Cultura e uma com membro da Gestor da Traços.

Para apresentar os resultados do estudo, este trabalho foi elaborado em quatro capítulos. O primeiro capítulo, aborda o trabalho no contexto de rua; a população em situação de rua e a relação com o trabalho, bem como as características do trabalho nesse cenário.

O segundo capítulo, está voltado para os *street papers* como ferramenta de trabalho para a população em situação de rua, em especial, para a apresentação da Revista Traços e dos Porta-Vozes da Cultura. O terceiro capítulo, contempla o percurso metodológico da pesquisa.

Em seguida, o quarto capítulo abrange o exame dos dados coletados na pesquisa de campo. Por último, foram elaboradas as considerações finais.

## **OBJETIVOS**

### **Objetivo Geral**

Analisar o trabalho dos Porta-vozes da Cultura da revista Traços e suas repercussões para a promoção da saúde, a conquista da autonomia e a geração de trabalho, bem como de renda para as pessoas em situação de rua.

### **Objetivos Específicos**

- Caracterizar o trabalho dos Porta-Vozes da Cultura;
- Analisar os mecanismos de geração de renda proporcionados pelo trabalho;
- Compreender os efeitos deste trabalho para a saúde da população em situação de rua;
- Analisar se a geração de trabalho e renda viabilizada pela revista Traços pode interferir em alguma medida na saúde dos Porta-Vozes da Cultura.

## **Capítulo 1**

### **O trabalho no contexto de rua**

## CAPÍTULO 1: O TRABALHO NO CONTEXTO DE RUA

Neste capítulo, localiza-se a discussão sobre os sentidos do trabalho e o local que ocupa na sociedade. Além disso, será abordada a relação do fenômeno população em situação de rua com o trabalho, o que justifica o aprofundamento do estudo acerca das características gerais do trabalho no contexto de rua.

### 1.1. Os sentidos do trabalho e lugar na sociedade

A compreensão do que abrange o trabalho é um ponto de partida fundamental. Inicia-se com as ideias de Marx <sup>(7)</sup>, de que o trabalho compreende a base fundamental para que o ser humano se constitua como ser social e ultrapasse a esfera de domínio da natureza, a fim de atingir o patamar de ser que pensa e a transforma, com o intuito de garantir a sobrevivência.

Sendo assim: “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo esse em que, o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” <sup>(7:255)</sup>.

Sob a concepção ontológica, o labor, como nos mostra Kosik apud Frigotto <sup>(8:1)</sup>, forma um processo que: “permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade”. Por isso, o trabalho não se reduz à ‘atividade laborativa ou emprego’, mas a produção de todas as dimensões da vida humana <sup>(9)</sup>.

O labor em sua dimensão mais crucial, conforme Frigotto <sup>(8)</sup>, surge como atividade que irá responder à produção de elementos imprescindíveis e imperativos à vida biológica dos seres humanos enquanto seres ou animais evoluídos da natureza.

Ao mesmo tempo, entretanto, “responde às necessidades de sua vida intelectual, cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva. Trata-se de necessidades, que - por serem históricas - assumem especificidades no tempo e no espaço” <sup>(8:1)</sup>.

Além disso, conforme Hannah Arendt (2007, p. 90) <sup>(9)</sup>, o labor:

(...) concerne ao processo biológico da vida – ao ciclo vital da natureza. Uma vez que o labor corresponde ao movimento circular de nascimento, desenvolvimento e perecimento, ele é o espaço natural da manutenção da vida. Ele tem por meta garantir a conservação da espécie humana.

Nesse sentido, a autora supracitada, discute sobre a *vita activa*, em sua obra: “A condição Humana”, que diz respeito a vida humana, a algo que um sujeito se compele de maneira ativa fazer.

Portanto, a *vita activa* contempla atividades fundamentais da vida humana: o labor, o trabalho e a ação<sup>(9)</sup>. No que tange à ação, em especial, os homens interatuam uns com os outros no exercício da ação, que permite que uma sociedade busque interagir socialmente e politicamente, inclusive, grupos sociais que estejam em construção, beneficiando aspectos como a individualidade e a construção de identidades<sup>(9)</sup>.

Dito isso, pode-se dizer também que o sentido dado ao trabalho é oriundo de “uma historicidade, isto é, está em consonância com a época, com a cultura, com o modo de relacionar-se e compreender o mundo de cada participante e do grupo no qual fez e faz parte” (Sachuk e Araújo, 2007 apud Neves et al.)<sup>(11: 320)</sup>.

Segundo Kubo et al.<sup>(12:31)</sup> “o trabalho tem sido classificado, geralmente, como a segunda mais importante esfera na vida de uma pessoa, perdendo somente para a família.” Nesse sentido, observa-se a centralidade e importância do trabalho na vida humana.

Aliás, o conceito de trabalho possui relação com a importância que ele alcança na vida de uma pessoa. Conforme Kubo et al.<sup>(12:31)</sup>, o estudo WOW – Meaning of Working International Research Team (1987), “o construto da centralidade do trabalho é composto por dois componentes teóricos: a orientação sobre o valor do papel do trabalho na vida e a esfera da vida preferida na decisão do comportamento de cada pessoa”<sup>(12:31)</sup>.

Os pesquisadores do estudo supracitado realizaram pesquisas em oito países - entre os anos de 1981 e 1983 - com o intuito de definir e identificar os significados e variáveis atribuídas pelos participantes de pesquisa para o trabalho<sup>(12)</sup>.

Após estruturarem os dados empíricos das pesquisas, foram levantados 12 fatores, posteriormente agrupado em quatro dimensões principais, sendo que, a última dimensão não apresentou relevância estatística e foi excluída. As três dimensões que permaneceram, de acordo com Tolfo e Piccinini<sup>(13: 39-40)</sup> foram:

- Centralidade do trabalho: compreendida como o grau de importância que o trabalho ocupa na vida de uma pessoa em determinado momento, assim como a relação do trabalho com outros momentos importantes;
- Normas sociais sobre o trabalho: tem relação com as normas dos valores morais atreladas ao trabalho, como crenças sobre obrigações e direitos do trabalhador;
- Resultados valorizados do trabalho: consistem nos valores que as pessoas elencam para as atividades que exercem, respondendo o questionamento acerca dos motivos que as levaram a trabalhar.

Além do mais, pesquisas realizadas pelo grupo WOW (1987) e por Morin (1996, 2001), segundo Tolfo e Piccinini<sup>(12)</sup>, mostraram que a maioria das pessoas, mesmo que pudessem vivenciar o resto de suas vidas de forma confortável, escolheriam continuar trabalhando, visto que: “o trabalho, além de ser uma fonte de sustento, é um meio de se relacionar com os outros, de se sentir como parte integrante de um grupo ou da sociedade, de ter uma ocupação, de ter um objetivo a ser atingido na vida”( Morin, 2001<sup>(13)</sup> apud Tolfo e Piccinini<sup>(12:40)</sup>).

Nesse viés, também é pertinente destacar as ideias de Antunes<sup>(14)</sup> a respeito dos sentidos ocupados pelo trabalho. Para o mencionado autor, a existência de uma vida repleta de sentido fora do trabalho exige que a vida também faça sentido dentro do trabalho.

Em outras palavras, é necessário que o indivíduo encontre o seu primeiro momento de realização no trabalho. Ou seja, que o trabalho possibilite o uso do tempo livre para humanizar e se emancipar no seu sentido mais profundo. Além de que, “a busca de uma vida dotada de sentido a partir do trabalho permite explorar as conexões decisivas existentes entre trabalho e liberdade”<sup>(14:3)</sup>.

Nesse contexto, conforme Marx<sup>(7)</sup>, o trabalho visto como mercadoria, defendido pelos detentores do capital, não faz sentido ao trabalhador, considerando que não proporciona senso de liberdade e criatividade, pelo contrário, muitas vezes, causa estranheza em relação ao todo, tornando-os seres alienados.

Além do mais, diante da atual lógica neoliberal dominante, algumas características passaram a moldar o mundo do trabalho e os trabalhadores. Na ótica de Antunes:

A ética individualista e a competitividade são intensificadas no mundo do trabalho. Os trabalhadores submetidos à ameaça constantes de demissão e a insegurança em relação à permanência no emprego concorrem entre si para que possam “garantir” sua “permanência” nele. Dessa maneira, o desejo de vencer e obter sucesso se torna uma “obsessão”, requisitando do trabalhador uma dedicação extra sem limites, que se estende para além dos muros das organizações (ANTUNES, 2000, apud Neves et al).

Percebe-se, a partir das mencionadas ideias, que: “o trabalho é rico de sentido social, é um meio de produção da vida de cada um ao prover subsistência, criar sentidos existenciais ou contribuir na estruturação da identidade e subjetividade”<sup>(13:40)</sup>.

Com base no exposto, é inegável a importância que o trabalho exerce na sociedade e na vida dos seres humanos, com papel muitas vezes determinante para a autorrealização, para a sociabilidade, contribuindo para o desenvolvimento da identidade, habilidades, possibilitando renda e sustento<sup>(11)</sup>.

## **1.2. O trabalho e o fenômeno população em situação de rua**

O Brasil é um país marcado, historicamente, pelo desemprego, pelas desigualdades sociais e - desde o seu surgimento - há relações de trabalho que são caracterizadas pela informalidade e precarização do trabalho.

Não obstante, sabe-se que, atualmente, a população trabalhadora é muito maior que a população pertencente ao grupo de trabalhadores formais.

Dito isso, conforme Osório <sup>(15)</sup>, mostra-se importante realizar uma distinção entre a: “população trabalhadora ativa e a população trabalhadora inativa e suas fronteiras intermediárias de setores semiativos. Em situações concretas, esta distinção opera com diversos graus de mobilidade, movendo trabalhadores de um setor para o outro” <sup>(14:129)</sup>. A busca pelo lucro, de acordo com Osório <sup>(15)</sup> faz com que:

(...) o capital invista mais no dito capital constante (máquinas, equipamentos, conhecimentos) que em capital variável (força de trabalho), com o objetivo de aumentar a produtividade e conseguir que cada unidade de valor de uso (automóveis, televisões, celulares, tomates ou pêssegos) se aproprie de menos tempo de trabalho socialmente necessário e, assim, seja reduzido o seu valor e potencialmente seu preço (Osório, 2019, p.129).

O aspecto supracitado faz com que a acumulação do capital cresça para além da demanda por trabalhadores, propiciando a formação de uma população trabalhadora sobranete para as necessidades de reprodução do capital. Por isso, afirma-se que essa população sobranete é relativa, sobranete em relação à demanda de trabalhadores estabelecida pelo capital <sup>(15:129)</sup>.

Acerca do assunto, Lopes <sup>(16)</sup> menciona que o aprofundamento do desemprego e do trabalho precário constitui:

(...) fator relevante da expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, da elevação dos índices de pobreza e dos níveis de vulnerabilidade da classe trabalhadora e, conseqüentemente, da expansão do fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa, excedente à capacidade de absorção do capitalismo <sup>(15:115)</sup>.

Dessa maneira, de acordo a autora supracitada, o fenômeno população em situação de rua é uma expressão escancarada das desigualdades sociais fruto, sobretudo, da reestruturação produtiva, do crescente desemprego e das condições precárias de trabalho, as quais consubstanciam a extensão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva e, por isso, propiciam a elevação dos níveis de pobreza <sup>(16)</sup>.

Nesse sentido, observa-se o aumento do fenômeno população em situação de rua, pelo globo terrestre, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa. A propósito, cabe mencionar que o fenômeno envolvendo a população em situação de rua, no Brasil e no mundo, constitui algo histórico e carrega estigmas, preconceitos e inúmeras situações de

violência que vão - desde a invisibilidade nas ruas e nas políticas sociais - até sua execução sumária, por meio de ataques, agressões e homicídios <sup>(16)</sup>. No que se refere ao conceito de população em situação de rua, será adotado - neste estudo - o seguinte:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (DECRETO N. 7053/2009, Art. 1, PARÁGRAFO ÚNICO <sup>(17)</sup>).

Diante da complexidade de vida da PSR, segundo Paiva et al. <sup>(3)</sup>, é preciso desconstruir padrões que muitas vezes procuram estereotipá-la, o que - por vezes - contribui ainda mais para anular suas várias identidades, porquanto são:

Homens, mulheres, crianças, idosos, jovens, que, diariamente, lutam pela sobrevivência. No entanto o contexto no qual essa população vive tende a mantê-la em uma posição de invisibilidade, destituída da condição de cidadã: “[...] eu não tenho nome, eu não tenho identidade” <sup>(3:5)</sup>.

A grande quantidade de pessoas que se encontram em situação de rua, no Brasil, é produto do agravamento de questões sociais. Por sinal, diversos fatores cooperaram para esse agravamento, dentre eles:

(...) a rápida urbanização ocorrida no século 20, a migração para grandes cidades, a formação de grandes centros urbanos, a desigualdade social, a pobreza, o desemprego, o preconceito da sociedade com relação a esse grupo populacional e, muitas vezes, a ausência de políticas públicas <sup>(2:8)</sup>.

Dito isso, destaca-se que neste trabalho será usado o termo pessoa em situação de rua, porquanto há várias nomenclaturas para designar este grupo populacional. Entretanto, algumas corroboram o olhar pejorativo.

Assim, concordando com Rozendo <sup>(18:3)</sup>, a: “importância em não usar termos conotativos, além de romper com estereótipos, serve para pensar nestas pessoas como seres humanos dotados de capacidades, que - pelos mais diversos motivos - estão dormindo nas ruas, mas podem, no futuro, mudar o rumo de suas vidas”.

Por estar em situação de rua, esta população também sofre todas as formas de preconceitos e violações de direitos, sendo que o fato de estar na rua, por si só, já configura uma violação de direito estrutural, dada pela pobreza estabelecida pelo modelo capitalista.

Logo, ao falar dessa população, é necessário considerar o processo civilizatório, o qual - ao evoluir para o capitalismo - engendra contradições das sociedades de classe. Porém, não se trata de um fenômeno recente, porquanto, de acordo com relatos históricos, a situação já ocorria

na Grécia antiga, quando ocorreram as primeiras formas de organização dos estados e das cidades <sup>(19)</sup>.

Decerto, quanto mais se desenvolviam as cidades na Grécia antiga o quantitativo de mendigos e indigentes aumentava, ratificando a consideração popular de que consistiam uma ameaça para as demais pessoas, devido à sua presença nas ruas <sup>(19)</sup>.

Somado a isso, de acordo com Frangella <sup>(19)</sup>, o processo de urbanização é diretamente proporcional à segregação das classes mais empobrecidas, o que contribui para a mudança das pessoas para as ruas. No imaginário social, a ideia que predomina é de que moradores de rua são criminosos, doentes mentais, nocivos à sociedade e, por isso, as práticas violentas se perpetuam contra esse grupo.

As atitudes que pregam a higienização e limpeza social, ainda adotadas em muitos locais, no sentido de inibir a presença deste grupo populacional em qualquer espaço público, reafirma o estigma e preconceito, negando-lhes o direito de ir e vir, como qualquer cidadão.

A visão pontuada, encontra respaldo no contexto brasileiro, inclusive pela omissão do Estado e da adoção de práticas criminalizadoras e repressivas, além de, por vezes, transferir para as instituições de cunho religioso ou beneficentes as obrigações legais e constitucionais.

Apesar do exposto, convém registrar que a luta pelos direitos da população em situação de rua não é algo recente, sendo também resultado do movimento de redemocratização no Brasil e das lutas dos movimentos sociais da década de 1970, que culminaram com a promulgação da Constituição Cidadã, de 1988.

Com efeito, mesmo com a instituição de vários direitos sociais, pela Constituição da República - em especial no art. 6º, como direito à alimentação, à moradia, ao trabalho - e direitos políticos - previstos no Capítulo IV, do art. 14 ao art. 16 - muitos deles até então negados ao povo brasileiro, no contexto da ditadura militar, a população em situação de rua não foi, explicitamente, contemplada por direitos específicos, ainda que constitucionalmente seja considerada igual.

De mais a mais, reforça-se a ideia de que: “são habitantes das ruas e habitados por elas, as pessoas em situação de rua necessitam de privacidade, dignidade e de reconhecimento enquanto cidadãs” <sup>(3:7)</sup>.

Nesse cenário, a população em situação de rua cresce: “pelas ruas das cidades, excluída das estruturas convencionais da atual sociedade, como emprego, moradia e privacidade, constitui um desafio para as políticas de saúde e demais políticas públicas” <sup>(3:8)</sup>.

Em 2009, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) realizou uma pesquisa denominada de Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, a qual

teve o intuito de levantar, de maneira eficaz, subsídios para a formulação e a implementação de políticas para este segmento, procurando saber também quais as características deste grupo populacional.

A mencionada pesquisa, foi aplicada em 71 cidades e constatou a existência de 31.922 pessoas adultas vivendo na rua, o que possibilitou o delineamento do perfil e da dinâmica. Destacam-se alguns dados da pesquisa, a fim de mostrar a realidade <sup>(20)</sup> na ocasião, como:

- A imensa maioria de quem vive nas ruas são homens. Do total dessa população, 82% é masculina. De toda a população masculina, a maioria é jovem: 15,3% são homens na faixa etária dos 18 aos 25 anos. A faixa da idade com o maior número de homens em situação de rua é a dos 26 aos 35 anos, com 27,1%;
- 82% dos pesquisados eram homens e, destes 67% eram negros, ou seja, na escala de exclusão social, os mais afetados são afrodescentes, portanto, é fundamental realizar recortes para análise, admitindo que determinados fatores podem colaborar para permanência nas ruas;
- 47,7% dessa população nunca teve carteira assinada ou não possuía vínculo empregatício há muito tempo;
- 52,6% possuíam algum vínculo com o trabalho informal, desenvolvendo atividades como catadores de materiais recicláveis, flanelinhas, construção civil, limpeza, carregadores e estivadores. Assim, a ideia de que a pessoa que está em situação de rua é desocupada, em partes, é um equívoco, pois as pessoas adotam estratégias de trabalho para sobrevivência. Destes, 47,7% nunca tiveram a carteira assinada;
- Apenas 15% utilizavam a estratégia de pedir esmolar como meio de sobrevivência;
- 75% sabiam ler e escrever, 15% nunca tinham estudado e metade possuía o primeiro grau;
- 48% estavam na rua há mais de dois anos;
- 60% apresentavam históricos de internações, institucionalizações (abrigos, albergues, orfanatos, detenção, hospital psiquiátrico);
- Sobre permanecer nas ruas e ir a abrigos institucionais: 69,6% disseram preferir dormir na rua e 44,3% disseram que preferiam dormir na rua em vez de abrigo/albergue por falta de liberdade, o que pode ter relação com os 21,41% que declararam não ir a essas instituições pela proibição de uso de álcool e outras drogas;

- Em termos de sobrevivência, no que está relacionado à alimentação, necessidade básica do ser humano, 80% afirmaram que realizam ao menos uma refeição por dia, sendo que destes, 27,4% o faziam com o próprio dinheiro;  
Quanto à saúde, 29,7% afirmaram ter algum tipo de problema relacionado à saúde e, destes, 20% usavam medicamentos, 6% tinham problemas de saúde mental e 5% tinham HIV;
- Por último, destacam-se os dados sobre os benefícios assistenciais, a saber - 90% não recebia nenhum tipo de benefício e 24,8% declararam que não acessam empregos formais, serviços, programas e benefícios do governo por falta de documentos necessários.

Dessa forma, a pesquisa supracitada possui relevância histórica e elencou insumos para o aperfeiçoamento de políticas públicas relacionadas ao grupo populacional.

Porém, em recente estudo de Natalino<sup>(1)</sup> denominado :“ ‘Estimativas da População em Situação de Rua no Brasil” ( setembro de 2012 a março de 2020), nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), demonstra que o número de pessoas em situação de rua no Brasil cresceu 140% entre 2012 e março de 2020, chegando a quase 222 mil pessoas. O estudo supracitado empregou dados de 2019 referentes ao censo anual do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas), que conta com informações das secretarias municipais. Além do mais, também foram utilizados dados do Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal para auxiliar no referido levantamento. A pesquisa demonstrou que o fenômeno continua exibindo características urbanas.

Logo, a concentração deste grupo populacional permanece nos grandes municípios e é neles também que ocorre a maior taxa de crescimento. Em 2020, percebe-se também que, 18, 5% das pessoas em situação de rua encontram-se em municípios de pequeno ou médio porte, sinalizando a necessidade de políticas públicas adequadas para tais lugares <sup>(1)</sup>. Assim, de acordo com Natalino <sup>(1:12)</sup>, observou-se:

(...) um aumento expressivo (140%) da população em situação de rua ao longo do período analisado (setembro de 2012 a março de 2020). O crescimento é observado em todas as Grandes Regiões e em municípios de todos os portes, o que sugere ser o mesmo efeito de dinâmicas nacionais. Por sua vez, o crescimento mais intenso nos grandes municípios sugere que a crise econômica e em particular o aumento do desemprego e da pobreza sejam fatores importantes para a explicação do ocorrido.

Dito isso, nesse cenário, cabe refletir que, embora o crescimento das pessoas que fazem das ruas seus locais de moradia e trabalho tenha acentuado nas últimas décadas, esse grupo ainda continua sendo alvo de grande preconceito e repulsa por inúmeras pessoas.

A rigor, conforme R. Mattos et. al<sup>(21:52)</sup>, “o cidadão em situação de rua não é visto como um igual, como integrante da mesma espécie, apenas não é visto, como se fosse coisa.”

Dito isso, é pertinente mencionar que, de acordo com Pereira (2008)<sup>(18)</sup> apud Rozendo (2011)<sup>(17)</sup>, não é conexo pensar neste grupo populacional como algo homogêneo, pois há muitas diferenças entre aqueles que habitam nas ruas, destaca-se que:

Na rua há de tudo um pouco: As próprias circunstâncias que levam as pessoas para rua são variadas. Englobam desde brigas familiares, abandono, doenças, transtornos mentais, drogadição, até a distância do local de trabalho, perda de emprego, calamidades naturais, tragédias pessoais. Há diferenças também na forma como sobrevivem, seja pedindo esmolas ou trabalhando precariamente como catadoras de lixo, flanelinhas, vendedoras de balas e bebidas. Conclui-se que o único ponto em comum, que os situa dentro de um mesmo grupo social, é a situação limite de pobreza a que estão submetidos, isto é, o fato de fazerem da rua local de sobrevivência e estarem expostos aos mesmos perigos e condições subumanas de vida<sup>(18)</sup>.

Entretanto, sabe-se que não estão em situação de rua apenas pessoas injustiçadas socialmente. Há pessoas vivendo em situação de rua pelos mais variados motivos. Nesse viés, Márcia Tiburi<sup>(22)</sup>, no artigo “Ninguém mora onde não mora ninguém” enfatiza que não é difícil encontrar histórias de vida que:

(...) as pessoas sem morada, desde aquele que renunciou à vida burguesa por considerá-la insuportável, até quem por meio de inesperadas leituras filosóficas criou um significado para o ato de “habitar” a transitoriedade, ou seja, “desabitar” intransitivamente e estar assim, na mera existência<sup>(22)</sup>.

Assim, o habitar a rua coloca algumas questões que permeiam este viver na rua, como - por exemplo - o não cumprimento de horários e regras. De acordo com Rozendo, é corriqueiro que: “muitos deles preferam viver a ermo nas ruas a serem submetidos às regras dos albergues municipais”<sup>(18:4)</sup>.

Além do mais, conforme a autora citada anteriormente, é comum os: “dependentes químicos viverem em turmas (“malocas”), fazendo qualquer coisa, como cuidar de carros, para sustentar o vício, pois suas vidas se resumem a conseguir dinheiro para comprar e usar drogas”<sup>(18:4)</sup>.

Desse modo, as razões que levam cada indivíduo para a situação de rua são - muitas vezes - de cunho pessoal, mas que, por vezes, coincidem entre si, tornando-se algo recorrente nas histórias, como conflitos familiares ou uso abusivo de algum tipo de droga.

Apesar disso, essa questão social remete as estruturas desiguais que permeiam a sociedade capitalista, ocasionando o desemprego, a informalidade e a precarização cada vez maiores das condições de trabalho.

### 1.3. Características gerais do trabalho no contexto de rua

A população em situação de rua como já citado no item anterior é alvo de preconceito e discriminação pela sociedade, pois esta condição transmite a ideia que o indivíduo é unicamente responsável pela sua situação de vida precária <sup>(23)</sup>.

Nessa ordem de ideias, mostra-se imperioso compreender que, a pessoa em situação de rua, é um participante com deveres e direitos como outro qualquer, porém, pelo fato de viver em condições inadequadas, acaba tendo, em regra, seus direitos ignorados, por exemplo, pelo poder público <sup>(22)</sup>. Dito isso, é preciso considerar que o fato de viver na rua determina um lugar de vulnerabilidade social desse grupo, caracterizada: “pela precarização das condições de vida e saúde, exposição a fatores de risco e violências, ausência de acesso a fontes de renda e direitos humanos e sociais e discriminação em relação ao acesso a bens e serviços de saúde” <sup>(24 :3358)</sup>.

O preconceito contra as pessoas em comento é perceptível e manifestado de muitas maneiras, como por violência verbal. Ao denominá-los de maneira negativa, muitos indivíduos acabam tendo a saúde mental afetada. <sup>(3)</sup>.

Inclusive, o fato destes indivíduos serem xingados, muitas vezes remete à ideia de que são pessoas que estão na rua e não tem trabalho porque escolheram não trabalhar e viver do modo mais “fácil”, por exemplo, pedindo esmola.

Fica claro, com base no exposto, que há uma transferência da culpa para o participante que vive na rua. Prevalece a percepção social de que existe trabalho para todos, além de que conseguir um trabalho é algo, exclusivamente, de responsabilidade individual.

Por certo, não se deve considerar que sair da situação de rua é algo almejado por todas as pessoas, assim como possuir uma ocupação estável basta para resolver a questão em análise. Há pesquisas - mencionadas ao longo deste estudo - que demonstram a existência de múltiplos fatores para alguém morar na rua, tendo destaque a falta de rede de apoio, bem como estrutura familiar.

Assim, após a ressalva realizada acima, retomando o que diz respeito às representações sociais do grupo populacional em questão, de acordo com Mattos et al. <sup>(10:1)</sup> há também outros discursos que reverberam no seguinte sentido:

(...) que as pessoas vivem nas ruas porque são fracassadas, malsucedidas, pois não abraçaram as oportunidades que a vida lhes concedeu. Alguns apologistas neoliberais chegam até a apontar que essas pessoas não conseguem emprego porque são desqualificadas profissionalmente, como se houvesse empregos disponíveis a todos os qualificados <sup>(10:1)</sup>.

Perante essa realidade, segundo Tavares <sup>(25)</sup>, convém mencionar que a desigualdade é algo que não pode ser dissociado da pobreza e da falta de emprego, a qual se mostra como algo inerente ao capitalismo, sistema em que é inviável pensar em pleno emprego. Ainda de acordo com a autora supracitada, a globalização tem imposto mudanças técnico-organizacionais no mundo do trabalho e que reverberam para a classe trabalhadora.

Nesse sentido, Tavares <sup>(25:252)</sup>, cita a flexibilização: “cujos desdobramentos para a classe trabalhadora se revelam principalmente nos processos de terceirização, com um dos componentes das mudanças técnicos-organizacionais”. Para Tavares:

A terceirização é um mecanismo que permite ao capital a busca incessante pelo menor custo. Graças aos avanços tecnológicos, é possível, hoje, fragmentar a produção de uma mercadoria, a tal ponto de projetá-la num contingente e executá-la em outro. Sob o discurso de que o trabalho flexível gera mais oportunidades para a classe trabalhadora, capital e Estado criam mecanismos que enfraquecem a forma contratual de trabalho com carteira assinada e proteção social, substituindo-as por formas aparentemente autônomas, como a cooperativa, o trabalho domiciliar, a prestação de serviços, o trabalho parcial, temporário, etc., transferindo custos variáveis e fixos para o trabalhador e ainda, em muitos casos usurpando direitos sociais <sup>(25:252)</sup>.

Em específico, Mattos et al. <sup>(10:109)</sup>, afirmam que a flexibilização neoliberal abrange:

(...) os processos de trabalho, os produtos, os padrões de consumo e o mercado de trabalho. Nesta última faceta, a flexibilização está relacionada à adaptação do trabalhador às novas tecnologias, à qualificação continuada e ao trabalho polivalente. Em relação ao mercado de trabalho, há uma flexibilidade dos postos de trabalho e uma flexibilidade contratual.

Dessa maneira, cabe ressaltar que outros aspectos também derivam deste fenômeno, como a informalização, a qual coloca os trabalhadores em empregos sem a carteira assinada, sem acesso aos direitos previdenciários e sociais, ou seja, trabalhos informais.

Nota-se, ainda, a precarização das relações de trabalho, que pode ser compreendida, conforme Mattos et al. <sup>(10:112-113)</sup>, como: “a soma do desassalariamento, da terceirização e da informalização. A precarização é uma forma de o capital se esquivar dos encargos trabalhistas”.

Assim, cabe destacar a precarização ocasionada pela relação estabelecida entre o trabalho e a tecnologia, elencando novas configurações de trabalho, conforme Pinheiro et al. <sup>(26:64)</sup>, a chamada “uberização”, que:

(...) faz uma referência à empresa Uber, a qual expressa novas configurações nas relações trabalhistas na atual conjuntura do capitalismo, sobretudo por meio dos aplicativos de celular. A expressão também reacende o debate sobre a relação entre tecnologia e precarização do trabalho, o qual desde o ludismo vem sendo interpretado de maneira errônea. No entanto, no universo do capitalismo, onde o trabalho e o trabalhador assumem características peculiares de mercadoria, o uso da tecnologia ao mesmo tempo que torna ainda mais precária as condições empregatícias mantém uma sofisticada sensação de liberdade e autonomia devido ao fato de não haver patrão <sup>(26:64)</sup>.

Diante do exposto, observa-se que a população brasileira tenta se adaptar às transformações que permeiam o mundo trabalho, mas nem todos alcançam êxito.

No mais, concordando com Mattos et al. <sup>(10:113)</sup>: “a população em situação de rua constitui um dos efeitos perniciosos da reestruturação produtiva, fenômeno que pode explicar o crescimento desse contingente durante a década de 1990”.

Pertinente mencionar também que, em pesquisa realizada pela autora Maria Lucia Lopes, sobre mudanças ocorridas no mundo do trabalho e a população em situação de rua, no período de 1995 – 2005, foi constatado que a mencionada população desenvolve, predominantemente, ocupações no mercado informal, sem renda fixa, que não oferecem acesso aos direitos trabalhistas, em ofícios como: flanelinhas, servente, capinação, artesão, vendedores, catadores de resíduos sólidos e jardineiro <sup>(16)</sup>.

Além do mais, de acordo com Escorel <sup>(10)</sup>, 1999, apud Mattos <sup>(10)</sup> et al. 1990, a respeito de outras características das ocupações desses trabalhadores:

(...) a intermitência dos vínculos, que devem ser buscados diariamente; a realização concomitante de diversos bicos; a polivalência e, às vezes, a ausência de uma profissão especializada, sintetizadas na expressão de faz-tudo ou faz-qualquer-coisa. Embora a baixa qualificação profissional seja uma tônica, por vezes aparecem casos de pessoas até mesmo bastante qualificadas nesse contingente <sup>(10: 216-217)</sup>.

Nessas circunstâncias, percebe-se que a rua é um espaço ocupado por uma parcela de pessoas, que desenvolvem o labor informal. Portanto, trata-se de um lugar, nas palavras de Borja e Muxí <sup>(27)</sup>, 2000 apud Bouças 2017<sup>(2:8)</sup>, o qual é:

(...) ao mesmo tempo físico, simbólico e político. A história de uma cidade se confunde com a história do seu espaço público, pois é nele que se materializam as relações entre os habitantes e o poder público. Deve, portanto, garantir a apropriação por parte de diferentes coletivos sociais e culturais, de idade e de gênero, em termos de igualdade <sup>(26:8)</sup>.

Com base no mencionado, fica claro que a rua é caracterizada como um espaço público em essência. Ademais, na atualidade, já existem algumas iniciativas interessantes do Poder Público direcionadas para a população em situação de rua - como as realizadas pelo Centro Pop - enquanto equipamento da Política Nacional de Assistência Social.

O mencionado equipamento contribuiu para a inclusão produtiva (termo usado para se referir à inclusão no mundo do trabalho dos participantes acompanhados por essa política pública). Também incluiu o preparo e a tentativa de inserção no mercado de trabalho desses participantes, especialmente o trabalho formal, além de estratégias alternativas como o trabalho autônomo e o trabalho cooperado <sup>(29: 2)</sup>.

Dentre as ações antevistas para a inclusão produtiva, as articulações com as políticas municipais de fomento ao trabalho, voltadas à capacitação/qualificação, bem como a oferta de informações sobre oportunidade e vagas de trabalho, concebem possibilidades oferecidas pelo equipamento <sup>(29)</sup>.

Além disso, Mattos, Heloani e Ferreira lembram que: “alguns pesquisadores apontam para a importância das cooperativas de trabalho como alternativa mais plausível de proposta de economia solidária <sup>(10:14)</sup>.”

Ou seja, de acordo com os autores supracitados, pesquisadores ressalvam ainda (Domingues Junior, 1998; Hayashida, 2003; Juncá, 2004):

(...) o potencial da organização dos trabalhadores em situação de rua inseridos em cooperativas de trabalho. Nessas organizações, consegue-se promover a geração de renda estável para o coletivo de cooperados que gestionam seu próprio empreendimento <sup>(10:14)</sup>.

No mais, cabe destacar os *street papers*, os quais consistem em uma proposta editorial, que visa auxiliar as pessoas em situação de rua, através da oportunidade de trabalhar com a venda das revistas.

Com efeito, muitas vezes, além de as revistas serem produzidas com e para as pessoas em situação de rua, consistem em uma ferramenta a qual oportuniza a empregabilidade desse grupo populacional.

Em suma, o mencionado projeto traz vários benefícios, como a visibilidade e a possibilidade de dar voz a pessoas em situação de rua, conforme exposto no próximo capítulo deste trabalho.

## **Capítulo 2**

### **O trabalho dos *street papers* para a população de rua**

## **CAPÍTULO 2: O TRABALHO DOS *STREET PAPERS* PARA A POPULAÇÃO DE RUA**

Neste capítulo, consta um breve histórico em relação aos denominados *street papers* - primeiro termo utilizado para os jornais de rua. Nessas considerações iniciais, discorre-se sobre a iniciativa do projeto - de conceder visibilidade para o grupo populacional de pessoas em situação de rua, assim como de oportunizar o trabalho para esses atores sociais.

Somado a isso, descreve-se o caso da revista Traços, em Brasília. Convém destacar sobre este tema, o trabalho realizado pelos vendedores da mencionada revista, os quais são intitulados de Porta-Vozes da Cultura.

Por derradeiro, também serão analisados aspectos como: geração de renda; autonomia e saúde relacionados à população em situação de rua, em especial, para os Porta-Vozes da revista Traços.

### **2.1 A história dos *street papers***

Estima-se que mais de 200.000 brasileiros vivem em situação de rua. São pessoas que pertencem a grupos com alta vulnerabilidade social, as quais costumam viver em condições precárias, como já mencionado ao longo do primeiro capítulo deste trabalho.

Para contextualizar o tema que será desenvolvido neste tópico, cabe mencionar, inicialmente, que a desigualdade social e a concentração de renda contribuem para a formação do grupo de pessoas em situação de rua no território nacional.

Além disso, em várias oportunidades, a mídia acaba retratando essa população de forma negativa, depreciativa, porquanto a associa ao uso de drogas, à criminalidade e à falta de higiene.

Por certo, evidencia-se a necessidade de evolução nesta seara. É importante que os meios de comunicação repensem a forma como as pessoas em situação de rua são retratadas, pois contribuem para a superação da invisibilidade ou da concepção negativa formada, pela coletividade, deste grupo populacional.

Um projeto que está ganhando destaque, ocupando um lugar diferenciado, denomina-se de *street papers*, primeiro termo utilizado para jornais de rua, no qual estão colocando como protagonistas as pessoas em situação de rua. De acordo com Rozendo<sup>(30:1)</sup>: “os *street papers* são revistas ou jornais que abrem espaço para as vozes das pessoas em situação de risco social e por elas são vendidos pelas cidades do mundo inteiro.”

A precursora neste segmento foi a revista *The Big Issue*<sup>7</sup>, em Londres, fundada no ano de 1991 e considerada a maior do mundo (INSP, 2011). Aliás, foi a referida revista que impulsionou o surgimento de uma rede internacional de *street papers*, a denominada: *International Network Street Papers* (INSP), a qual é a única organização que realiza pesquisas e reúne os jornais de rua em todo o mundo, contemplando mais de 100 jornais de rua em 35 países, publicados em 25 idiomas. A sede fica na Escócia e agrupa jornais e revistas vendidos por populações em situação de risco (sítio INSP).

Em 1994, a INSP foi lançada como rede e, em 1996, a NASNA (Associação Norte-Americana de Jornais). A parceria entre as redes ocorreu até o ano de 2013, quando, nos seis continentes, a INSP se tornou a única rede global de jornais (sítio INSP). No que se refere aos jornais, em 1989, foi lançado o *Street News*, na cidade de Nova York.

Muitos anos se passaram desde a criação do primeiro papel de rua, e, em vários países, o quantitativo de desabrigados e pessoas em risco de ficar nesta situação aumentou, por motivos que incluem a crise de refugiados, falta de moradia, desemprego (sítio INSP).

Ao mesmo tempo, na atualidade, vivencia-se um momento delicado para o jornalismo de qualidade, que é ameaçado constantemente por cortes orçamentários, “notícias falsas” e monopólios da mídia (sítio INSP).

No Brasil, segundo pesquisas realizadas em sítios e dissertações acerca da temática, identificou-se a existência de 5 papéis de rua, a saber: O Trecheiro, Boca de Rua, Ocas, Aurora da Rua e Traços.

O trabalho realizado por cada um - independente das peculiaridades - vai no sentido contrário ao retratado pela grande mídia, a qual, geralmente, mostra relatos parciais, repletos de estereótipos, de estigmas e preconceitos, ou seja, os jornais mencionados no parágrafo anterior valorizam as pessoas em situação de rua, relatam as suas histórias, a arte produzida, os espaços ocupados.

Por consequência, a venda dos jornais de rua viabiliza o ganho de valores, os quais são revertidos para as pessoas em situação de rua, isto é, a quantia arrecadada possibilita uma fonte renda para essas pessoas, contribuindo para o início de novas perspectivas de vida.

Nessa conjuntura, cabe destacar o jornal “*O Boca de Rua*”<sup>8</sup>, cuja publicação é realizada na cidade de Porto Alegre, sendo confeccionado e vendido por pessoas em situação de rua.

---

<sup>7</sup> Disponível em: < <https://insp.ngo/>>. Acesso em 18 jul. 2021.

<sup>8</sup> Disponível em: < <https://jornalbocaderua.wordpress.com/sobre-nos/> >. Acesso em: 21 mar.2021.

Desde agosto de 2000, o mencionado jornal existe. Cada unidade custa R\$ 2,00 (dois reais). Os textos, fotos e ilustrações são elaborados pelas pessoas em situação de rua, durante oficinas semanais.

O dinheiro arrecadado na comercialização do veículo de comunicação reverte, integralmente, para os participantes do grupo, constituindo uma fonte alternativa de renda.

Além do mais, um grupo de 15 crianças<sup>9</sup> e adolescentes em situação de risco social, ligados aos integrantes do Jornal citado, participam de oficinas lúdicas e educativas (brincadeiras, texto, teatro, artesanato, malabarismo, artes plásticas e música), assim como realizam passeios em espaços culturais e de lazer (parque, museus, cinema, teatro).

O resultado destas atividades gera um encarte infanto-juvenil, o *Boquinha*, que é parte integrante do Boca de Rua. Os responsáveis pelas crianças e adolescentes que participam deste projeto recebem uma bolsa-auxílio, que afasta as crianças do trabalho infantil ilegal.

Imagem 01 – *Boca de Rua* n. 76.



Fonte: Boca de Rua. Julho, agosto e setembro de 2020.

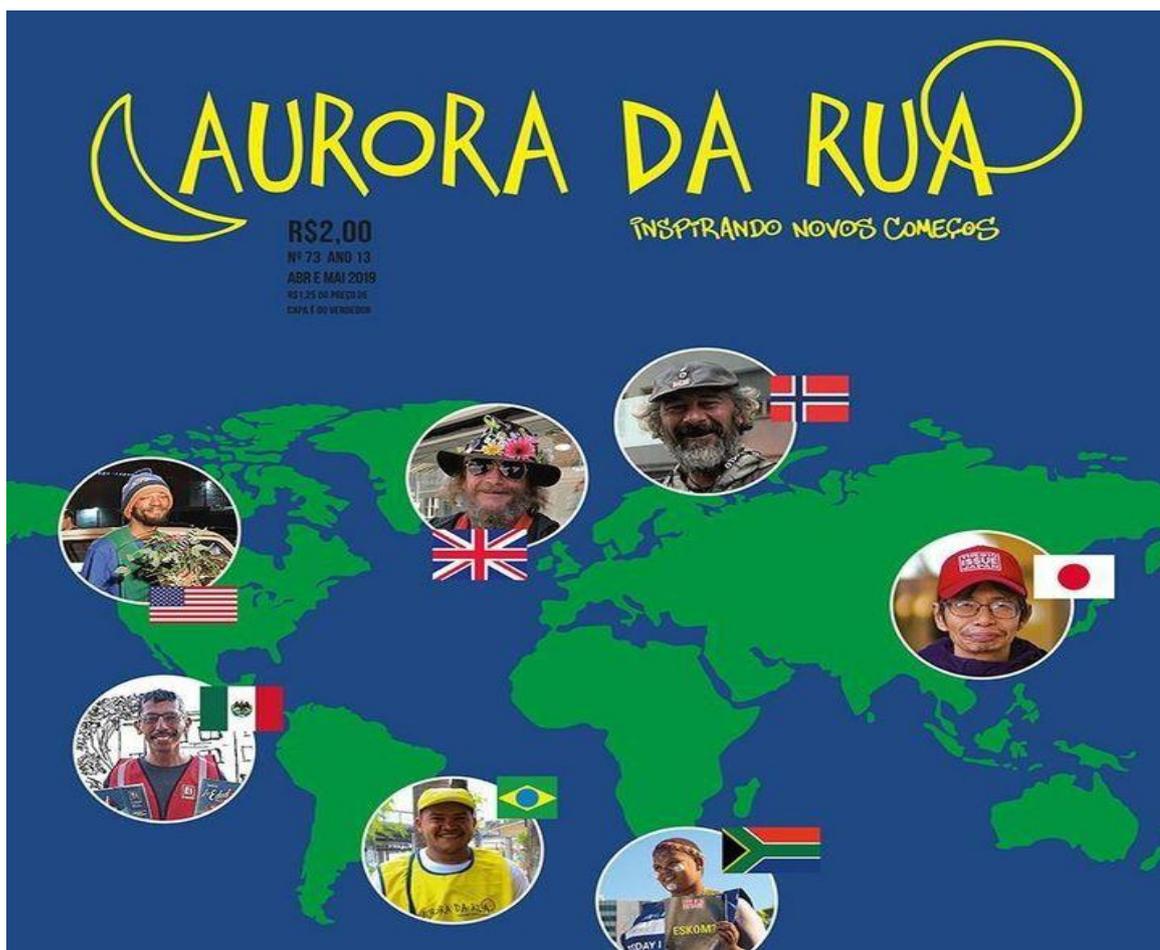
<sup>9</sup> Disponível em: < <https://jornalbocaderua.wordpress.com/sobre-nos/> >. Acesso em: 21 mar. 2021.

No mais, outro exemplo de *street papers* é o jornal “Aurora da Rua”<sup>10</sup>, uma publicação que trouxe, pela primeira vez, para a região do Nordeste, o conceito de “jornal de rua”. Com uma tiragem de 8.000 exemplares, a publicação é vendida, exclusivamente, por pessoas em situação de rua. Além de servir de fonte de renda, o periódico viabiliza a reinserção social dos vendedores.

Como o seu nome indica, o impresso aponta para as auroras que existem nas ruas. Comercializado, nos dias de hoje, pelo valor de R\$ 2,00 (dois reais), os vendedores ficam com R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos).

A quantia restante é utilizada para pagar os custos e manutenção da publicação. A participação das pessoas em situação de rua não está restrita à venda. Além de serem personagens do jornal, eles também contribuem ativamente na elaboração e na construção do conteúdo, através das oficinas de texto e de arte.

Imagem 02 – Aurora da Rua n. 73.



Fonte: Aurora da Rua. Abril e maio. 2019.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://aurora.asasalvador.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 21 mar.2021.

Além disso, cabe mencionar o jornal “O Trecheiro”, pioneiro<sup>11</sup> no Brasil, que distribui os exemplares gratuitamente, nos serviços à população em situação de rua, órgãos públicos, seminários, mala direta, correio eletrônico e nas redes sociais.

Para realizar este trabalho a Associação *Rede Rua* conta com o apoio da Paulus Editora e de grupo de voluntários (jornalistas, fotógrafos, diagramadores). O jornal destaca-se como ferramenta colaborativa a serviço da população em situação de rua e também abre espaço para interessados em escrever matérias, publicar conteúdo relevante e de interesse desse grupo populacional.

Imagem 03 - O Trecheiro n. 213.



Fonte: Trecheiro, janeiro, 2013.

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://rederuasp.wordpress.com/1991/01/01/featured-2/>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

A revista *Ocas*<sup>12</sup>, por sua vez, é publicada pela Organização Civil de Ação Social, instituição da sociedade civil sem fins lucrativos, sendo parte de um projeto social voltado a pessoas adultas sem emprego.

Imagem 04 – *Ocas* n° 123.



Fonte: *Ocas*. Março, abril e maio de 2021.

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://www.ocas.org.br/quem-somos-mainPage>> Acesso em: 21 mar. 2021.

A mencionada revista possui como objetivo a criação de mecanismos para os indivíduos se tornarem agentes de transformação de suas realidades, de maneira que a *Ocas* seja apenas um ponto de passagem.

Os vendedores têm idade mínima de dezoito anos e recebem treinamento para participar do projeto. Também recebem um código de conduta e um crachá. Além do mais, são efetuadas - pelos organizadores da revista - orientações a respeito dos serviços sociais e dos trabalhos de acompanhamento psicológico.

Desde 2012, a revista circula pelas ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro, como um instrumento de geração de renda aos vendedores da revista, que a adquirem por R\$ 2,00 (dois reais) e efetuam a venda pelo “valor de capa”, qual seja, de R\$ 5,00 (cinco reais). A diferença, de R\$3,00 (três reais), fica com o vendedor.

Com uma tiragem de 5.000 exemplares, a *Ocas* publica reportagens e ensaios nacionais e internacionais sobre cultura, comportamento, política, esporte e meio ambiente, além de reservar espaço para expressão dos vendedores e abordar questões relacionadas ao tema da exclusão social.

Por último, cabe mencionar a revista *Traços*<sup>13</sup>, a qual consiste em um projeto de ressocialização de pessoas em situação de rua, com foco em geração de renda e conquista de autonomia.

A revista foi criada em 2015, com o intuito de valorizar o cenário cultural da cidade de Brasília. Caracteriza-se como a primeira experiência de jornal de rua no Distrito Federal e prioriza, em suas publicações, a divulgação de conteúdos culturais de Brasília.

Os vendedores da Revista são denominados de Porta-Vozes da Cultura<sup>14</sup> e identificados com coletes em bares, restaurantes, pontos comerciais e eventos culturais, muitos destes estabelecimentos comerciais funcionam como pontos de venda fixo e há uma receptividade boa dos proprietários dos comércios.

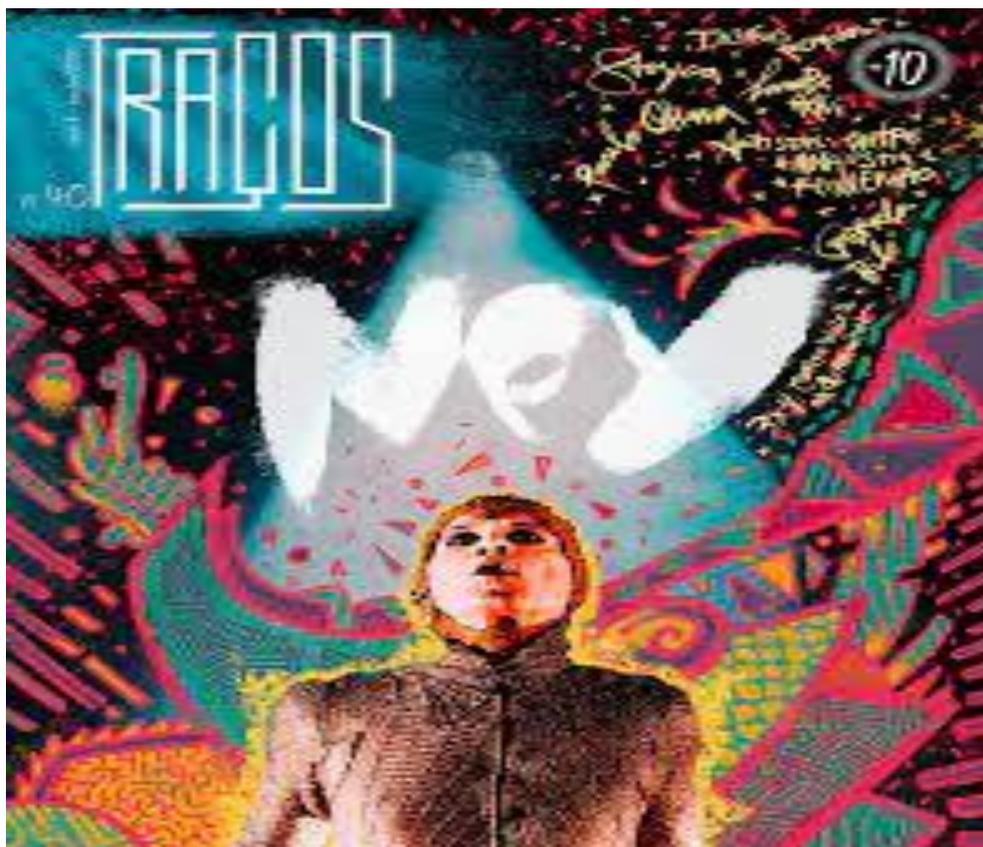
A seleção de pessoas em situação de rua para trabalhar no projeto é auxiliada por diversos parceiros, como casas de recuperação, centros terapêuticos, centro pop, albergue e casa de passagem. Atualmente, a revista é vendida por R\$ 10,00 (dez reais); dos quais R\$ 7,00 (sete reais) ficam com o vendedor e R\$ 3,00 (três reais) são usados para adquirir outra revista e conseguir ampliar a renda.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://mapa.cultura.df.gov.br/agente/191/>>. Acesso em: 06 maio 2020.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/revista-tracos-abre-100-novas-vagas-para-porta-vozes-da-cultura/>>. Acesso em: 22 mar.2021.

Imagem 05 – Traços n. 40.



Fonte: Traços, junho, 2020.

Nesse cenário, relevante mencionar que A Traços expandiu e está sendo produzida e vendida no estado do Rio de Janeiro, com o primeiro exemplar lançado, referente ao mês de julho de 2021. Na capa do primeiro exemplar, constou a cantora e compositora Teresa Cristina, artista talentosa, que realizou transmissões de áudio e vídeo, nas redes sociais, durante a pandemia da Covid-19.

Além disso, no lançamento da revista, no estado mencionado acima, houve a colaboração de 100 Porta-Vozes da Cultura, atuando em 60 pontos no Rio de Janeiro e Niterói, de acordo com dados constantes no sítio da Traços<sup>15</sup>.

Cada vendedor ganhou 20 exemplares da revista, além de crachá de identificação e colete. Os vendedores contaram também com o acompanhamento dos organizadores da revista e treinamento, por meio de oficinas. As atividades estão sendo desenvolvidas com observância

---

<sup>15</sup> Disponível em: < <https://www.revistatracos.com/tra%C3%A7os-rj>>. Acesso em: 11 out.2021.

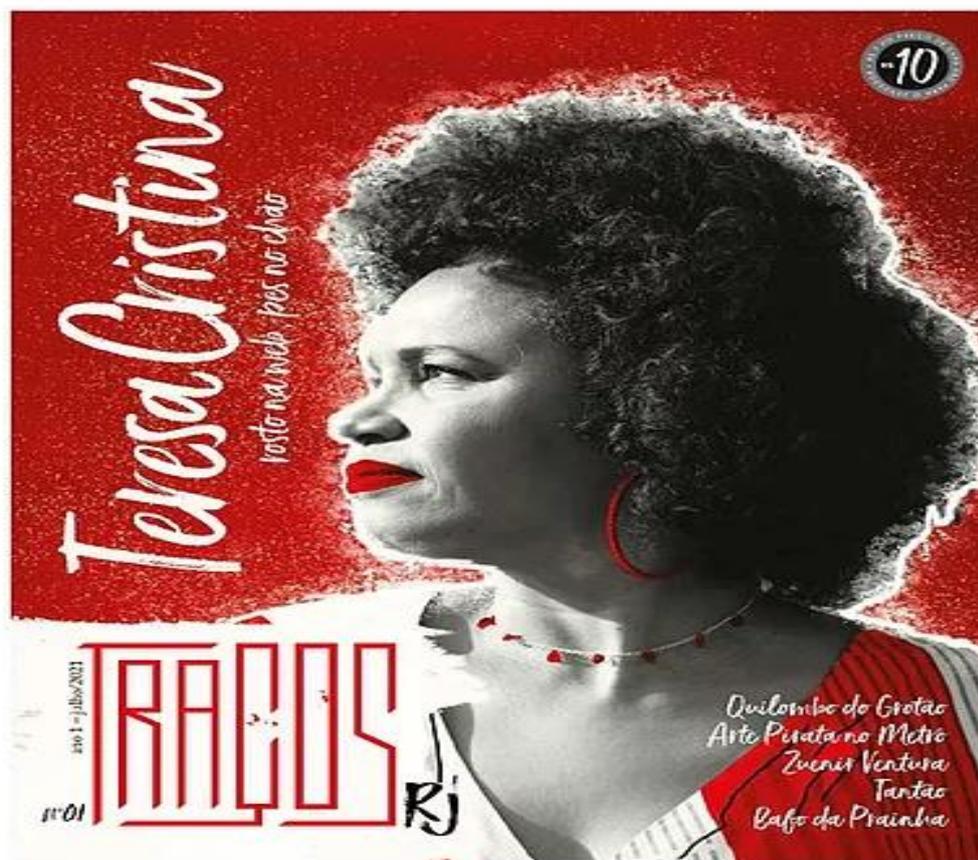
dos protocolos de segurança sanitária, para prevenir os envolvidos do contágio pelo coronavírus, conforme informações localizadas no sítio da prefeitura do Rio de Janeiro<sup>16</sup>.

Portanto, as pessoas que estão em situação de rua no Rio de Janeiro terão a oportunidade de inclusão social através do projeto em comento.

Nesse sentido, a revista Traços, de acordo com a jornalista Mari Barcelos<sup>17</sup>, em reportagem intitulada “A revista Traços chega ao Rio de Janeiro”, afirmou que:

A Traços RJ é uma realização da Blém! Estúdio de Criação; da Associação Traços de Comunicação e Cultura; e Fora da Caixa. Com patrocínio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, por meio da Lei de Incentivo; e pela BAT Brasil. Com apoio institucional da Prefeitura do Rio, pelas Secretarias de Assistência Social, e de Cultura; e pela prefeitura de Niterói, pelas Secretarias de Assistência Social e Economia Solidária; pela de Saúde; e de Cultura. Além da Aliança Nacional LGBTI+; o Grupo Arco Íris; a Colmeia Carioca Coworking; e o Fundo de População das Nações Unidas.

Imagem 06 – *Traços* n. 01. Rio de Janeiro.



Fonte: Traços, julho, 2021.

<sup>16</sup> Disponível em: < 'Traços': Revista de cultura e economia criativa está à venda no Rio por pessoas em situação vulnerável - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - prefeitura.rio>. Acesso em: 11 out.2021.

<sup>17</sup> Disponível em: < <http://artecult.com/revista-tracos-chega-ao-rio-de-janeiro/>> Acesso em: 11 out.2021.

Assim, no Brasil, quem adquire algum dos produtos dos papéis de rua citados consome informações e conteúdos diferenciados daqueles publicados pela grande mídia, contemplando arte, esporte, meio ambiente, política, além de matérias relacionados à realidade, vivências e situações que perpassam a vida de quem está em situação de rua.

Ao adquirir o jornal ou revista, o consumidor fortalece cada projeto mencionado ao longo deste tópico, participa de uma experiência que visa a transformação da sociedade e oportuniza a inclusão social dessas pessoas, as quais - muitas vezes - estão em situação de rua ou vulnerabilidade social.

## **2.2. O caso da revista Traços em Brasília**

No Distrito Federal (DF), há muitas pessoas em situação de rua, vivendo debaixo de marquises, viadutos, áreas comerciais. De acordo com a Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (Sedestmidh)<sup>18</sup>, a quantidade de pessoas nessa situação aumentou 20% apenas em um ano.

No ano de 2016, eram aproximadamente 2.500 pessoas morando na rua. Em 2017, o número passou a ser superior a 3.000. No entanto, esse número pode ser maior, pois organizações que trabalham diretamente com essas pessoas garantem que - no Distrito Federal - há mais de 6.000 pessoas vivendo nessa condição.

Feitas essas considerações iniciais, cabe mencionar que a idealização do projeto da revista Traços começou no mês de setembro, do ano de 2015. Na elaboração da revista, buscou-se outras referências, como a da revista *Ocas*, além de experiências internacionais.

Após a análise dos modelos de revistas e jornais existentes, definiu-se que o intuito da Traços seria a geração de renda e a aquisição de autonomia pelas pessoas em situação de vulnerabilidade social, tendo a cultura como principal eixo de transformação.

Em novembro de 2015, ocorreu o lançamento<sup>19</sup> oficial da revista Traços, em Brasília, a qual tem um formato de revista impressa, com 76 folhas.

Convém destacar o depoimento, para o sítio “Portal dos Jornalistas”, do músico e jornalista André Noblat, Diretor de Redação da revista e um dos principais idealizadores do projeto<sup>20</sup>:

---

<sup>18</sup> Disponível em:

<[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/05/25/interna\\_cidadesdf,680561/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-no-df-cresce-20-em-um-ano.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/05/25/interna_cidadesdf,680561/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-no-df-cresce-20-em-um-ano.shtml)>. Acesso em: 21 abr. 2021.

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://www.achabrasilia.com/revista-tracos/>>. Acesso em 22 mar.2021.

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://www.portaldosjornalistas.com.br/fins-sociais-revista-tracos-lancada-na-capital-federal/>>. Acesso em: 22 mar.2021.

“Foram dez anos de correria para viabilizá-la na Capital Federal. Ao longo desse tempo até surgiram oportunidades de lançar a revista, mas não o principal, que é o acompanhamento da pessoa em situação de rua. Quando fui conhecer outras publicações, percebi que é isso que garante o sucesso da iniciativa. É uma vitória. A gente conseguiu reunir grandes parceiros que possibilitaram as condições necessárias para realizar o projeto”.

Inicialmente, a revista lançava cerca de 10.000 (dez mil)<sup>21</sup> edições e, atualmente, são aproximadamente 7.000 (sete mil) unidades por mês. Os Porta-Vozes, por sua vez, recebem auxílio através de uma bolsa, por dois meses. Após, ficam com os valores auferidos com a venda das revistas.

Imagem 07 – *Traços* n. 1.



Fonte: *Traços*, novembro, 2015, Brasília.

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/01/Plano-de-Trabalho-N%C2%BA-14-2019.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2020.

O principal patrocínio da revista ocorre pelos recursos financeiros advindos da Lei de Incentivo à Cultura do Distrito Federal<sup>22</sup>, em que empresas, projetos e artistas podem se valer desses incentivos para captar recursos e desenvolver apresentações, filmes, espetáculos e diversas outras manifestações artísticas.

Além disso, a revista possui algumas parcerias, uma delas é com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), que contribui com matérias da revista, em que são abordadas diversas temáticas - dentre elas - algumas relacionadas com a saúde, as quais trazem reivindicações coletivas quanto à necessidade da atenção das políticas públicas, narraram situações de grande impacto na sociedade, como o envelhecimento e a mortalidade materna.

Outra parceira, a Fiocruz Brasília, vem tem debatido diversos aspectos que permeiam o cotidiano das pessoas em situação de rua e a experiência Traços no Distrito Federal, como por exemplo, relacionados ao trabalho do Porta-Vozes da Cultura. Aliás, em parceria, foi criado o instrumental voltado para a avaliação do ganho de autonomia do Porta-Voz da Cultura. Além disso, a parceria também fortalece e apoia a realização de eventos importantes como: Café com Broas Ideias & EnconTraços (2016)<sup>23</sup> e o Seminário Autonomia e Transformação Social da Pessoa em Situação de Rua (2018)<sup>24</sup>, os quais possibilitam o diálogo entre a população e as instituições parceiras.

Nesse sentido, destaca-se também a necessidade de um olhar mais cuidadoso da sociedade e do Estado para as pautas abordadas, além de serem reafirmados os vários direitos das pessoas, os quais precisam ser garantidos, como o acesso à informação e aos serviços disponíveis.

Percebe-se, assim, que o leitor da revista Traços recebe um conteúdo repleto de informações culturais, abrangendo debates necessários e contextualizando histórias da vida real, opiniões de especialistas. Também são realizadas referências a legislações em vigor, as quais fundamentam temas de relevância social, que preveem igualdade de gênero, respeito, fim da violência contra as minorias, necessidade de políticas públicas.

Outra questão importante da revista Traços é o espaço conferido a artistas pouco conhecidos, além do espaço para as pessoas em situação de rua, muitas vezes marginalizadas, tendo como parâmetro o respeito as diferenças de natureza religiosa, de gênero, de política.

---

<sup>22</sup> Lei n. 5.021, de 22 de janeiro de 2013. Disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/LEI-N%C2%BA-5.021-DE-22-DE-JANEIRO-DE-2013.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://www.fiocruzbrasil.org.br/revista-tracos-e-lancada-na-fiocruz-brasil>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

<sup>24</sup> Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/seminario-em-brasil-chama-atencao-para-pessoas-em-situacao-de-rua>>. Acesso em: 19 jul.2021.

Somado a isso, o projeto também representa uma ponte entre os Porta-Vozes e a sociedade, a qual - por muito tempo - adotou uma postura de exclusão ou que os ignorava. Entretanto, observa-se algumas mudanças sociais, por meio da troca de informações, de conhecimento e experiências.

Outrossim, convém mencionar ainda que, de acordo com a revista Traços<sup>25</sup>, n. 25, no anseio de inserir essa população no mercado de trabalho e possibilitar o acesso à moradia, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei n. 6.128<sup>26</sup> - de 01 de março de 2018 - elaborado pelo deputado Ricardo Vale, que prevê a reserva de 2% das vagas de trabalho em serviços e obras públicas para pessoas em situação de rua.

Assim, conforme os artigos da mencionada lei, as empresas responsáveis pelas obras deverão informar a oferta de vagas ao órgão do governo, que responde pela pauta da assistência social.

Em contrapartida, os candidatos e candidatas às vagas devem estar inscritos em programas ou políticas públicas do Distrito Federal, preencher os requisitos necessários para o exercício da atividade profissional almejada e cumprir o horário de trabalho fixado.

Dessa forma, a revista Traços<sup>27</sup> se propõe a estimular o protagonismo das pessoas em situação de rua, que ao serem chamados de “Porta-Vozes da Cultura”, representam mais do que vendedores de uma revista, mas transmissores de conhecimento e cultura da cidade de Brasília.

Ante o exposto, fica claro que a Traços, integra, na atualidade, a vertente de tecnologia social dos *street papers* e a *International Network of Street Papers* (Rede Internacional de Papéis de Rua), tendo como objetivo o alinhamento de informações com projeto social, promovendo cultura e o desenvolvimento de atividades laborais, pelas pessoas em situação de vulnerabilidade.

### **2.3. Apresentando Brasília ao leitor**

Além dos motivos elencados no tópico anterior, a revista possui a finalidade de apresentar Brasília a Brasília. Com efeito, mostra-se imperioso explicar em que consiste a mencionada finalidade da revista. e acordo com Noblat (2018)<sup>28</sup>, a ideia é que aqueles que habitam o espaço da capital federal consigam se identificar culturalmente. Nesse cenário,

---

<sup>25</sup> André Noblat para a seção “Poucas e Boas” da Revista Traços, edição n. 25 (abril de 2018).

<sup>26</sup> Lei n. 6.128, de 01 de março de 2018. Disponível em: <[http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/2738489efef74b2f9f3a2fc0322e67c5/Lei\\_6128\\_01\\_03\\_2018.html](http://www.tc.df.gov.br/sinj/Norma/2738489efef74b2f9f3a2fc0322e67c5/Lei_6128_01_03_2018.html)>. Acesso em: 19 jun.2021.

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://mapa.cultura.df.gov.br/agente/191/>>. Acesso em: 06 maio 2021.

<sup>28</sup> André Noblat para a seção “Poucas e Boas” da Revista Traços, edição n. 30 (nov./dez. de 2018).

mostra-se importante a desconstrução da ideia formada no imaginário popular, de que Brasília constitui apenas um dormitório para servidores públicos.

Assim, conforme Noblat é importante valorizar a cidade e mostrar que existem, por exemplo, muitos artistas talentosos, os quais precisam ser conhecidos pela população. Além do mais, convém destacar a importância do poder econômico que a cultura possui.

Somado a isso, outro ponto relevante é a associação da cultura com a comunicação, porquanto são fenômenos indissociáveis e complexos.

Na ótica de Temer e Tondato <sup>(31)</sup>, a cultura é entendida como um sistema de comunicação, enquanto a comunicação é um processo no qual aquela encontra terreno para seu desenvolvimento. Em detalhes, tal concepção prevê o seguinte:

[...] a análise cultural como o estudo das formas simbólicas das ações, objetos e expressões significativas de vários tipos e em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e por meio dos quais, são transmitidas e recebidas essas formas simbólicas. Relações assimétricas de poder, acesso diferenciado a recursos e oportunidades e mecanismos institucionalizados de produção, transmissão e recepção constituem-se, neste caso, os aspectos estruturantes destes contextos e processos <sup>(31:154)</sup>.

Nessa conjuntura, ao tratar da revista Traços, mostra-se fundamental contextualizá-la em Brasília, isto é, que seja levada em consideração a dinâmica de vida em que está inserida, os símbolos, os valores da capital federal.

A rigor, nas palavras de Medeiros e Campos apud Freitas <sup>(6:96)</sup>, “a capital já teria experimentado sucessivas fases: projetada, construída, tombada e vivenciada”. Ou seja, Brasília nasceu, conforme Freitas <sup>(6)</sup>, com o intuito de ser diferente dos demais centros urbanos do Brasil.

Sem dúvidas, o ex-presidente da República, Juscelino Kubitschek, alavancou a construção da capital do país, marcando o início da “Nova Era do Brasil [...], transformando a sociedade brasileira” (Holston apud Freitas <sup>(6:76)</sup>), a partir da: “criação de uma ordem social nacional inspirada nos valores de seus projetos urbanístico e arquitetônico” <sup>(6:76)</sup>.

Ainda no que se refere à Brasília - segundo Freitas <sup>(6:76)</sup> - “foi materializada, em 1960, pelo trabalho de arquitetos, fundadores e construtores notórios, também se diferencia de outras cidades seculares”, pois:

(...) foram milhares de pessoas e eventos que, ao longo do tempo, estruturaram o que vemos. Todas as cidades não planejadas são fetichizadas pela história. Por trás delas, encontram-se profundos movimentos históricos que vão dando forma ao espaço urbano, transformando-o, (re) criando arquiteturas, levando a que desconheçamos porque têm esta ou aquela forma e dinâmica. (RIBEIRO apud FREITAS <sup>(6:76)</sup>).

No que se refere às considerações sobre a revista Traços, no contexto de Brasília, cabe reiterar que a revista iniciou as atividades no ano de 2015, em um momento que a maior parte

dos residentes, no Distrito Federal, ainda era composta de migrantes (51,08%), superando os 48,92% de brasilienses natos<sup>(6)</sup>. Em síntese, nas palavras de André Noblat:

“os trabalhadores que ergueram a cidade e as massas de migrantes que se transferiram para o Distrito Federal nos anos subsequentes trouxeram tradições e referências culturais dos lugares de origem. Traços perpassa o processo de amadurecimento de Brasília por meio de protagonistas de uma cultura local que estaria em formação, ou seja, atêm-se ao conjunto de práticas partilhadas pelos habitantes da capital.”<sup>(6:77)</sup>

Desse modo, relevante mencionar, ainda, que, segundo Noblat (em 2018), dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) demonstraram que só em Brasília a cultura gera mais de 40 mil empregos. A rigor, em uma cidade sem indústrias e grandes empresas, a economia criativa pode ser um de seus maiores ativos.

#### **2.4. Os Porta-Vozes da Cultura**

A revista Traços, como já citado no decorrer deste trabalho, foi pensada como uma fonte de renda para as pessoas em situação de rua. Por certo, ao oportunizar trabalho para pessoas em situação de rua, cria-se uma ligação comercial e editorial. Em resumo, forma-se:

[...] um processo que tem início com a contemplação do projeto pelo edital da Lei de Incentivo à Cultura do DF, passa pelas concepções gráficas e de conteúdo jornalístico, pelo alcance do consumidor final, pela visibilidade de artistas e manifestações culturais locais e pelo impacto final nos próprios Porta-Vozes.<sup>(6:148)</sup>

Ademais, a publicação da revista também contempla espaço, na seção “3x4” e em matérias especiais, para as histórias de vida dos Porta-Vozes da Cultura.

Em relatos compartilhados nas publicações, há a possibilidade de aproximar e sensibilizar o leitor sobre detalhes da vida das pessoas em situação de rua. Nessas circunstâncias, a publicação da história na revista é similar a uma premiação pelas vendas obtidas.

Partindo dessa perspectiva, pode-se compreender que não existe ser social sem o trabalho e que, por intermédio do trabalho, o homem diferencia-se das demais espécies animais.

Marx, inclusive, faz essa distinção, conforme exposto abaixo:

“Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente, antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia inicialmente.”<sup>(7: 255-56)</sup>

Por certo, o trabalho não se reduz à ‘atividade laborativa ou emprego’, mas à produção de todas as dimensões da vida humana. Feitas as breves considerações a respeito da importância do trabalho, passa-se ao desenvolvimento do estudo acerca da revista Traços e da sua relação com as pessoas em situação de rua, a qual possibilita a: “garantia ao vendedor Porta-Voz da Cultura a oportunidade de obter trabalho e renda fixos, o que proporciona a saída do ciclo da pobreza e das limitações das ruas, como o convívio com as drogas e a falta de perspectivas pessoais e profissionais”<sup>(29)</sup>.

Nesse contexto, de acordo com Freitas<sup>(6:148)</sup>, os vendedores da revista são “homens e mulheres adultos, nascidos ou não na capital federal, mas que, por diferentes razões, encontravam-se em extrema vulnerabilidade social, especialmente, em situação de rua”.

Pertinente mencionar, ainda, que o projeto começou<sup>29</sup> com o comércio das revistas pelo valor de R\$5,00 (cinco reais), ocasião em que cada Porta-Voz da Cultura comprava a revista por R\$1,00 (um real) real e obtinha um lucro de R\$4,00 (quatro reais) na revenda.

Após alguns anos, o valor da revista foi reajustado. Na atualidade, a revista Traços é vendida por R\$10,00 (dez reais), dos quais R\$7,00 (sete reais) são destinados ao vendedor. Com a outra parte do dinheiro, o adepto do projeto economiza, reúne a quantia necessária e adquire novos exemplares e, por consequência, reinicia o ciclo de renda. Convém deixar claro que, cada Porta-Voz da Cultura recebe, gratuitamente, um lote inicial de 30 exemplares.

Dessa maneira, cria-se um ciclo de geração de renda, o participante conquista a autonomia e o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. A ideia perpassa o fato que cada vendedor pode construir uma rede de clientes em seu ponto de venda.

Além das revistas, cabe mencionar que o Porta-Voz ganha um kit<sup>30</sup> “com colete, boné e crachá de identificação, além de ser realizado um treinamento para vendas, assim como um acompanhamento personalizado, o qual inclui planejamento financeiro. Também são realizados encaminhamentos para o acesso à rede assistencial, ao apoio educacional e à inserção em atividades e ações culturais<sup>(29)</sup>.”

No mais, destaca-se o conteúdo do código de conduta, o qual está registrado no início da revista e estabelece os ditames da ética e da moral, pelos quais os envolvidos na Traços, principalmente os Porta – Vozes da Cultura comprometem-se a viver, dentre eles: não praticar o uso de linguagem racista, sexista, homofóbica ou ofensiva. Em hipótese nenhuma, o Porta-

---

<sup>29</sup> Disponível em: <<https://www.portaldosjornalistas.com.br/fins-sociais-revista-tracos-lancada-na-capital-federal>>. Acesso em: 06 maio.2021.

<sup>30</sup> Disponível em: <<https://medium.com/revistatraços/sou-traços-pq-conheça-a-revista-traços-d2b98749aa97>>. Acesso em: 21 maio. 2021.

Voz poderá oferecer revista sob efeito de álcool ou sob influência de drogas; também é proibido pedir qualquer tipo de doação, enquanto usa o crachá ou o uniforme de identificação da Traços.

Desde 2015, de acordo com dados apresentados pela própria Revista Traços, já passaram pelo projeto mais de 300 pessoas, 11 Porta-Vozes conquistaram moradia própria, 100% passaram a custear a alimentação e manter ações de autocuidado. Mais de 170 Porta-Vozes saíram das ruas e conquistaram empregos formais ou informais depois de passarem pela Traços, 11 Porta-Vozes conseguiram moradia própria e 4 Porta-Vozes foram aprovados em um curso superior.

Nesse cenário, analisando o período de 2015 e 2020, foi possível construir um quadro comparativo, considerando os dados dos seguintes exemplares: edição n. 30 (nov./ dez. 2018); n. 35 (nov. 2019) e, edição especial, de 5 anos de Traços (2015-2020).

Quadro 1 – Dados divulgados, pela Revista Traços, acerca dos Porta-Vozes da Cultura

<b>2015 -2018 (3 anos)</b>	<b>2015 – 2019 (4 anos)</b>	<b>2015 – 2020 (5 anos)</b>
229 Porta – vozes passaram pelo projeto e receberam treinamento.	275 Porta – vozes passaram pelo projeto e receberam treinamento.	Mais de 300 pessoas foram beneficiadas com o projeto social.
24 conquistaram um emprego formal e deixaram a Traços.	166 conquistaram um emprego formal ou informal e saíram da extrema vulnerabilidade financeira.	Mais de 170 Porta-Vozes saíram das ruas e foram para trabalhos formais ou informais depois de passarem pela Traços.
100% passaram a custear a própria alimentação e manter ações de autocuidado.	100% passaram a custear a própria alimentação e manter ações de autocuidado.	100% passaram a custear a própria alimentação e manter ações de autocuidado.
45 Porta- Vozes passaram por tratamento terapêutico para superar a drogadição.	66 Porta-Vozes passaram por casas de recuperação para tratamento e abstenção de drogas.	67 Porta-Vozes beneficiados passaram por tratamento contra a drogadição em comunidade terapêutica.

Fonte: a autora, 2021.

Os dados evidenciam que não é simples responder às demandas dessa população, mas que, durante os 5 anos de projeto, há muitos resultados positivos, demonstrando a importância desta ferramenta para o trabalho e a geração de renda para as pessoas em situação de rua.

Evidencia-se, assim, que vários benefícios são proporcionados pelo trabalho com a revista Traços, os quais vão muito além da questão financeira. Destaca-se, pois, a mudança na rotina dessas pessoas, a conquista do reconhecimento, enquanto indivíduos transmissores de cultura.

Com efeito, a venda da revista, além de oportunizar geração de trabalho e renda para a população em situação de rua, também pode se transformar em uma ponte entre os Porta-Vozes e a sociedade, a qual insistiu - por muito tempo - em ignorá-los, mas começa a trocar enriquecedoras informações, conhecimento e experiências com esses participantes.

Sem dúvidas, a possibilidade de sair da rua, de prover as necessidades básicas e alcançar outros objetivos são alguns pontos positivos do projeto em comento, que ultrapassam o ganho monetário.

O trabalho em que o Porta-Voz é inserido possibilita a obtenção da autonomia, na medida em que os participantes do projeto conseguem adquirir a habilidade de lidar melhor com as demandas da vida. Em suma, o trabalho torna-se o principal aliado para a construção da identidade e do resgate da autonomia desses participantes.

## **2.5. A geração de renda, ganho de autonomia e saúde**

A população em situação de rua, como visto nos tópicos acima, é alvo de preconceito e discriminação, pois esta condição transmite, para muitos, a ideia que o indivíduo é unicamente responsável pela sua situação de vida precária<sup>(23)</sup>.

Diante da complexidade de vida deste segmento populacional, segundo Paiva et al.<sup>(3)</sup>, é preciso desconstruir padrões, em especial pelo fato de serem:

Homens, mulheres, crianças, idosos, jovens, que, diariamente, lutam pela sobrevivência. No entanto o contexto no qual essa população vive tende a mantê-la em uma posição de invisibilidade, destituída da condição de cidadã: “[...] eu não tenho nome, eu não tenho identidade”<sup>(3:5)</sup>.

Por sinal, de acordo com Escorel apud Paiva et al.<sup>(3)</sup>, apesar de as pessoas em situação de rua apresentarem problemas comuns, estarem excluídas e desamparadas: “diferenciam-se pelos motivos que levaram as pessoas desse grupo para a rua, pelo tempo de permanência nela, pelo grau de vínculos familiares existentes e pelas estratégias de sobrevivência adotadas”<sup>(3:6)</sup>.

Com isso, observa-se que o fato de uma pessoa viver na rua a coloca em um lugar de vulnerabilidade social, caracterizada, em especial, “pela precarização das condições de vida e saúde, exposição a fatores de risco e violências, ausência de acesso a fontes de renda e direitos humanos e sociais e discriminação em relação ao acesso a bens e serviços de saúde”<sup>(24 :3358)</sup>.

O preconceito contra as pessoas em comento é perceptível e manifestado de diversas maneiras, como por xingamentos. Ao denominá-los, de forma pejorativa, muitos indivíduos acabam sendo influenciados na autopercepção<sup>(3)</sup>.

Com isso, mostra-se emergencial o resgate da identidade e da autoestima das pessoas em situação de rua. Em primeiro lugar, considera-se relevante que a pessoa em situação de rua recupere a percepção de que é um ser humano como os demais<sup>(29)</sup>.

A pessoa em situação de rua precisa reconhecer que é um participante com direitos e deveres. Apesar disso, como já mencionado ao longo deste trabalho, inegável que muitos dos direitos desta população acabam não sendo integralmente assegurados, seja pelo poder público, seja pela comunidade em que estão inseridos<sup>(23)</sup>.

Neste ponto, importante mencionar, ainda, em que consiste a cidadania, a saber: “atributo do cidadão reconhecido pelo Estado, que deve assegurar a todos o pleno exercício dos direitos civis, econômicos, sociais e políticos”<sup>(23: 6)</sup>.

Em segundo lugar, considera-se imprescindível que seja assegurada a identidade desses indivíduos perante a sociedade e o Estado, com o desenvolvimento de suas potencialidades, a fim de viabilizar a conquista, por exemplo, de um olhar mais benéfico da coletividade<sup>(23)</sup>.

O rompimento da invisibilidade e da imagem negativa, estereotipada pela sociedade, representa um caminho para o resgate da cidadania, bem como da dignidade dos participantes em comento<sup>(23)</sup>.

O maior desafio consiste na proximidade com esta população, para acompanhar o dia a dia dessas pessoas e, por consequência, conhecer as demandas e as complexidades dos seus processos, como de saúde-doença, a fim de ajudar a encontrar as soluções necessárias para os problemas identificados<sup>(3)</sup>.

Nesse sentido, convém compartilhar as ideias de Wijk e Mângia<sup>(24)</sup>, de que é necessário reconhecer que as pessoas em comento são detentoras de direitos e possuem especificidades, como agravos à saúde física e mental, mais significativos do que a população em geral.

Com efeito, inúmeras pessoas em situação de rua apresentam: “transtornos mentais, associados ou não ao uso prejudicial de substâncias, como álcool, crack e outras drogas, bem como a mortalidade prematura, são fatores que requerem ações intersetoriais, preferivelmente coordenadas pela atenção primária em saúde”<sup>(24:2)</sup>.

Somado a isso, conforme as lições de Wijk e Mângia<sup>(24)</sup>: “a pessoa em situação de rua acaba abandonando o acompanhamento nos serviços de saúde, pois o acesso é limitado.” Em outras palavras, restringe-se o acolhimento e, por consequência, as demandas dessa população não são atendidas.

Não obstante, ainda com os limites apontados, a área da saúde: “tem buscado alinhamento ao que é preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que propõe que

se priorize o cuidado a grupos vulneráveis articulado ao exercício de direitos humanos e de cidadania”<sup>(24:2)</sup>.

A implementação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no Brasil, mostra-se recomendável para o enfrentamento dos desafios, assim como para a transformação do cenário em comento - de fragmentação das ações e serviços de saúde. Para tanto, cabe aumentar os serviços que realizam o acolhimento das pessoas em situação de vulnerabilidade<sup>(24:2)</sup>.

A rigor, a mencionada Rede: “reconhece a necessidade de desenvolver ações dirigidas à população em situação de rua, que considerem suas especificidades e contemplem a oferta de cuidados adequados em saúde mental”<sup>(16:2)</sup>. Visto que, conforme Paiva et al.<sup>(3)</sup>, considera-se importante compreender, por exemplo, quem são essas pessoas, como conseguem sobreviver e quais sentidos atribuem para a existência.

Nesse contexto, em conformidade com a mencionada perspectiva, são propostas as equipes de Consultório na Rua, componentes da Atenção Básica em Saúde da RAPS. Tais equipes estão vinculadas à Política Nacional de Atenção Básica.

Contudo, em muitos serviços ainda imperam: “requisições burocráticas, como a exigência de documentos e comprovante de residência, os quais acabam limitando o agendamento de consultas e causando a inflexibilidade de horários, contribuindo para reforçar o processo de exclusão vivenciado”<sup>(24:8)</sup>.

No âmbito jurídico, pertinente mencionar que a Constituição da República, em seu art. 1º, inciso III, prevê como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito brasileiro a dignidade da pessoa humana.

A Constituição, ainda estabelece, em seu art. 3º, alguns dos seus objetivos fundamentais, quais sejam: “a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais, além da promoção do bem-estar de todos sem preconceitos de qualquer natureza”<sup>(2:3)</sup>.

Outrossim, com o objetivo de concretizar o acesso por completo aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, que vivem nas ruas, assim como viabilizar a reinserção desse grupo a sua rede familiar e comunitária, foi lançada a Política Nacional para a População em Situação de Rua, por meio do Decreto Federal n. 7.053, de 23 de dezembro de 2009.

Nessa conjuntura, a referida Política Nacional representou um marco no reconhecimento da população em comento, juntamente com a criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento<sup>(2)</sup>.

A propósito, dentre os princípios da Política Nacional estão a necessidade de o atendimento ser realizado de forma humanizada e universal, com respeito: “às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com

atenção especial às pessoas com deficiência”<sup>(23:5)</sup>. Além disso, destacam-se alguns objetivos da Política:

assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda; garantir a formação e a capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua; desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a População em Situação de Rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos; implantar centros de defesa dos direitos humanos para a População em Situação de Rua; criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS) para qualificar a oferta de serviços; implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela População em Situação de Rua, com qualidade; e disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho<sup>(2:15)</sup>.

Nesse ponto, o avanço e a busca para assegurar os direitos desta população, assim como pelo fim das várias formas de violência as quais estão submetidos, contou com o apoio do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), de pesquisadores e de diversos grupos da sociedade<sup>(29)</sup>.

Outras conquistas foram obtidas pela População em Situação de Rua, como: “a contagem oficial por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (ocorreu no Censo de 2020), a inclusão no Programa Minha Casa Minha Vida e a instituição do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua”<sup>(2:6)</sup>.

No mais, ressalta-se a importância do MNPR na conquista de diversos avanços, dentre os quais pode-se destacar, em 2008, a realização da primeira Pesquisa Nacional da População de Rua.

Em 2013, houve a conquista de um assento no Conselho Nacional de Saúde. Em 2014, conquistou-se: “um assento no Conselho Nacional da Assistência Social. Também houve a implantação de seis Comitês Estaduais e Municipais da População em Situação de Rua”<sup>(2:19)</sup>.

Assim, observa-se a importância da participação e do controle social por parte da população em situação de rua ou de entidades que atuam na defesa dos seus direitos, para que as ações sejam mais efetivas, por exemplo, na área da saúde<sup>(2)</sup>.

Por sinal, no que se refere à saúde, de acordo com Aguiar e Iriart apud Hino, Santos e Guerra<sup>(4:2)</sup>, “a problemática do uso abusivo de substâncias lícitas e ilícitas pela população que vivencia situação de rua é frequente”.

Além disso, o consumo dessas substâncias “muitas vezes é anterior à vida na rua e essa dependência acompanha a pessoa pelo fato de ser uma forma de poder suportar as dificuldades enfrentadas na rua<sup>(4:6)</sup>.”

Dito isso, independente das demandas mais frequentes dessa população, enfatiza-se que a população de rua não necessita de um novo sistema de saúde, pois segundo Paiva et al.<sup>(3:8)</sup>, “a equidade, a integralidade e a universalidade do atendimento estão garantidas na Constituição da República, com a criação do SUS.”

Apesar disso, para a implementação do disposto no texto constitucional, observa-se que o sistema de saúde não pode estar centrado no modelo biomédico, porquanto o mencionado modelo revela-se muito aquém das reais necessidades sociais da População em Situação de Rua.

Dessa forma, mostra-se necessário - por exemplo - priorizar aspectos como a autonomia desses participantes, pois, conforme Andrade, André, Westphal, apud Silva e Andrade, a: “questão da autonomia está intimamente relacionada com o referencial da promoção da saúde, visto que a preocupação reside na potência de cada participante poder escolher para atingir sua saúde, em uma busca constante de sua emancipação<sup>(31:1)</sup>.”

Assim, de acordo com Silva e Andrade<sup>(32:1)</sup>, a afirmativa está em conformidade com a Política Nacional de Promoção da Saúde, revista em 2014, que tem como objetivo: “promover a equidade e melhoria das condições e dos modos de viver, ampliando a potencialidade da saúde individual e coletiva, reduzindo vulnerabilidades e riscos à saúde decorrentes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais”.

Para Silva e Andrade<sup>(32:6)</sup>, o processo de criação da autonomia perpassa o movimento de construção de participantes e coletivos. Logo, a autonomia pode ser alcançada em maior ou menor grau durante determinados momentos da vida.

De mais a mais, reforça-se a ideia de: que são habitantes das ruas e habitados por elas, as pessoas em situação de rua necessitam de privacidade, dignidade e de reconhecimento enquanto cidadãos<sup>(3:7)</sup>.

Com isso, segundo Paiva et al.<sup>(3)</sup>, não incorre em desconsiderar a importância de prover as necessidades básicas inerentes ao ser humano, por exemplo, relacionadas à alimentação ou higiene, mas contribuir com a promoção de cidadania da PSR.

Além do exposto - no que se refere ao projeto da revista Traços - dentro da jornada do Porta-Voz da Cultura, conforme a edição especial da revista Traços (2015-2020), 67 pessoas foram beneficiadas com tratamento, em comunidade terapêutica, contra a drogadição. No mais,

27 pessoas com algum tipo de deficiência física ou mental tiveram a oportunidade de atuar como Porta-Voz da Cultura.

Nesse sentido, considera-se possível a interferência em aspectos que perpassam a vida da pessoa em situação de rua. De acordo com os organizadores da revista Traços, a mencionada interferência ocorre por meio do apoio fornecido pelos parceiros, que oferecem vários serviços, como: o Centro Pop (Centro de Atendimento à População de Rua), o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), o Consultório na Rua, além de várias casas terapêuticas e organizações sociais.

Essas parcerias são essenciais para: “garantir as condições de resgate da autoestima, do crescimento pessoal e profissional dos Porta-Vozes da Cultura. É o cinturão de apoio social, o qual permite que o projeto tenha bons resultados<sup>(29)</sup>.”

O governo do Distrito Federal (GDF), por sua vez, disponibilizou três Consultórios na Rua (Plano Piloto, Taguatinga e Ceilândia); equipes de atenção básica em saúde, as quais são direcionadas, especificamente, para a atenção junto à população em situação de rua.

Também são oferecidos, pelo GDF, dois Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop (Plano Piloto e Taguatinga), específicos para população adulta em situação de rua.

## **Capítulo 3**

### **Percurso metodológico**

### CAPITULO 3: PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa descritiva, orientada pela abordagem qualitativa de investigação, na medida em que as mesmas, conforme Minayo <sup>(33)</sup> permitem uma relação dinâmica entre o mundo real, o mundo objetivo e a subjetividade do participante, a qual não pode ser caracterizada em números.

No processo de pesquisa qualitativa, a interpretação dos fenômenos e a atribuição dos significados são básicas. Dessa maneira, considerando o objetivo de analisar o trabalho dos Porta-Vozes da revista Traços e suas repercussões para a promoção da saúde, a geração de trabalho e renda para as pessoas em situação de rua, foram utilizadas as pesquisas documental, bibliográfica e de campo.

Ademais, o objetivo deste estudo não visa uma representação numérica - ou seja - a intenção não é quantificar o objeto posto, mas buscar a compreensão e a análise da realidade social, entendendo que a pesquisa, assim como a produção científica requerem um olhar sistemático da realidade <sup>(34)</sup>.

A pesquisa qualitativa propicia o entendimento da realidade do objeto em discussão, a partir de suas múltiplas determinações. Como afirma Minayo <sup>(33)</sup>, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

Nesse sentido, a presente pesquisa buscou apreender a realidade, por meio de um processo de abstração, com prioridade para as categorias centrais, levando-se em consideração os processos históricos, sociais, dentro de uma razão dialética, visto que:

O conjunto de procedimentos adotados nessa postura pelo pesquisador leva à construção de um conhecimento não linear, não espasmódico, já que a sua derivação ocorre pela observação social do objeto. [...] Fiel à história, contribui para que a significância do objeto seja apreendida pelo movimento dialético no momento da sua construção teórica <sup>(34:69-70)</sup>.

No que tange à pesquisa bibliográfica, por sua vez, trata-se de um caminho importante para alcançar soluções relacionadas ao objeto de pesquisa, considerando as aproximações sucessivas da realidade, da sua carga histórica e de suas diferentes realidades. Resume-se em um: “conjunto de técnicas definidas pelo pesquisador para alcançar respostas ao objeto de estudo” <sup>(35:39)</sup>.

A revisão de literatura sobre a temática ocorreu nos bancos de dados da base Scielo, artigos e revistas relacionados à população em situação de rua e os *street papers*; Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), dissertações relevantes, relacionados à temática em estudo. Por

meio do descritor *street papers*, foi possível encontrar estudos sobre os mais diversos jornais de rua. Foi considerado estudos realizados a partir do ano 2007. O destaque para os seguintes textos: *Os Street Papers Ocas*” na avaliação de seus leitores in: *Comunicação: Meios e Mídias no Contexto da Pós-Verdade* (Valverde et.al, 2021); *Street Papers: Instrumento de Interação Social* (Rozendo, A., Rozendo, S., 2011); *Sapatos nos pés, street papers nas mãos: um caminho para mudança* (Rozendo, 2011). Além disso, as dissertações de mestrado: *Comunicação e Inclusão Social* (Haddad, 2007) e *Recriações da Cidade Inventada: Brasília na Revista Traços e na série Distrito Cultural* (Freitas, 2018).

A análise documental possibilitou o acesso ao registro - nas plataformas digitais - de dados públicos, fornecidos pelo governo brasileiro, das questões relacionadas às pessoas em situação de rua, principalmente, das políticas públicas voltadas para as áreas da saúde, assistência social e trabalho.

Nesse contexto, foram analisados os documentos, que marcaram - historicamente - as conquistas alcançadas, pela população em situação de rua, no campo dos direitos, leis, decretos, portarias e publicações de órgãos oficiais, como: *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988); *Decreto Nº 7.053* (2009) – *Política Nacional da População em Situação de Rua*; *Cartilha Saúde da População em situação de Rua: Um Direito Humano* (Ministério da Saúde); *Direitos das Pessoas em Situação de Rua* (Ministério Público do Distrito Federal e Territórios); *Nota Técnica Nº73 – Estimativa da Pessoa em Situação de Rua no Brasil – setembro de 2012 a março de 2020 – Ipea, Política Nacional de Assistência Social e Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.*

Também foi utilizada a técnica de entrevistas semiestruturadas com quatro Porta-Vozes da Cultura e um membro da gestão da Revista Traços. A propósito, Minayo<sup>(33)</sup> considera a entrevista semiestruturada um instrumento que possibilita a coleta de informações objetivas e, mais do que isso, permite captar a subjetividade embutida em valores, atitudes e opiniões.

Dessa forma, a autora supracitada aponta também o fato de que, nesta modalidade de abordagem, o roteiro deve ser construído de forma que: “permita flexibilidade nas conversas e a absorver novos temas e questões trazidas pelo interlocutor como sendo de sua estrutura e relevância.”

Para tanto, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado com questões previamente organizadas em torno de três eixos: (1) identificação do entrevistado – dados pessoais; (2) informações sobre o trabalho profissional; (3) concepções sobre as condições de trabalho.

Estabeleceu-se, ainda, de forma prévia, os seguintes critérios para os participantes de pesquisa: tempo em situação de rua (pelo menos um ano); tempo trabalhando na Traços (pelo menos seis meses) e gênero (dois homens e duas mulheres).

Utilizou-se o método da análise de conteúdo de Bardin<sup>(36)</sup> para as entrevistas. A autora define a análise de conteúdo como: “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores [...] que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”<sup>(36:42)</sup>.

Convém salientar que todas as entrevistas foram transcritas e alocadas em categorias de análise. A modalidade a ser trabalhada para o exame de conteúdo será a que: “consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõe a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (Bardin apud Minayo<sup>(33:78)</sup>).

Assim, utilizou-se a pesquisa qualitativa com ênfase na centralidade do participante, na riqueza das experiências vivenciadas no cotidiano e nos significados atribuídos às referidas experiências. A propósito, fundamentado em tal metodologia, convém mencionar que o ciclo de pesquisa não se fecha, porquanto toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas<sup>(33)</sup>.

A partir dessas considerações iniciais, registra-se, agora, alguns pontos específicos. O estudo em comento possui como lócus, principalmente, a análise da revista Traços - com sede em Brasília - na quadra comercial n. 208, da Asa Norte.

Pela importância da revista Traços, no cenário brasiliense, considerando o trabalho desenvolvido, bem como a contribuição para a ressocialização de pessoas em situação de rua - por meio da geração de renda e conquista de autonomia - justifica-se a escolha desta revista. Destaca-se, assim, que a Associação Traços de Comunicação e Cultura - pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos - desenvolve o projeto de inclusão social, através da cultura, com a editoração e publicação da revista Traços.

Em 2015, ocorreu o lançamento da revista, passando a ser comercializada em pontos, geralmente, fixos e estratégicos da cidade, a um valor “de capa” de R\$ 10,00 (dez reais), dos quais 70% ficam com o Porta-Voz e o restante é utilizado para a aquisição de outros exemplares, criando um ciclo de geração de renda.

Nessa conjuntura, com o objetivo de analisar o trabalho dos Porta-Vozes da Cultura da revista Traços e as suas repercussões para a promoção da saúde, a autonomia, a geração de trabalho e renda para pessoas em situação de rua, optou-se por entrevistar - via amostragem não

probabilística, por conveniência - informantes-chaves para a construção do trabalho: um membro da gestão ou fundador da revista e quatro Porta-Vozes da Cultura.

Dito isso, para caracterizar a geração de trabalho e renda para população em situação de rua, foram mapeadas as ofertas efetuadas para a formação dos Porta-Vozes da Cultura da Revista Traços, o trabalho desenvolvido e as estratégias e metodologias utilizadas, por intermédio das entrevistas e da revisão dos exemplares das revistas, considerando matérias e dados pertinentes para a referida pesquisa.

Os exemplares da revista - da edição n.7 (maio de 2016) até a edição n.43 (setembro/outubro de 2020) - foram cedidos pela equipe de Coordenação da Traços. Com efeito, 34 edições foram cedidas e auxiliaram na construção da pesquisa.

O exemplar especial da Traços, referente aos 5 anos da revista (edição novembro-dezembro de 2020), foi adquirido, pela pesquisadora, pelo valor de R\$ 20,00 (vinte reais), em um café na Asa Norte, após a abordagem de uma Porta-Voz da Cultura feminina.

Assim, foram realizadas entrevistas com membros da equipe da revista, por meio de amostragem (como mencionado acima), com o intuito de compreender em qual contexto de vida os indivíduos estão inseridos, quais as mudanças foram ocasionadas, após o trabalho na Traços e como as categorias trabalho, saúde e autonomia estão presentes nas atividades de Porta-Voz da Cultura.

Nesse sentido, conceito de autonomia possui relação com a ideia de liberdade, de fazer as próprias escolhas, da livre decisão dos indivíduos sobre as ações e a possibilidade de traçar as trajetórias de vida <sup>(37)</sup>.

Refere-se, ainda, à capacidade dos seres humanos de viverem a partir das próprias leis. Supõe, em resumo, a condição de homem livre para assumir as escolhas efetuadas ao longo da sua existência.

A autonomia é uma característica das sociedades democráticas, marcadas pelo direito à diversidade, à livre expressão, à liberdade de comportamentos de indivíduos e grupos, desde que respeitados os direitos de terceiros, as legislações em vigor.

Com efeito, a necessidade natural de socialização dos seres humanos faz com que eles se tornem dependentes das relações sociais, fazendo com que suas possibilidades de autonomia sejam sempre em relação aos outros ou ao coletivo.

Portanto, as regras postas para o processo civilizatório - como as leis - enquadram e limitam a autonomia de cada um. Em uma sociedade, os diferentes grupos sociais gozam de diferentes graus de autonomia, o que demonstra a dimensão política da autonomia, uma vez que ela é uma consequência das relações de poder <sup>(38)</sup>.

Nesse sentido, no que diz respeito ao conceito de saúde trata-se de algo amplo. Neste trabalho, adotou-se o conceito de Buss e Filho <sup>(39)</sup> de saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença ou enfermidade, ou seja, é uma concepção bastante ampla da saúde, para além de um enfoque centrado na doença.

Dito, o contato com os participantes entrevistados foi realizado por intermédio da Coordenação Social da Traços, cuja equipe representava a Traços nas reuniões do grupo de pesquisa intitulado: “População em situação de rua (PSR) – políticas públicas, serviços e dispositivos”.

Além do mais, cabe mencionar um caso de força maior, o qual surgiu ao longo do estudo em análise, qual seja: o surto causado pelo coronavírus (Covid-19). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a situação constitui uma emergência de saúde pública - assinalada como uma pandemia - motivo pelo qual tornou-se necessária a readequação do cronograma da pesquisa em exame.

Nesse contexto, o Ministério da Saúde do Brasil, emitiu a Portaria n. 188 - de 2020 - em que consta a decretação do estado de emergência em saúde pública, pela seriedade da situação no âmbito nacional. Na mencionada portaria, autorizou-se que Estados e Municípios se organizassem para o enfrentamento da pandemia.

Por isso, no Distrito Federal, com o crescente número de infectados e óbitos causados pela Covid-19, o governador em exercício - Ibaneis Rocha - determinou, por meio de decretos (como os de n. 40.509, de 11 de março de 2020 e n. 41.842, de 26 de fevereiro de 2021), o fechamento do comércio local. A rigor, as determinações possuíam o objetivo de evitar aglomerações e, conseqüentemente, a proliferação do vírus pela população.

Por consequência desse cenário, os Porta-Vozes da Cultura permaneceram afastados do trabalho, considerando a necessidade de isolamento social, bem como o fechamento dos estabelecimentos, os quais, geralmente, são os locais de venda dos exemplares da revista Traços e ponto de atuação dos sujeitos participantes envolvidos.

Logo, esperou-se o momento oportuno para a realização das entrevistas e adotou-se os cuidados necessários (uso de álcool em gel, máscara e distanciamento durante a gravação das entrevistas), para preservar a saúde de todos os envolvidos.

Com base no exposto, a realização das entrevistas só foi possível com o término do prazo estabelecido nos decretos referidos acima. Nas entrevistas, manteve-se, em sigilo, os nomes dos participantes. Por consequência, os entrevistados foram denominados pelos seguintes números 01, 02, 03, 04 e 05.

Salienta-se, ainda, que todos os entrevistados receberam as informações sobre a pesquisa e assinaram - antes do início das entrevistas - o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A e B), esclarecendo os motivos, os objetivos e os procedimentos utilizados neste estudo, bem como os possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, além dos benefícios esperados dessa participação e a apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas, que possam causar danos, considerando as características e contexto dos participantes da pesquisa.

No mais, o estudo foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Fiocruz Brasília (com o número 30537520.2.0000.8027), de maneira que foram garantidos e atendidos os aspectos éticos e científicos do Comitê. Portanto, foram observadas as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, presentes na Resolução n. 466, de dezembro de 2012.

Por se tratar de pesquisa de campo das Ciências Humanas e Sociais, também foi observada a resolução n. 510 - de 07 de abril de 2026 - a qual dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvem a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida na mencionada Resolução.

Assim sendo, buscou-se - ao longo desta pesquisa - a compreensão da importância do trabalho para a população em situação de rua. Para tanto, foram analisadas as características laborais dos Porta-Vozes da Cultura, os quais efetuam o comércio da Revista Traços (um dos relevantes *street papers* brasileiro); bem como as repercussões deste trabalho na geração de renda, saúde e autonomia aos participantes envolvidos no Projeto.

## **Capítulo 4**

### **Resultados e discussões**

#### **CAPITULO 4: RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O quarto capítulo contempla a análise das informações advindas da pesquisa de campo, a qual abrangeu as entrevistas semiestruturadas. O lócus da pesquisa foi a sede da revista Traços, em Brasília, localizada na Asa Norte.

A pesquisa de campo consiste em uma oportunidade valiosa para a compreensão das dimensões teórico-metodológica, ética, política e técnica operativa do trabalho profissional, de modo a contribuir para o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa.

As entrevistas foram realizadas pela pesquisadora e gravadas com a permissão dos participantes da pesquisa. Além do mais, realizou-se a transcrição na modalidade *in verbatim* (transcrição literal das palavras dos entrevistados).

Após a transcrição, procedeu-se ao processo de análise dos dados por meio de leituras sucessivas e exame das falas, o que viabilizou a identificação de categorias teóricas e empíricas, bem como a ordenação dos relatos em eixos temáticos.

Por questões que envolvem o sigilo dos (as) entrevistados (as) não serão mencionados nomes nesta análise, e, para melhor compreensão, os participantes da pesquisa de campo serão denominados como participante (s) 01, 02, 03, 04 para os Porta-Vozes da Cultura e, 05, para denominar membro da gestão da Traços.

Salienta-se que, para a realização das entrevistas, foram adotados todos os cuidados necessários relacionados às medidas de segurança e saúde (uso de máscara, álcool em gel e distanciamento social), considerando o contexto de pandemia causada pela Covid-19. Nesse cenário, convém mencionar, ainda, que a qualidade do áudio das entrevistas ficou um pouco baixo, porém não houve comprometimento para o entendimento a respeito do conteúdo.

Além do mais, o período da realização das entrevistas (mês de setembro de 2020) coincidiu com o retorno dos Porta-Vozes ao trabalho. Salienta-se, também, que a equipe da revista Traços estava no processo de organização para o retorno integral das atividades laborais.

Dessa maneira, não era possível encontrar um grande número de Porta-Vozes na unidade da Traços, motivo pelo qual foi necessário comparecer duas vezes no lócus de pesquisa. A propósito, na segunda vez, a pesquisadora permaneceu no período da manhã e da tarde no aguardo dos Porta-Vozes.

Assim, foram realizadas quatro entrevistas com os Porta-Vozes da Cultura. A propósito, convém mencionar que, inicialmente, a pesquisa em comento tinha como objetivo realizar entrevistas com um número maior de Porta-Vozes.

Ocorre que, com o advento da pandemia da Covid-19, no início do ano de 2020, adaptações foram necessárias para o desenvolvimento e conclusão deste estudo.

Dessa forma, no que se refere ao critério tempo na rua, estabeleceu-se o período de pelo menos um ano. Contudo, para os participantes entrevistados não foi aplicado, porquanto, na ocasião da entrevista, a maioria dos Porta-Vozes já não se encontravam mais em situação de rua.

Nesse sentido, especifica-se que - dos quatro entrevistados como Porta-Vozes - dois eram do sexo feminino e dois eram do sexo masculino. O membro da gestão da revista Traços que participou desta pesquisa é uma mulher.

Descreve-se, no quadro abaixo, as características relacionadas ao perfil sociodemográfico dos participantes de pesquisa:

Quadro 2. Perfil sociodemográfico dos Porta-Vozes da Cultura

<b>Participante 01</b>	<b>Participante 02</b>
Idade: 50 anos	Idade: 33 anos
Raça: parda	Raça: parda
Naturalidade: São Paulo	Naturalidade: Distrito Federal
Atuação na Traços: 3 anos	Atuação na Traços: mais de 4 anos
Renda individual média (em Salário mínimo): 2 SM	Renda individual média (em Salário mínimo): 2 SM
Escolaridade: Ensino Fundamental	Escolaridade: Ensino Fundamental
<b>Participante 03</b>	<b>Participante 04</b>
Idade: 49 anos	Idade: 58 anos
Raça: branco	Raça: branco
Naturalidade: São Paulo	Naturalidade: Piauí
Atuação na Traços: mais de 5 anos	Atuação na Traços: mais de 4 anos
Renda individual média (em Salário mínimo): 1 SM	Renda individual média (em Salário mínimo): 2 SM
Escolaridade: Ensino Fundamental	Escolaridade: Ensino Fundamental

Fonte: a autora, 2021.

Cabe consignar, mais uma vez, que foram lidos os Termos de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE) para a totalidade dos participantes da pesquisa.

A maioria dos participantes entrevistados atuam, desde o lançamento da revista, como Porta-Vozes da Cultura. Em específico, apenas um participante integrou a exceção. No que se refere à escolaridade, todos os entrevistados possuem Ensino Fundamental e os participantes 02 e 03 afirmaram não saber ler, mencionaram que sabiam apenas assinar o nome.

No que diz respeito à origem, os entrevistados relataram que vieram de outros estados para Brasília, quais sejam: São Paulo e Piauí. Portanto, cumpre esclarecer que apenas o participante 02 é do Distrito Federal.

Nessas circunstâncias, os entrevistados mencionaram que já passaram pela situação de rua em algum momento da vida. Por sinal, o participante número 02 afirmou que está há 28 anos na situação de rua. O participante número 03, por sua vez, comentou que viveu 16 anos na rua e estava há um mês morando em uma casa alugada, localizada no Varjão.

No mais, a maioria dos entrevistados relataram que já exerceram profissões como, por exemplo, panfletagem (participante 01); motorista (participante 04); catador de recicláveis, pedreiro, eletricitista, pintor e marceneiro (participante 03).

Por outro lado, verificou-se no discurso dos Porta-Vozes da Revista Traços a ausência do desejo de deixar o atual trabalho em busca de outra atividade laboral. Nas palavras de um dos entrevistados (participante 04): “(...) Porque a Traços é passageira na minha vida. A minha vida é passageira. Entendeu? Então, eu estou projetando. Já estou fazendo a minha casa lá. Já deixei uma parte para fazer uma lojinha. Em cima um sobradinho e embaixo vai ser uma mercearia.”

Além do exposto, no que diz respeito ao participante referente à gestão da Traços, convém mencionar que é uma pessoa do sexo feminino, branca, brasiliense, pós-graduada, a qual atua na Traços há quase quatro anos e possui remuneração de, aproximadamente, sete salários mínimos.

Superada a identificação e caracterização dos participantes da pesquisa, adentra-se ao estudo e interpretação dos resultados obtidos da pesquisa empírica, bem como do exame realizado através de recursos metodológicos da análise temática, visando ordenar os relatos em eixos temáticos, quais sejam: o trabalho do Porta-Voz da Cultura, geração de trabalho e renda, saúde e autonomia.

#### **4.1. O trabalho do Porta-Voz da Cultura da Revista Traços**

De início, convém mencionar que - ao longo deste tópico - será abordado, de forma pormenorizada, o trabalho desenvolvido pelos Porta-Vozes da Cultura da revista Traços, em Brasília.

Em específico, será descrito como um interessado pode se tornar um Porta-Voz da Cultura, o treinamento realizado pelos profissionais revista, a forma de contratação, os locais de venda, o público alvo, o trabalho, a maneira como os clientes são abordados, as explicações

realizadas sobre o contexto de rua, a cobrança dos valores pelo comércio da revista, o cenário de pandemia e as influências na execução do trabalho.

A revista Traços, como já mencionado durante o desenvolvimento deste trabalho, é comercializada por meio dos Porta-Vozes da Cultura, com o propósito de geração de renda e como ferramenta de transformação social.

Em especial, na seção 3x4, são apresentados os perfis dos Porta-Vozes, pessoas que:

[...] por meio da publicação, teriam passado a experimentar Brasília por outras relações: por nomes, rostos e histórias estampados nas páginas da revista; pela chance de mediar o acesso do público brasileiro a um veículo de comunicação; e pela responsabilidade de entregar, nas mãos dos leitores, um compilado mensal sobre a arte e a produção cultural da cidade <sup>(6:149)</sup>.

Nessa direção, cabe, primeiramente, descrever a forma como um interessado pode se tornar um Porta-Voz da Cultura, isto é, como ocorre o recrutamento. De acordo com o participante número 05 - membro da gestão da Traços - ocorre da seguinte maneira:

A gente faz um conjunto de oficinas com os parceiros, Centro Pops, albergues, comunidades terapêuticas, órgãos da secretaria da saúde, CRAS, CREAS, CAPS. A gente faz uma quantidade de oficinas e as oficinas são divididas em três etapas. Primeiro, a gente vai até lá e faz uma oficina dizendo o que é a revista. Nesse momento esse possível Porta-Voz pode preencher um documento que é o pré-PIA, que é o Plano Individual de Acompanhamento, aí quando ele preenche o pré-PIA, ele já é agendado para uma segunda oficina que já acontece aqui (TRAÇOS). Nessa oficina, ele vai aprender o que é ser um Porta-Voz da Cultura. (Participante 05).

Os interessados no projeto também podem se inserir de maneira espontânea. No entanto, é preciso que o comparecimento seja referenciado pela rede socioassistencial. Em outros termos, o interessado, nessas condições, deve procurar algum dos serviços disponíveis e chegar até a Traços com um acompanhamento:

(...) se ele vier pra gente por demanda espontânea ou indicado por outro Porta-Voz, a gente vai indicar para que ele procure um órgão socioassistencial, para que, eles enviem pra gente aquele encaminhamento. Então ele pode ir ao POP, ao CREAS, ao CRAS, ao CAPS, qualquer instituição pra mim serve. Se a escola dele quiser enviar, pra mim serve, mas ele vai ter que voltar daí pra mim com esse encaminhamento, porque a partir daí eu entendo que você está referenciado pelo governo, você está sendo atendido pelo Estado. Somos um atendimento complementar. É uma forma de dizer: não ponha suas expectativas em cima de nós, porque aqui é geração de renda e ganho de autonomia, somente isso. (Participante 05).

Nessa conjuntura, os entrevistados chegam a Traços de maneiras diferentes, mas, de modo geral, aconteceu por encaminhamento de uma instituição pública, principalmente das áreas da assistência social e da saúde.

O participante número 04 da pesquisa, por exemplo, relatou que chegou até a Traços por meio do Centro Pop. A entrevistada número 01, por sua vez, disse que os responsáveis pela

revista Traços foram até o local em que estava abrigada - na Casa Flor - em Taguatinga, efetuaram uma reunião no local e apresentaram o projeto. Em seguida, a referida entrevistada manifestou interesse em participar do projeto e começou a trabalhar.

Os demais entrevistados não responderam de forma clara, porém os comentários, no contexto dos questionamentos realizados, demonstraram que houve uma abordagem e apresentação do projeto.

Além disso, no que tange à forma de contratação, as entrevistas demonstraram que não há uma formalização, com assinatura de contrato, por exemplo. A resposta do membro da gestão da Traços foi a seguinte: “não há nenhuma garantia trabalhista, pois se trata de um projeto e não de um emprego”. Sobre a forma de contratação o entrevistado afirmou que:

Primeiro, não é uma contratação. Ele não é vinculado a Traços. Ele é autônomo. A Traços é um projeto social, cultural. Então, é um projeto, ele não é vinculado, ele pode chegar, ir embora, no momento que ele desejar. Ele pode, inclusive, ganhar as 20 primeiras revistas e pegar os R\$ 200,00 e nunca mais voltar e pra mim está tudo bem. (Participante 05).

Cabe mencionar, ainda, de acordo com as ideias de Terragno e Nascimento <sup>(40)</sup>, em que consiste a premissa dos trabalhos informais: “modernos e não presos ao sistema tradicional, ocorre a perda de Direitos sociais e de garantias trabalhistas conquistados pelos trabalhadores historicamente” <sup>(40: 323)</sup>. Ademais, Terragno e Nascimento destacam que tem sido a alternativa encontrada pelos trabalhadores:

(...) grande parte dos brasileiros optaram devido à crise financeira e a reforma trabalhista realizada no país, as quais promoveram a redução dos salários, a progressiva perda de garantias trabalhistas e dos demais direitos constantes na CLT, assim, ocasionando um cenário de precarização das funções laborais regularizadas <sup>(40: 323)</sup>.

Assim, para Pochamann (2007) apud Granemann (2009) <sup>(41)</sup>, “vive-se atualmente uma mudança na base técnica do trabalho quando a produtividade é fortemente elevada e a organização clássica do trabalho apresenta profundas alterações”.

Portanto, os Porta-Vozes da Revista Traços trabalham de forma autônoma, sem qualquer vínculo empregatício. Os demais componentes da equipe Associação Traços são contratados como Microempreendedor individual (MEI).

Cabe deixar claro, de acordo com os relatos da entrevistada número 05, que: “o Porta-Voz não é MEI, porque o volume de revistas que vendidas por este participante é muito baixo.” Convém, ainda, abrir parênteses a respeito desse assunto, para registrar que o Porta-Voz até poderia ser um MEI, entretanto, essa condição não é obrigatória.

A propósito, sobre o MEI, consta no sítio do Sebrae<sup>31</sup> que o Microempreendedor Individual (MEI): “trabalha por conta própria em atividades não regulamentadas por entidades de classe – profissionais como artesão, cabeleireiro, eletricitista, encanador, funileiro, motoboy, pedreiro, dentre outros (atividades registradas).”

Além do mais, o trabalhador necessita apresentar um faturamento anual de até R\$ 81 mil ou competente aos meses trabalhados; não ser sócio, administrador ou titular de outra empresa; ter no máximo 1 funcionário contratado (Sebrae, 2021). Fecha-se aqui o parêntese sobre o tema relacionado ao MEI.

Superados os comentários acerca da relação informal existente entre os Porta-Vozes e a revista Traços, cabe tecer considerações a respeito dos critérios para a seleção dos Porta-Vozes da Cultura. A entrevistada número 05, elencou os seguintes:

- Ser maior de 18 anos;
- Não estar em alto nível de drogadição;
- Não possuir doença mental severa;
- Não ter deficiência severa;
- Estar vinculado a algum órgão socioassistencial, quais sejam: CAPS, CREAS, CRAS, Centro Pop, Defensoria Pública; Secretaria de Saúde, dentre outros, mas precisa vir encaminhado e referenciado por algum profissional.

Somado a isso, segundo a entrevistada membro da gestão, para permanecer no projeto e poder adquirir exemplares é necessário que o Porta-Voz da Cultura observe as normas disciplinadas no Código de Ética, bem como participe das reuniões quinzenais, as quais são realizadas pela Traços.

Dessa maneira, a referida entrevistada compartilhou como o trabalho do Porta-Voz da Cultura é realizado:

A gente faz com ele um mapeamento e um planejamento financeiro e a quantidade de dias e horas que ele precisa trabalhar, mas ele é livre, por exemplo, ele é livre, ele pode vir, pegar as dez primeiras revistas e pegar os R\$70,00; ou, ele pode vir aqui e reinvestir e ter um monte. Ele pode ter um estoque na casa dele, pode ter só a do dia. Essas decisões ele é quem vai tomar, a gente não vai interferir na vida prática dele, mas a gente vai acompanhar para que ele cumpra o Código de Ética. (Participante de pesquisa 05).

No que se refere ao Código de Conduta da Traços, em específico, convém mencionar que está localizado no início da revista (sempre na página seis dos exemplares), estabelecendo

---

<sup>31</sup> Disponível em: <Portal Sebrae - Sebrae>. Acesso em: Acesso em: 20 jun. 2021.

algumas diretrizes, as quais possuem como objetivo a orientação do trabalho dos Porta-Vozes da Cultura e dos colaboradores da Traços. Assim, considerou-se pertinente reproduzir, de maneira literal, a seguir o Código de Conduta que, principalmente, os Porta-Vozes da Cultura, se comprometem a viver:

1. O uso de linguagem racista, sexista, homofóbica ou ofensiva não é aceito no projeto Traços. Reportar comportamento preconceituoso é dever de todos.
2. Respeitar o público ou qualquer colaborador Traços e seus parceiros, sem jamais agir de forma agressiva ou violenta;
3. Em hipótese nenhuma o Porta-Voz da Cultura poderá oferecer a revista após ingerir bebida alcoólica ou estar sob efeito de qualquer droga;
4. Os Porta-Vozes da Cultura não devem comercializar a revista no ponto de venda de outro Porta-Voz;
5. Ao se identificar como Porta-Voz da Cultura, com colete e crachá da Traços, o Porta-Voz se compromete a não pedir qualquer tipo de doação aos clientes, seja em seu nome ou em nome da Traços;
6. É responsabilidade do Porta-Voz da Cultura informar aos clientes sobre a data da publicação das edições que estão sendo oferecidas para a venda;
7. Os exemplares da revista somente podem ser vendidos pelo valor estipulado na capa, não importando o número da edição;
8. Em nenhuma hipótese será permitido trabalhar com a venda da revista estando acompanhado por crianças;
9. Apenas os exemplares da Revista Traços podem ser vendidos pelos Porta-Vozes da Cultura. Nenhum outro produto ou serviço deve ser oferecido;
10. O Porta-Voz da Cultura deve se apresentar com uniforme e crachá de identificação em todas as atividades vinculadas ao projeto.  
(Código de Conduta, Revista Traços, p.6).

Nesse sentido, observa-se a necessidade de preparação dos vendedores da revista, a qual começa com um treinamento, que os habilita a oferecerem a revista ao público, em locais considerados estratégicos para o comércio, observando, ainda, as normas existentes no Código de Ética da Traços.

A maioria dos entrevistados confirmou que passou por um treinamento no começo do trabalho. Porém, descreveram que foi algo breve, nada sistematizado. Em específico, houve o relato do participante número 01 que: “um colega da equipe ou membro da Traços orientou acerca de como deveria ocorrer a abordagem do cliente nos ambientes e a maneira de apresentar/vender a revista.”

Continuou mencionando o seguinte: “No início eu vendia bem. Foi o New que me apresentou para os outros. Ele me ajudou muito. E ele gosta de mim também. Entendeu? O New que me acompanhou tudinho e ensinou tudo. O New trabalhou comigo também”.

Ainda sobre o treinamento efetuado pela revista, pertinente transcrever os relatos abaixo:

(...) Eu peguei fui lá pra ver como que era, peguei e comecei. Eu não sabia divulgar e tinha um amigo que é músico. O nome dele é Davi. Uma vez nós pegamos e fomos para um evento juntos e aí chegou no evento e eu não sabia divulgar. Ele pegou e falou bem assim: - Oh, vou te ensinar pela última vez porque vai ser uma vez só. Aí de uma vez só eu aprendi a divulgar com ele e nós saímos juntos, vendemos juntos e eu arrasei. Ele fez um estouro de um lado e eu fiz um estouro de outro. Nós fizemos um estouro de meta. (Participante 02).

(...) Os mais antigos iam com nós até as quadras, explicavam: não bebam, não façam o consumo de drogas, quando estiverem trabalhando, estejam bons, com a mente firme. Saibam chegar no cliente, mas se te ignorarem agradeça e saia. Paciência muito grande, por isso que falo que a Traços, como um projeto, é uma escola. A noite é uma escola. (Participante 03).

(...) Teve treinamento. A gente passou pela oficina entendeu? Depois um funcionário da Traços te acompanha, aí manda, ele faz a primeira abordagem. Fica observando. Ele te manda fazer uma abordagem. Eu fui com Barba, que foi para me treinar. Ele fez uma abordagem, já me expirou aquilo ali. Ele não precisou fazer duas abordagens para mim. Entendeu? Peguei na primeira abordagem. Hoje, eu sou um dos melhores, quer dizer não sou um dos melhores, mas sou um bom vendedor da Traços. (Participante 04).

Nessa ordem de ideias, no decorrer da pesquisa foram realizados questionamentos aos entrevistados acerca do processo de trabalho, bem como das atividades exercidas.

As respostas apresentadas fizeram menção à quantidade de revistas retiradas na sede da Traços, para a realização da venda; os locais em que ocorre o comércio; a maneira como acontece a abordagem ao cliente; o horário de trabalho; a necessidade de respeitar o ponto de vendas de colegas; além de questões subjetivas, como - por exemplo - agir com sabedoria.

No que se refere ao quantitativo de revistas retiradas na sede da Traços, para a realização da venda, diferentes respostas foram apresentadas pelos entrevistados. O participante número 04 afirmou que: “gosta de pegar uma quantidade de exemplares que seja possível formar um estoque”. A entrevistada número 02, por sua vez, mencionou que: “em uma caixa vem 72 revistas e é possível comprar mais do que uma caixa”.

No mais, sobre a distribuição da revista, o participante de pesquisa número 05 explicou que:

A distribuição da revista é feita no escritório. A venda é feita de segunda à sexta, das 10h às 18h. No sábado, geralmente, a gente atende na Torre de TV. Na verdade agora não estamos fazendo lá por conta da COVID-19. E, no ponto de vendas. Na verdade, se o Porta-Voz, por telefone, pede acima de 20 unidades, o supervisor de vendas pode levar pra ele até o ponto de vendas dele. (Participante 05).

Somado a isso, conforme a entrevistada membro da Gestão Traços, a quantidade de exemplares que cada Porta-Voz pode comprar é estabelecida de acordo com o grau de escolaridade, sendo o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) fixado por cada série escolar. O limite do lucro líquido é de R\$3.000 (três mil reais) por pessoa.

Dessa maneira, o critério supracitado contribui, por exemplo, para a retomada dos estudos por alguns dos Porta-Vozes da Cultura, considerando que a baixa escolaridade é uma característica que permeia a população em situação de rua.

A propósito, no estudo realizado por Almeida (2008) intitulado: “População em situação de rua e o retorno à educação escolar: entre dificuldades e possibilidades”<sup>(42)</sup>, a autora elencou algumas questões, que permeiam o desafio da população em situação de rua, para retomar os estudos, dentre eles: a falta de documentação civil, a ausência de condições materiais para frequentar ambientes escolares (roupas, tênis etc.), a valorização apenas dos saberes acadêmicos por algumas escolas e o afastamento do ambiente escolar por muito tempo<sup>(42)</sup>.

Nota-se, pelo exposto, as questões específicas que precisam ser enfrentadas por esse grupo populacional, as quais estão sendo superadas por meio do auxílio de serviços ofertados pelo CRAS, bem como pelo acolhimento da comunidade estudantil.

Feitas as breves considerações acima, a respeito do desafio do retorno à educação escolar pela população de rua, prossegue-se com os questionamentos feitos aos Porta-Vozes da Cultura, no que diz respeito a necessidade de cumprir metas. Por sinal, as respostas foram divergentes. As Porta-Vozes femininas afirmaram haver metas. Por outro lado, os Porta-Vozes masculinos responderam que não existem metas a serem alcançadas.

Segundo a entrevistada número 02, a meta é vender, 60 exemplares. No entanto, salientou que: “adora se desafiar e superar a meta”. Citou, por conseguinte, que: “já vendeu mais de 150 exemplares em um dia”.

A outra entrevistada, participante número 01 de pesquisa, afirmou que: “o valor que recebe está diretamente ligado com a sua produtividade individual”. Também pontuou sobre o tema em comento: “o trabalho depende da produtividade. Se eu não vender, eu não tenho renda nenhuma”.

Os demais entrevistados responderam que não existe meta definida e consideraram praticamente impossível o Porta-Voz não vender nenhuma revista. Por sinal, o entrevistado número 04 ponderou: “mas isso não acontece com ninguém. Se ele fica mesmo ali, ‘nego’ vai comprar. Entendeu? Agora, se ele não sair de dentro de casa, ele não vende. Aí é o tal do preguiçoso, porque até o cego ou o mudo, estou falando sério. ‘Nego’ vem, pega a revista e te dá o dinheiro.”

No mais, o trabalho desenvolvido pelo Porta-Voz da Cultura é acompanhado pelo supervisor de vendas, o qual é responsável por: “realizar o acompanhamento, buscando consolidar as pessoas nos pontos de trabalho, orientando de forma a aumentar o ganho de

autonomia para seu cuidado em geral, buscando auxiliar na transição do Porta Voz da Cultura para um trabalho formal” (43: 2).

Os Porta-Vozes são identificados com coletes e bonés. A cor do colete do participante que está em treinamento é diferente do Porta-Voz com experiência. A propósito, o participante de pesquisa número 05 comentou que a identidade de Porta-Voz da Cultura é trabalhada de forma intensa:

Essa identidade ela é passada, massificada, de Porta-Voz para Porta-Voz. Entre receber o colete de três meses e passar para o fixo, nessas reuniões quinzenais, a gente massifica o que é ser um Porta-Voz da Cultura e principalmente, isso, jargões: “Eu só peço que você leia mais, você não está vendendo pobreza, está vendendo cultura”. É levar os artistas para falar com ele. Então, a gente alimenta e fomenta essa imagem do Porta-Voz, para que, ele interiorize isso e ele se sintá nesse local. Então a gente forma, vai formando sempre, principalmente, nas reuniões educativas quinzenais (Participante 05).

Dessa maneira, percebe-se a relevância do sentimento de pertencimento, da identidade criada como Porta-Voz da Cultura, a qual vai sendo incorporada pelos envolvidos no decorrer do trabalho desempenhado.

A rigor, o treinamento e a oportunidade ofertada pela Traços é diferente de muitas atividades laborais disponíveis para as pessoas em situação de rua, que, em muitos casos, não viabilizam o recebimento de recursos financeiros para custear as despesas básicas.

Somado a isso, nesse cenário, considerou-se pertinente questionar os entrevistados sobre a forma de abordagem aos clientes, se era mencionado pelos entrevistados sobre estar ou já ter vivenciado a situação de rua; as pautas e conteúdos trazidos na revista e se os clientes são fiéis e/ou o público que compra a revista vai mudando.

Os entrevistados demonstraram que gostam de abordar o cliente e iniciar o diálogo a respeito do projeto. Em primeiro lugar, apresentam um exemplar da revista. Em seguida, comentam sobre a cultura e, por último, citam o conteúdo da revista.

Os participantes de pesquisa números 02 e 03 afirmaram que: “não sabem ler e que a Traços, quando realiza reunião, coloca a sua equipe à disposição para fazer a leitura com eles de toda a revista.”

Além do mais, os outros entrevistados relataram que leem as pautas, para poderem conversar com o cliente. Também mencionaram que fazem questão de citar, na abordagem ao cliente, o número do exemplar da revista em que estiveram presentes:

Eu não sei ler, eu peço para alguém ler devagarzinho, para eu ir olhando. Já falo pra alguém ler primeiro para “mim” saber, eu estudo a revista para vender. Explico tudinho. A revista, eu deixo uma aberta para as pessoas que estão lendo. E, assim vai. Têm vezes que a pessoa fala: “depois a gente conversa mais, agora vou almoçar, assim

toma muito tempo”, mas quando ele não está almoçando, têm vezes que eles falam: “tá bom, você conta a revista todinha, eu não vou ler.” Gosto de explicar muito sobre o projeto, então, se todo vendedor fosse igual, mas os outros só querem saber de pegar o dinheiro e não falam nenhuma palavra. Tu não, se deixar você fica o dia todo falando aqui, só falando da revista. (Participante 03).

Sim, eu gosto de comentar. Eu gosto do artista e do Porta-Voz também eu falo. E tudo mais na revista. Todo o conteúdo. E o próprio leitor fala que isso aqui não é uma simples revista, entendeu? Ela é uma revista sempre atualizada. Que você lê hoje e amanhã tem valor. Isso aqui é um conteúdo cultural, né? É atemporal, né? (Participante 04).

No que diz respeito aos locais de venda da revista, os pontos comerciais são definidos previamente. A título de exemplo, cabe mencionar que são escolhidos bares, restaurantes, eventos culturais. Há, inclusive, estabelecimentos comerciais que funcionam como lugar de venda fixo.

De acordo com o participante número 05, quando o projeto iniciou, era fornecido ao Porta-Voz um ponto de venda. No entanto, essa dinâmica não alcançava o sucesso almejado, pois, como se tratava de pessoas em situação de rua, não ficavam paradas. Portanto, as atividades desempenhadas pela Traços foram adaptadas para as especificidades verificadas no público em comento.

Logo, a estratégia foi alterada e passaram a oferecer rotas de venda, as quais consistem no percurso por onde o Porta-Voz pode andar e realizar as vendas. Segundo a entrevistada mencionada acima, o comércio das revistas ocorre: “preferencialmente, em um local que ele já conhecia e era mal visto, com o intuito de ressignificar aquele espaço.”

Nesse aspecto, os Porta-Vozes entrevistados demonstraram contentamento com o ponto de vendas em que estão atuando e não pretendem trocar. A entrevistada número 01, por exemplo, trabalha nas quadras da Asa Sul e em eventos que ocorrem no teatro Renato Russo, Buraco do Jazz e shows. A entrevistada número 02, por sua vez, trabalha no ponto turístico de Brasília: Torre de Televisão e em eventos na Funarte.

O entrevistado número 03 trabalha na Asa Norte e não gosta de vender em eventos. O entrevistado número 04 também trabalha na Asa Norte e só realizou venda em evento uma vez. Inclusive, o referido entrevistado considerou importante mencionar a diferença de consumo de cultura na Asa Norte e na Asa Sul. O público da Asa Sul, nas palavras do entrevistado, “consome muito mais cultura do que o da Asa Norte”. Para ele, “parecem dois países diferentes”. Na opinião da entrevistada número 05, os pontos de vendas são:

Em Brasília e no Distrito Federal. Nós já tentamos em várias cidades satélites, como pontos fixos, mas não foram boas experiências. A gente já vendeu em São Sebastião, Riacho Fundo, Taguatinga, no Núcleo Bandeirante, e foram experiências frustradas. Mas, são pontos que a gente ainda não descarta. Tem um ou outro Porta-Voz que

eventualmente funcionou. Ceilândia já funcionou bem. Taguatinga já funcionou bem. Agora, a gente vai abrir Águas Claras. Então, em breve teremos Águas Claras. Mas, principalmente, por uma questão de poder aquisitivo do público (participante 05).

Cabe ressaltar, que, de acordo com a Secretaria de Estado do Governo Federal<sup>32</sup>, “o Distrito Federal é dividido em 33 regiões administrativas, cujos limites físicos definem a jurisdição da ação governamental para fins de descentralização administrativa e coordenação dos serviços públicos.”

Feito o necessário destaque a respeito das regiões administrativas do Distrito Federal, retoma-se ao desenvolvimento do estudo acerca da relação entre o Porta-Voz e o leitor, nas palavras dos entrevistados, “o público acaba fidelizando com determinado Porta-Voz e costuma comprar o exemplar do mesmo vendedor”. Aliás, nesse ponto, a gestora entrevistada esclareceu que a Traços já definiu um perfil do público leitor da revista em comentário, descrito abaixo:

Hoje, a gente tem uma média de que é um público entre 20 e 35 anos, 45 anos, em Brasília. As nossas redes sociais indicam que são majoritariamente mulheres, mais do que homens, apesar de a gente ter uma participação masculina, então homens como leitores. A gente vendia, antes da COVID-19, uma média de 3 a 5.000 revistas por mês. (Participante 05).

Dessa maneira, percebe-se que a revista tem um público alvo, no aspecto que tange o poder aquisitivo, que possui mais possibilidades de acesso à cultura.

No que diz respeito à cobrança dos valores pelo comércio da revista, os vendedores da Traços recebem em dinheiro, no cartão de débito/crédito. Contudo, nem todos os entrevistados tem a máquina, por não ter um celular ou estarem com o cadastro de pessoa física (CPF) irregular.

Sobre o assunto, a entrevistada número 01 compartilhou o seguinte: “agora mesmo...eu vim pra cá trocar algumas revistas. Vou levar seis para uma cliente e duas para outro cliente: É, mas às vezes eu pego o número da minha conta e passo. É o que eu estou fazendo porque está difícil”.

Nesse sentido, desde o ano início de 2020, com o advento da pandemia da Covid-19, a qual não possui previsão de término, os Porta-Vozes precisaram se adaptar e criar novas estratégias de trabalho, assim como os profissionais que desempenham atividades laborais relacionadas ao comércio, os quais foram prejudicados com a proliferação do coronavírus.

No que se refere ao horário de trabalho dos Porta-Vozes, todos os entrevistados afirmaram ser algo flexível e que cada um possui autonomia para definir o horário de trabalho.

---

<sup>32</sup> Disponível em: < <https://segov.df.gov.br/category/administracoes-regionais/>>. Acesso em: 06 out. 2021.

O participante número 04 relatou o seguinte: “meu horário é até 16h, 17h no máximo, entendeu? Aí eu chego cedo lá no ponto, depois das 18h tem até moto táxi pra ir me deixar em casa. Eu chego de dia, pois eu não tenho coragem de chegar à noite. Mesmo eu morando pertinho da rodoviária de Planaltina”.

Os demais entrevistados também compartilharam informações sobre o funcionamento das atividades, a rotina de trabalho:

Então, tenho limite em tudo. Começo a trabalhar cedo. Dá 6 ou 7 horas eu paro e vou descansar. Eu começo quando estou vendendo a minha revista, às 8h da manhã. 9h já é para estar na fábrica. Eu espero dar umas 10h30. Às 11h, sossega. Aí, fico tranquilo, vou descansar um pouquinho, lá na quadra mesmo. Vou ali, tomo uma água, fico lá conversando até meio dia, dá meio dia - hora do almoço - até às 2h da tarde. Depois das duas, tem um intervalo até às 6h. Quando dá umas 5h30min eu já vou fazer a janta. (Participante 03).

Eu tenho meu horário de trabalho, que é das 9h da manhã às 7h da noite, na Torre de TV. Eu trabalho até às 7h e depois eu vou embora, se não tiver evento na Funarte, pois, se tiver evento na Funarte, eu vou embora lá pelas 23h. Eu tenho que pegar o evento, porque se tiver na Funarte e no Clube do Choro, que também faz parte do meu trabalho, aí eu divulgo. Vou vender minhas revistas todas e vou embora. Se sobrar, no domingo, eu também saio e vendo tudo. Se não sobrar, eu passo o dia todo em casa. (Participante 02).

Eu fazia os meus horários. Eu até parei agora, porque antes da pandemia tinha Renato Russo, Buraco do Jazz, tinha show... Hoje, do jeito que está, nada disso aí está funcionando. Então, hoje, eu faço meus horários só que eu não estou ficando até mais tarde. Estou chegando mais cedo nas quadras. (Participante 01).

Dessa forma, nota-se a importância da flexibilidade nas atividades desempenhadas pelos Porta-Vozes da Cultura, os quais conseguem adaptar o horário de trabalho à rotina escolhida, tornando-a mais produtiva.

Com efeito, neste ponto, mais uma vez o participante 01 externou os efeitos negativos, em seu contexto de trabalho, ocasionados pela pandemia da Covid-19, em especial, pela suspensão dos eventos culturais.

A respeito de comentários sobre a situação de rua, as respostas dos entrevistados foram quase unânimes. A exceção foi da resposta apresentada pela entrevistada número 02, isso porque a referida entrevistada vivenciou inúmeras situações de violação aos seus direitos fundamentais, foi abusada, sexualmente, pelo pai na infância, acabou perdendo a guarda dos quatro filhos, por fazer uso de drogas, motivos pelos quais confessou que: “existem muitas partes da sua vida que ainda a machucam e prefere não comentar.”

A outra entrevistada - participante número 01 - pontuou que gosta de comentar sua história, para que as pessoas percebam como ela deu “a volta por cima”. O participante de pesquisa número 04, por sua vez, considera interessante explicar sobre o contexto de rua para

que, segundo ele, “o leitor tenha a oportunidade de perceber que ele não está sob efeito de nenhuma substância psicoativa.”

O participante de pesquisa número 03 relatou que: “comenta e reforça a importância de descrever a situação de rua, a fim de desconstruir os estereótipos relacionados à população em situação de rua”. Em detalhe, mencionou o seguinte:

Falo. É bom para as pessoas verem que tem muitos moradores de rua que trabalham. Não só fazendo coisa errada, roubando, mexendo com pessoas, entende? Que na mente de muitos, ainda são vagabundos. Então, para que as pessoas tenham uma visão melhor, que nem todo o morador de rua, que viveu na rua, nem todo o morador de rua tem uma versão vagabundo, uma pessoa veio falar isso para mim, você pode tá passando uns dias na rua, mas você não é morador de rua, todo dia você tá bem arrumado, morador de rua todo vez tá sujo, você nunca tá sujo, toda vez que chego perto você tá num perfume danado. (Participante 03).

Portanto, de acordo com Mattos et al <sup>(21)</sup>., mostra-se importante considerar que todos nós já convivemos com essas pessoas. No entanto, os autores supracitados enfatizam a necessidade de reflexão a respeito da qualidade dessas interações, as quais, por muitas vezes, são traduzidas em olhares amedrontados e hostilidade. Além do mais, convém transcrever as seguintes considerações sobre esse contato:

Sempre que nos referimos a essas pessoas é comum automaticamente ocorrer a associá-los com a difundida figura de um indivíduo sujo, maltrapilho e aparência sórdida. Nesse caso, estamos utilizando o discurso higienista que rotula e propaga o estigma do morador de rua sempre associado à sujeira que deve ser jogada para debaixo do tapete. Entretanto, o que nos deixa perplexos, e deve ser ressaltado, É que a grande maioria dos indivíduos que habitam as ruas não compartilha destes atributos (Mattos et al, 2004, p.50).

Dito isso sobre os relatos a respeito das vivências da situação de rua, cabe prosseguir com a questão atual a respeito da interferência da pandemia - causada pela Covid-19 - na execução do trabalho dos Porta-Voz da Cultura.

Conforme já mencionado anteriormente, o trabalho é realizado em locais de comércio e eventos culturais, sendo que - devido à Covid-19 - tem-se vivenciado o fechamento, parcial, do comércio, com aberturas contemplando horário de encerramento pré-determinados e a suspensão de shows e demais eventos culturais.

A venda dos exemplares requer comunicação, aproximação com o público, a qual fica comprometida devido o distanciamento social e até o medo instaurado pela pandemia. Os aspectos citados são contemplados nas falas de todos os participantes de pesquisa.

O participante número 02 compartilhou o seguinte: “(...) me deu mais ansiedade pra isso passar logo e eu voltar a poder vender as minhas revistas. E eu não gosto de ficar parada, eu

gosto é de trabalhar. Foi muito ruim, essa pandemia chegou pra atrasar e me fazer parar de trabalhar”.

O participante número 03 afirmou: “não vendemos, ficamos sem vender revista. Parou, acho que ela não vai parar não, mas esta doencinha eu não pego, sou abençoado pelo papai. Eu trabalhei o tempo todo. Olhando carros, precisava do dinheiro”. Os comentários dos demais entrevistados, a respeito do tema em comento, são descritos abaixo:

Sim, a pandemia impactou, porque, na verdade, eu não trabalhei. Mais de quarenta dias (quarentena), porque nós ficamos seis meses quase. Nós voltamos agora, tem pouco tempo. As pessoas não deixam nem chegar perto, já coloca a máscara assim que é pra você nem ir. Muito triste. Às vezes eu até concordo, mas às vezes [...]. (Participante 01).

A pandemia não só impactou, como ainda tá impactando, né? Porque aqui, em Brasília, é o estilo de conversar, dialogar. Eu tenho cliente mesmo, vamos tirar uma foto? Mas quero tirar foto abraçado com vocês. E agora não tem isso. Não existe isso, entendeu? Agora está difícil, estou desanimado. (Participante 04).

Nessas circunstâncias, cabe mencionar que governo federal aprovou, tanto em 2020, quanto em 2021, o auxílio emergencial, a ser pago a pessoas de baixa renda, ocupantes de atividades informais, as quais foram muito afetadas pela pandemia.

Dessa forma, os Porta-Vozes preenchiam os requisitos para o recebimento do auxílio emergencial. A propósito, nas entrevistas realizadas, os participantes números 01, 02 e 04 afirmaram que receberam o auxílio e estavam aguardando a data prevista para sacarem as demais parcelas.

O participante de pesquisa número 03 não recebeu o auxílio, porquanto não possui o Cadastro de Pessoa Física (CPF) - dificuldade que permeia a população em situação de rua -, a qual, muitas vezes, não possuiu nenhum documento de identificação.

Por outro lado, o participante de pesquisa número 01, mostrou-se entusiasmado e relatou que conseguiu se reinventar: “adaptou, devido à pandemia, a maneira de receber o valor das revistas e também passou a entregar a revista na casa dos clientes ou permitir que eles realizem transferência eletrônica do valor para a sua conta bancária.”

Nessa ordem de ideias, ficou claro o retrato acerca do relevante trabalho desempenhado pelos Porta-Vozes, como profissionais autônomos - sem vinculação profissional - os quais, apesar de não possuírem horários laborais pré-estabelecidos, precisam ser produtivos, organizados, responsáveis, disciplinados, comunicativos, éticos, comprometidos, a fim de conquistar, de forma digna, o próprio salário e conseguir transformar a realidade em que estão inseridos.

Observou-se, ainda, que os desafios aos Porta-Vozes - no contexto da pandemia ocasionada pela Covid-19 - aumentaram, exigindo novas habilidades, como a entrega dos exemplares em domicílio, o uso de tecnologias para recebimento dos valores auferidos pela venda das revistas, além do recebimento do auxílio emergencial, oferecido pelo governo federal, para conseguirem superar mais esta fase.

Desse modo, no próximo item deste estudo será abordado - em detalhes - o tema da geração de renda, a qual é viabilizada pela venda da Revista Traços, para pessoas que estão ou já estiveram em situação de rua.

#### **4.1.1. A revista Traços e a geração de renda para pessoas em situação de rua ou extrema vulnerabilidade social**

A Associação Traços de Comunicação e Cultura possui como foco a atuação com projetos relacionados à Revista Traços, com o propósito de gerar renda para pessoas em condições de vulnerabilidade social e condições dignas de existência.

De início, convém mencionar o conceito amplo a respeito das associações, nas palavras de Simões<sup>(44:426)</sup>:

São uniões de pessoas físicas, jurídicas ou ambas, organizadas segundo seus estatutos, com a finalidade de atingirem a satisfação de certos interesses sociais não lucrativos, sejam eles sindicais, religiosos, cooperativistas, políticos, partidários, filantrópicos, assistenciais, esportivos, artísticos, científicos, habitacionais, de pesquisa ou outros (art. 5º, XVIII a XXI da Constituição da República e arts. 53 a 61 e 2.031 do CC).

Além do mais - de acordo com o autor supracitado - o termo associação adquiriu, no Código Civil:

(...) sentido estrito, aplicável tão somente às pessoas jurídicas sem fins lucrativos, constituídas de filiados ou associados. Define-se, portanto, como uniões de pessoas, denominadas de sócios ou filiados, entre as quais não há direitos e obrigações recíproco. Organiza-se por meio de estatutos que preveem os seus órgãos dirigentes ou executivos (geralmente uma diretoria ou coordenação e um conselho fiscal) e órgãos deliberativo, entre as quais ressalta a assembleia geral dos sócios. Além do patrimônio físico (imóveis, equipamentos e outros), tem a sua receita proveniente das contribuições associativas, doações, legados e, em alguns casos, subvenções de órgãos públicos ou privados, estritamente vinculados aos seus objetivos sociais<sup>(44:427)</sup>.

Feitas as considerações iniciais a respeito do conceito de associação, a fim de contextualizar o assunto em análise, convém - agora - mencionar como surgiu a Associação Traços de Comunicação e Cultura.

De acordo com a gestora da Traços - participante de pesquisa número 05 - o projeto foi pensado por um grupo de amigos, o qual ambicionava contribuir com a transformação social.

Dessa maneira, almejava-se colaborar diretamente com a geração de renda e ganho de autonomia. Nas palavras da entrevistada:

A Traços passou a existir depois da Lei de Incentivo à Cultura porque surgiu uma forma de financiá-la, mas - entre a Traços sair em 2015 e ela começar a ser sonhada - foram 10 anos, 10 anos do projeto dos sonhos. E, eu, já tinha acompanhado um pouco dessa jornada com os sócios fundadores, que são o André, o Reinaldo, a Michele e o Alexandre, mas o Alexandre não faz mais parte da diretoria, mas ele estava lá no início. Então, quando o Reinaldo e o André começaram a sonhar com isso há dez anos, no meio desse caminho, a Traços, surgiu em 2014, em 2015. E, assim, de fato o que nós sabíamos era fazer cultura, nunca foi o social. O social a gente aprendeu na prática, porque a gente queria ter um projeto que realmente tivesse um impacto social, como a Traços tem, e que não fosse igual ao que já tinha, pela assistência social, porque já existe. É eficaz, é bacana e já existe. A gente não precisa replicar processos. Então, quando a gente, quando o André, agora, o pai dele foi na Argentina e trouxe uma *hechos* pra eles e eles viram um *street paper*, ele e o Reinaldo começaram a planejar o *street paper* para Brasília. Na época que eles começaram a planejar, a Ocas estava começando em São Paulo e eles chegaram a ir a São Paulo e visitar a Ocas. Dez anos depois, quando a Ocas estava comemorando dez anos, a Traços estava sendo lançada em Brasília. E a Ocas veio também para o nosso lançamento. A gente tem essa relação bacana. Eles são os nossos irmãos mais velhos. No meio do caminho, depois da Ocas surgiu O Trecheiros, aqui em São Paulo. Tem o Aurora de Rua, na Bahia, Boca de Rua, no Rio Grande do Sul e a Traços em Brasília. Mas é um projeto pioneiro. O *street paper*, nasceu em 1979, em Nova York, foi o primeiro, mas de todo o mundo, uma das coisas que diferencia é que, a gente fala só sobre cultura. É exatamente porque nós somos financiados pela cultura. Então a gente costuma dizer que a cultura é um grande transformador social e essa é a diferença do que nós fazemos aqui em relação aos outros jornais do Brasil e do mundo. (Participante 05).

Nessas circunstâncias, sendo o primeiro *street paper* brasileiro, a Traços traz em seu nome a motivação dos próprios traços de Brasília - cidade conhecida pelos famosos monumentos arquitetônicos. A respeito da origem do nome da revista, a gestora salientou que:

Na verdade, surgiram outros nomes. Ela quase foi Ruas, inclusive. Dentro do grupo, o Reinaldo e o André, que são os idealizadores da ideia da Traços. No futuro, quando a ideia já estava consolidada, eles convidaram o André e a Michele para compor a sociedade. Quando eles tiveram a ideia, a gente fazia parte há alguns anos de um grupo político e esse grupo político, dentre as várias frentes, eles começaram a sonhar com essa revista e com esse formato de revista. Na época, inclusive, a ideia era de se chamar Ruas, e parte desse nosso movimento político criou um movimento chamado "Ruas". Quando a gente se desvincilhou da ideologia para a abertura da revista, a gente tinha que ter um novo nome e aí dentro dessa concepção veio a ideia de brincar com os traços de Brasília, que é uma coisa muito característica dentro da cultura de Brasília são os traços, né? Os traços das asas do avião, os traços de Oscar Niemeyer, os traços. Então, assim, Brasília é marcada de maneira muito forte por esses traços arquitetônicos. (Participante 05).

Após o breve relato sobre a origem da revista Traços, inicia-se o desenvolvimento das considerações a respeito da geração de renda.

O participante de pesquisa supracitado mencionou, no decorrer da entrevista, que os idealizadores do projeto pensaram na parcela da população mais desestruturada, a qual precisava realmente de apoio: a população em situação de rua.

Nessa conjuntura, a revista já foi pensada nos moldes de *street papers*, para ser vendida pelos Porta-Vozes da Cultura. Ao responder o questionamento sobre as vantagens e desvantagens de empregar pessoa em situação de rua, a entrevistada número 05 respondeu:

A vantagem é a transformação social. Quanto mais pessoas na rua maior é a miséria, maior é a pobreza, maior é a criminalidade e assim sucessivamente. Então, é um serviço à comunidade. Desvantagem: é um público muito complexo, que veio com um conjunto, um arcabouço de traumas, de dificuldades. Então, assim, apesar de nós não sermos atendimento social, a nossa equipe é formada por pessoas preparadas para isso. Atualmente, são um psicólogo e um assistente social que atuam com vendedores da revista para o Porta-Voz, que estão preparados para lidar com essas situações. Porque, de fato, é um público que exige um olhar diferenciado, de paciência, de oportunidades. Em primeiro lugar, se saiu do Código de Ética, eu chamo a atenção, verbalmente, depois, por escrito e, por último, vem uma suspensão de dois meses e, por último, a expulsão do projeto. Então, são de quatro a cinco diálogos que você faz com a pessoa antes de ela ser expulsa do projeto, porque você entende que é um público que já foi muito abandonado, que já foi muito excluído, que já foi muito culpado. Tem que ter uma pegada diferente, tem que ter um olhar social, humanitário, principalmente, para trabalhar e lidar com o público. Mesmo que, na fase do sair ele vai fazer o uso, vai ter recaídas, ou não, mas, enfim, vai ter um conjunto de problemáticas que a gente vai precisar lidar sempre. É, na maior parte dos dias: gestão de crise.

Nesse sentido, nota-se que a revista Traços desenvolve mecanismos de reinserção econômica e social de pessoas em situação de rua ou em condição vulnerável, por meio de processos de capacitação e inclusão nas cadeias produtivas de comercialização e produção, tendo em vista o elevado potencial da cultura - de atuar sobre os processos de exclusão social e produzir mudanças.

Com efeito, ao entrar na Traços, o Porta-Voz recebe, gratuitamente, 20 exemplares da revista, para serem vendidos, no Distrito Federal, em locais de grande circulação, como já mencionado no capítulo anterior.

A partir da venda desses exemplares, o Porta-Voz utiliza o dinheiro para a aquisição das próximas revistas, e, por conseguinte, inicia-se o ciclo de geração de renda, com o estabelecimento de uma rotina de trabalho, de autocuidado, de recuperação da autoestima, de ocupação do tempo – de maneira produtiva.

De acordo com Valverde et al. <sup>(45)</sup>, a dimensão econômica do *street paper* é:

(...) importantíssimo no resgate do cidadão que vive em condições extremamente precárias, sua situação de vulnerabilidade social destaca-se o espaço político relativo à conscientização e denúncia das contradições sociais, da miséria e marginalização cultural que se configura nos espaços sociais culturais <sup>(45:191)</sup>.

De acordo com o participante de pesquisa número 05, os Porta-Vozes, ao serem questionados a respeito do que ganharam com a Traços, relataram que:

“(...) nenhum, absolutamente nenhum, diz que foi dinheiro. Todos, sem exceção, dizem que ganharam dignidade, passaram a ser abraçados. Eu ganhei visibilidade. Todos vão sempre nessa linha. A gente percebeu lá no final do primeiro ano de Traços que o que realmente fazia essa transformação não era o dinheiro, era o ganho de autoestima. (participante 05).

A narrativa do participante número 05 foi observada em todos os Porta-Vozes entrevistados. Mesmo que, inicialmente, a motivação para entrar no projeto tenha sido a possibilidade de ganhar dinheiro e conseguir um trabalho.

Portanto, o olhar dos entrevistados para os efeitos de trabalhar com a venda da revista Traços foi algo muito maior que o aspecto financeiro.

Outros pontos positivos elencados, pelos entrevistados, foram os seguintes: a possibilidade de conhecer novas pessoas, ganhar afeto, amizades, voltar a sonhar, alcançar novos projetos de vida, resgatar laços familiares, alimentação melhor, participação em eventos, dentre outros aspectos.

Pertinente transcrever os comentários da entrevistada número 01, sobre a importância da Traços em sua vida:

É muito importante porque nós estamos aqui trabalhando como Porta-Voz da Cultura, trazendo a cultura de Brasília e do Distrito Federal. A gente “pega” mais amor a cultura, “pega” mais conhecimento da história de Brasília, da arte. Muda a história da vida, ajuda a gente também, fica mais famosa. (Participante 01).

Ou seja, pela fala do participante 01 nota-se a importância da cultura em sua vida, em especial, por contribuir com a ressignificação de sua identidade, além de viabilizar o reconhecimento pelas pessoas com quem convive.

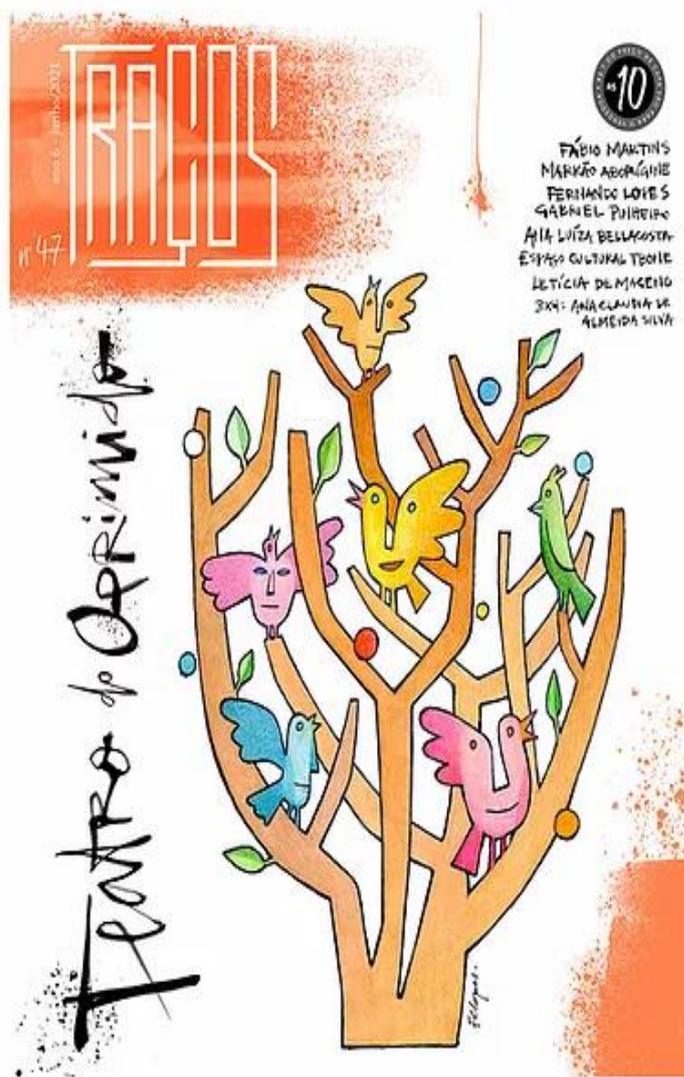
Nessa ordem de ideias, destaca-se que a Traços contava na época das entrevistas com 22 (vinte e dois) Porta Vozes da Cultura, mas, que - de acordo com o participante de pesquisa nº 5 - a Traços prefere manter 50 (cinquenta) e assim somar junto com toda a equipe, cerca de 70 (setenta) pessoas.

Hoje, a revista Traços é comercializada, como já mencionado anteriormente, por R\$ 10,00 (dez reais). Desse valor, R\$7,00 (sete reais) ficam com o vendedor e o restante R\$ 3,00 (três reais) são usados para a sustentabilidade do projeto. A última edição da Traços - até a conclusão deste trabalho - foi a edição número 47, referente ao mês de junho de 2021.

De acordo com as informações divulgadas pela Traços, considera-se a venda dos exemplares uma fonte de renda fixa para os Porta-Vozes. Entretanto, os entrevistados relataram que o Porta-Voz recebe de acordo com a produtividade - ou seja - com base na quantidade de revistas que vende. Embora os participantes de pesquisa também destacarem que é difícil não vender nenhum exemplar (questão já abordada no tópico anterior).

No mais, no que tange à geração de renda, relevante mencionar a importância do público consumidor da Revista, para que o Projeto se mantenha e cumpra com os objetivos que almeja. Neste ponto, considera-se fundamental a compreensão sobre a importância do projeto e a colaboração atribuída ao público consumidor, pela aquisição dos exemplares da revista.

Imagem 8 – Traços n. 47.



Fonte: Traços, junho, 2021.

Os Porta-Vozes da Revista Traços frequentam inúmeros locais culturais em Brasília e todos os participantes entrevistados passaram a acessar à cultura, após o trabalho desempenhado na Traços.

Assim, conforme Haddad <sup>(46)</sup>, neste processo de compra e venda da revista estão situados dois tipos de inclusão: a econômica e a social. A inclusão econômica está “relacionada com o lucro obtido da venda e a possibilidade de o vendedor da revista conseguir condições mínimas de subsistência e sair do assistencialismo. A inclusão social está vinculada à possibilidade de a pessoa desenvolver relacionamentos sociais <sup>(46:39)”</sup>.

Apesar do mencionado, sabe-se que, atualmente, devido ao contexto de pandemia da Covid-19, os eventos culturais estão suspensos, pela necessidade de evitar a aglomeração de pessoas e a proliferação da doença.

Evidenciou-se, assim, que - devido às medidas de enfrentamento ao coronavírus – os ganhos dos Porta-Vozes da Cultura foram prejudicados. Nas palavras do participante de pesquisa número 05:

Nós ficamos de março até setembro com a venda suspensa, sem vender revista para os Porta-Vozes. Entregamos pra eles, nas primeiras semanas, máscaras de tecido, álcool em gel, que eles podiam reabastecer quinzenalmente. A partir daí a gente fez um aporte de R\$200,00 e uma cesta básica para cada um. Inscrevemos todos no sistema do governo para receber o auxílio emergencial. Alguns conseguiram receber mais e outros menos. (Participante 05).

Nesse contexto, os organizadores da Traços já estavam planejando - desde a realização das entrevistas -, em setembro de 2020, a expansão das vendas pelas plataformas *on-line*. De acordo com a gestora entrevistada:

Foi disponibilizada desde o início o pdf, mas o número de vendas foi muito ruim, muito ruim mesmo. Mas assim, a gente já tem, desde abril, pdf on-line. Foi bom, porque deu o *start* “pra” gente do uso do *site* “pra” venda da revista, que era uma coisa que a gente ainda não fazia e que a gente tinha vontade de fazer. Foi no “sopetão”. (Participante 05).

Ao pesquisar sobre a Traços, em seu sítio eletrônico ([www.revistatraços.com](http://www.revistatraços.com)), observou-se que houve adaptação dos mecanismos de venda, devido ao cenário instaurado pela pandemia em comento.

Ou seja, surgiu, em 2020, uma nova situação - de distanciamento social, trabalho em casa, para uma parcela considerável da população - que persiste até o momento e exige a implementação de alternativas criativas para a comercialização da revista Traços, com a ampliação da venda, por exemplo, para diferentes locais do país, através das plataformas digitais.

No momento, qualquer exemplar da revista Traços pode ser adquirido virtualmente. A primeira edição está à venda pelo valor de R\$15,00 (quinze reais). Parte do valor é destinado ao Porta-Voz (a porcentagem não é informada no sítio). O leitor, que reside em Brasília, pode escolher receber em casa (com o pagamento do valor do frete) ou retirar na sede da Traços.

Além disso, no sítio da Traços, há outra opção de aquisição - a qual consiste no combo com dez unidades de uma mesma edição, pelo valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para que o leitor as distribua, por exemplo, para quem desejar. Segundo a Traços, desta maneira, a pessoa se torna "Embaixadora da Traços" e ajuda a garantir a renda dos Porta-Vozes da Cultura.

Em suma, para manter o atendimento social, até conseguir garantir algum tipo de renda para os envolvidos no projeto, por meio da venda dos exemplares on-line, a Traços auxiliou os Porta-Vozes, proporcionou apoio diante do delicado contexto de pandemia, seja com a distribuição de cestas básicas, seja com uma quantia em dinheiro, para o custeio de despesas básicas.

#### **4.2. Trabalho do Porta-Voz da Cultura como promotor de saúde**

Nesta categoria de análise, foram elaboradas perguntas relacionadas à concepção de saúde; bem como se está ou não em situação de rua; se possuía outra atividade geradora de renda antes da Traços; qual o acesso à cultura e serviços de saúde. Considerando, em especial:

“o modo de ordenamento social e as posições recíprocas dos indivíduos na hierarquia social determinam largamente o modo como as pessoas se interacionam na sociedade, o que, por sua vez, determina as suas condições psíquicas, e isto constitui um elo básico nas cadeias causais de todos os principais agravos e patologias da contemporaneidade <sup>(37:218)</sup>.”

Nessa linha de pensamento, os participantes de pesquisa foram questionados se estão ou já estiveram em situação de rua e a resposta obtida foi que todos já vivenciaram a situação de rua.

A entrevistada número 02 ainda se encontra em situação de rua. De acordo com os seus relatos, está há 28 anos morando na rua. No momento da entrevista, estava residindo em uma quadra na Asa Norte. A entrevistada afirmou, ainda, que quer sair desta situação e, anteriormente, não sentia essa vontade.

Neste ponto, relevante mencionar que - para Paiva et. al <sup>(3)</sup> - a PSR, apesar de ser homogeneizada pelas carências em comum, pelos olhares da exclusão e do desamparo, diferencia-se pelos motivos que levaram as pessoas desse grupo para a rua, pelo tempo de

permanência nela, pelo grau de vínculos familiares existentes e pelas estratégias de sobrevivência adotadas.

A motivação para a entrevistada número 02 sair da casa dos seus pais, logo na infância, foi, de acordo com as respostas ofertadas, o abuso sexual sofrido pelo pai e a falta de apoio e atitude da mãe com a violência sofrida.

A permanência nas ruas, segundo a referida entrevistada, ocorreu pela falta de oportunidades de trabalho, pelo envolvimento com as drogas e a desilusão de ter perdido a guarda de seus quatro filhos.

Somado a isso, ao ser questionada sobre a sua percepção de saúde e qualidade de vida, assim como os demais entrevistados, respondeu que melhorou muito a sua saúde, que até estava “gordinha”, fazendo referência a diminuição do uso de drogas, pois passou a se alimentar melhor.

Assim, a entrevista número 02 descreveu: “mudou meu jeito de ser, mudou totalmente as coisas. Pra mim, como eu digo: eu sou a filha da Traços, então eu tenho que dar valor e seguir em frente. É porque antes as pessoas viravam as costas e hoje em dia não, porque as pessoas sabem que a gente sabe trabalhar muito bem e sempre é elogiado.”

Ademais, os outros entrevistados pontuaram o seu olhar para a saúde como algo relacionado à ausência de doenças, como - por exemplo - o participante número 04 de pesquisa, que narrou o seguinte: “A saúde eu não tenho que reclamar dela. Até porque eu não sinto nada, não tenho problema nenhum assim de saúde. Tenho dificuldade de locomoção que já me acompanha desde 19 anos, não tenho problema nenhum de saúde”. A entrevistada número 01 afirmou que: “depois de começar a trabalhar na Traços ficou mais fácil realizar exames médicos.”

Dessa forma, nota-se a mudança de vida ocasionada nos participantes de pesquisa, pelo trabalho desempenhado como Porta-Vozes da Cultura. Segundo o participante número 03: “antes da Traços a saúde era pior. Hoje, a Traços mudou muito a minha vida, muito. Hoje eu tenho o foco de pensar, entendeu? No dia de amanhã, posso pensar o que tenho que fazer e o que não devo fazer, quando não estava na revista, não conhecia o projeto, só era bebendo, entendeu? E usando drogas.”

O participante número 04 afirmou: “antes da Traços eu usava muitas drogas. Aí me atrapalhava muito. Eu não tinha responsabilidade, eu era irresponsável. A Traços trouxe isso também a responsabilidade, voltar a sonhar.”

Assim, constata-se, pelos relatos, que a percepção sobre a saúde é algo muito individual. Em outros termos, de acordo com Aguiar e Iriart (2012)<sup>(47)</sup>, não existe algo que represente uma

relevância maior, mas sim aquilo que faz sentido para as situações vivenciadas por cada indivíduo. Alguns colocam a perspectiva de saúde relacionada à ausência de doenças. Outros colocam a saúde no lugar do bem-estar, do sentimento de felicidade, do fato de estar se prevenindo quanto à dependência química ou a um lugar de abrigo <sup>(47)</sup>.

Nesse sentido, cabe destacar também a fala da maioria dos participantes entrevistados (com exceção apenas da entrevistada número 01) acerca do envolvimento com as drogas.

O participante de pesquisa número 04 acabou oscilando o humor durante a realização da entrevista. Às vezes, parecia muito triste em relatar a sua vivência na rua. Em outros momentos, ficava feliz ao mencionar as mudanças ocorridas em sua vida, como - por exemplo - o fato de deixar de fazer o uso abusivo de drogas e a conquista de um terreno, no qual está construindo um espaço para que futuramente seja a sua mercearia.

O entrevistado destacou, ainda, que o envolvimento com as drogas, principalmente, o crack, interferiu na relação com os filhos e levou à perda dos laços familiares, em especial, da sua companheira, por quem ainda se diz apaixonado. Está tentando reconquistá-la, após muitos anos de afastamento. O relato detalhado sobre este ponto da entrevista está transcrito abaixo:

Eu sei que tenho família, seis filhos e doze netos. E, mais, teve um momento assim que até meus filhos se revoltaram contra mim, entendeu? Chegou o momento de tacarem fogo nas minhas roupas e fazerem outras coisas também “pra mim” tomar uma atitude. Hoje, eu vejo como isso que eles fizeram foi pensando em não me prejudicar, mas eles me ajudaram nessas atitudes deles. Eu vejo como uma autoajuda, só que, no momento, me despertou uma mágoa tão grande contra meus filhos e mulher, entendeu? E aí, o que acontece? No meio dessa “drogadição” toda, minha mulher, uma mulher, sabe? Uma senhora do lar mesmo, entendeu? Não adianta você questionar com ninguém, de colocar mancha nela, sabe? Ela é uma dona do lar, ela sempre foi e eu um canalha. O canalha fui eu, que, hoje, “pra” tudo que eu queria era minha mulher de volta. Tô lutando e Deus vai me restituir, eu já tenho a certeza. Só que na hora certa, no momento certo, até porque hoje eu tenho meu passe único e vou conseguir meu lotezinho, entendeu? Que eu consegui depois dessa “drogadição” toda, consegui comprar meu lote, com um quartinho, um quartinho só. E hoje eu “tô” lutando para construir, a cada R\$: 10,00 que eu ganho pra mim é meio saco de cimento a menos que eu preciso para construir. “Tô” muito feliz, entendeu? Meu grau de felicidade e satisfação hoje, é 90% e 10% de insatisfação é de ter perdido a minha família, sabe? Eu acho, acredito que, ainda não perdi, ainda, vai ser no momento certo e na hora certa, entendeu?

Além disso, os entrevistados também foram perguntados se frequentavam alguma unidade de saúde e de assistência social. A entrevistada número 01 citou apenas que frequenta o CRAS. O participante de pesquisa número 02 disse que “vai em tudo”, citou o CAPS do Setor Comercial Sul, CRAS e o Centro Pop.

O participante de pesquisa número 03 afirmou que: “frequenta o Centro Pop e que o considera a sua primeira casa, local em que recebeu acolhimento e apoio”. O participante número 04, por sua vez, frequenta - hoje em dia - apenas o CAPS em Planaltina. Aliás, sobre o

participante número 04 convém citar que também passou por uma casa de recuperação em Brasília e pontuou o seguinte:

E casa de recuperação não é fácil não. Tem o lado bom, que é o lado do incentivo. Que tipo assim, é porque aí você fica tipo num sufoco, sabe? Você é dominado por tudo e por todos, entendeu? Você não tem autonomia entendeu? Você não pode ter o seu dinheiro, sabe? Tiram umas coisas, eles privam, eles privam, te privam do resto do mundo. Eu acho que numa recuperação não é isso de privar, nós lidamos com o contato. Não “tô” fazendo revelia, “tô” aqui falando bem ou mal de ninguém ou do centro terapêutico não. Só que “pra” mim, a minha realidade é outra. (Participante 04).

Dessa maneira, observa-se, nas palavras do participante 04, o tratamento recebido nas casas de recuperação de drogas que frequentou. Goffman (2005) apud Santos (2018) também destacam que essas instituições costumam submeter seus pacientes ao isolamento social, com regras de convivência rígidas, sob tutela de uma equipe e do dirigente da instituição. Com efeito, Santos afirma a respeito do tema<sup>(48)</sup>:

A adoção dessas medidas sobre usuários de drogas é frequentemente justificada pelos argumentos da falta de controle dessas pessoas sobre a sua própria vontade, e também da distorção de suas percepções sobre a realidade, o que as tornaria incapazes de desfrutarem de liberdade e autonomia (SANTOS, 2018, p.12)<sup>(48)</sup>.

Nesse ponto, cabe tecer considerações a respeito da importância da Reforma Psiquiátrica, que, segundo Goffman (2005) apud Santos (2018)<sup>(48)</sup>, priorizou o cuidado em liberdade, fora dos muros de uma instituição. Sobre o assunto, Santos menciona que<sup>(48)</sup>:

A reforma psiquiátrica pretendeu também incorporar outros saberes, além do biomédico, ao repertório diagnóstico e terapêutico do campo da saúde mental – reconhecendo que as diversas formas de sofrimento psíquico não se originam apenas no indivíduo, numa suposta disfunção do seu organismo, e que processos psíquicos são atravessados pelo contexto social em que se forjam os diferentes sujeitos. Assim sendo, instituiu a clínica psicossocial, que propunha, ainda, o fim da hegemonia médica no campo da saúde mental, em favor de uma clínica multiprofissional. A reforma psiquiátrica previa também a maior participação dos pacientes – agora denominados “usuários dos serviços de saúde” – nas decisões sobre seu tratamento e sobre os rumos dos próprios serviços de atenção e cuidado em saúde. Assim, a partir da Lei nº 10.216/2001, o cuidado em saúde mental ofertado pelo SUS passou a se dar, na maioria dos casos, em serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico, entre os quais se destacam os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT).

Portanto, nesse aspecto, verifica-se que os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) demonstraram capacidade de tratamento eficiente, substituindo, em muitos casos, os Hospitais Psiquiátricos.

No mais, os entrevistados números 03 e 04 disseram que não precisaram se afastar do trabalho por motivo relacionado à saúde. A entrevistada número 01 respondeu que sim, mas não queria comentar sobre o assunto, visto que as questões foram resolvidas.

Na atualidade, destaca-se, ainda, a estratégia desenvolvida pelo Consultório na Rua, um serviço especializado em atender as demandas de saúde da população em estudo. Embora, a responsabilidade pela atenção à saúde da população em situação de rua seja dos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), com destaque para a atenção primária.

O respectivo serviço é reflexo da luta de movimentos sociais, os quais mostraram as necessidades de saúde da população em comento, que contempla não apenas a redução de danos, mas a atenção à dependência química de álcool e outras drogas <sup>(49)</sup>. No Distrito Federal, há três Consultórios na Rua, localizados na Asa Sul, Ceilândia e Taguatinga.

Com base no exposto, verifica-se que os Porta-Vozes da Cultura conhecem as redes de apoio disponíveis no Distrito Federal e usufruem dos serviços e equipamentos variados, contando com uma retaguarda importante, como, por exemplo, o CAPS e o Consultório na Rua, que são componentes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)<sup>33</sup>.

Além do mencionado, quando os entrevistados foram questionados sobre o acesso à cultura, todos responderam que gostam de consumir cultura e trabalhar na Traços foi determinante para ter contato - por exemplo - com diversos eventos culturais.

Segundo os depoimentos dos Porta-Vozes: “sim, eu consumo cultura, vou nos eventos, leio, assisto palestras, vou ao teatro, cinema. A Traços influenciou mais porque eu não ia antes. A Traços me deu um apoio para eu poder ir e todo mundo gosta de mim, sabe.” (Participante 01); “Eu amo um evento. Evento é comigo mesmo. Na Funarte. Os da Funarte. Eu gostei do evento da Vera Verônica, gostei do evento de piano que tem dentro da Funarte”. (Participante 02). Além dos depoimentos dos participantes 03 e 04 transcritos abaixo:

Aquele que teve no CCBB. Eu gosto daqueles eventos. Entendeu? Um dia eu nunca tinha ido nessas coisas que o DJ Chocolate e as mulheres do RAP estavam ai né, na revista 15/16. Sabe, é show esse povo, essas meninas, sabe? Isso, entendeu? E tipo assim. Foi o primeiro evento que eu fui, foi delas. E foi assim, eu estava afim, fui de ônibus, muito bom. Lá no Liberty Mall, vendendo os CDs delas. Entendeu? Fui convidado pra ir e pra mim foi uma honra. Muita honra. (Participante 03).

Sim, eu gosto de ir em eventos para adquirir e ver a cultura. Ali no Mundo Vivo, lá na minha quadra, na 413, foi um evento, uma exposição de quadros. É do lado da D, na 413, você já vê de lá as mesas, umas madeiras, uns bancos, aquelas arvores, só cultura do lado de fora, são uns quadros lá dentro, lindo, lindo, lindo. Parece uma coisa viva, sabe como é? Muito bem feita as coisas. (Participante 04).

Dessa maneira, evidencia-se como o acesso ao lazer, à cultura, influencia na autoestima dos participantes entrevistados, na transformação dos comportamentos individuais e isso

---

<sup>33</sup> Disponível em: < <https://aps.saude.gov.br/smp/smprasredepsicossocial>>. Acesso em: Acesso em: Acesso em: 20 jun. 2021.

contribui, por consequência, na promoção de saúde física e mental. Assim, nada mais justo do que aqueles que falam sobre cultura também consumirem cultura.

Por último, corroborando a explanação de André Noblat - na seção Poucas e Boas da revista Traços número 12 (outubro/ novembro 2016), p.7 - que: “com um colete no corpo, a revista na mão e a cultura na ponta da língua, esses “invisíveis” se tornaram Porta-Vozes da Cultura. Assim, passaram pelos mesmos lugares pelos quais passavam todos os dias, mas desta vez foram abraçados, respeitados como todo ser humano deve ser.”

#### **4.3. A autonomia do Porta-Voz da Cultura para o mundo do trabalho e renda**

No que se refere ao tema em estudo, cumpre mencionar, mais uma vez, que a revista Traços se propõe a contribuir com o desenvolvimento da autonomia pelos integrantes do projeto, via geração de renda. Lembrando - dada a relevância para o desenvolvimento deste tópico - que o Porta-Voz da Cultura fica com 70% do valor de cada exemplar.

Nesse cenário, os participantes de pesquisa foram questionados acerca de algumas questões elencadas abaixo, visando a compreensão dos efeitos do trabalho - na Traços - no que tange à conquista da autonomia.

Para a elaboração das perguntas foram considerados os debates e discussões efetuadas pelo grupo de pesquisa “População em situação de rua (PSR) – políticas públicas, serviços e dispositivos”, no qual foi possível acompanhar a construção do instrumental, para avaliação da autonomia no mundo do trabalho junto à revista Traços.

O referido instrumental era para as pessoas em situação de rua, construído juntamente com parte da equipe da Traços, considerando a necessidade de os organizadores da Traços acompanharem a trajetória dos Porta-Vozes da Cultura, buscando identificar quais demonstraram mais autonomia, a fim de utilizar essas informações para aprimorar o campo do trabalho e da geração de renda.

O instrumental supracitado considera: “como elemento orientador do processo de trabalho desses trabalhadores (PSR) e seus supervisores o conceito de autonomia, conquistada por meio da ampliação de habilidades para lidar com a vida”<sup>(43:02)</sup>.

De modo que, como produto da oficina, estabeleceu-se como dimensões ou graus de autonomia - do mais básico para o mais complexo - sendo o mais básico as possibilidades de autonomia simples para os Porta-Vozes da Cultura e - as mais complexas - as que demandariam maior capacidade de autonomia para o mundo do trabalho e da conquista da renda.

Assim, as seis dimensões estabelecidas do menor para o maior grau de autonomia para a construção do instrumento foram: manter formas de autocuidado; manter uma rotina de venda, ter acesso à moradia; buscar trabalho em outros pontos da rede; dedicação e assiduidade no campo da educação; condições de ir e vir aos locais indicados <sup>(43:02)</sup>.

Ante o exposto, cabe mencionar que alguns desses aspectos foram abordados e trazidos pelos Porta-Vozes entrevistados. No que se refere à rotina de vendas e à pontualidade, todos os entrevistados demonstraram que constroem a rotina de trabalho, gostam de iniciar cedo, sabem dos seus compromissos e conseguem ser pontuais. Em específico:

Eu chego no horário e vou até bem antes do horário. “Pra” gente ir a um evento, a gente primeiro passa pela coordenadora, pelos coordenadores, pelo dono, pelo Reinaldo, aí a gente chega e eles vão. Os Coordenadores, marcam o dia que era “pra” eu ir, marcam o horário, o evento e a gente passa aqui, compra a revista e vai para o evento. (Participante 02).

Os entrevistados, como já citado durante o desenvolvimento deste trabalho, vivenciaram a situação de rua e, hoje, têm acesso à moradia (exceto a entrevistada número 02). Conforme Paiva, et al. <sup>(3:2.600)</sup>: “a ida para as ruas provoca uma ruptura com as formas sociais, geralmente, aceitas de sobrevivência segundo o princípio legitimador do mercado, no qual o trabalho é provedor da moradia, alimentação e demais necessidades”.

Por sinal, o participante número 03 havia saído, recentemente, da situação de rua. Foram 16 anos morando na rua. As condições financeiras de sair da situação de rua já existiam, porém, por escolha pessoal, o entrevistado não almejava mudar para um imóvel, conforme as declarações descritas a seguir:

Faz um mês que já estou na minha casa. Antes estava em situação de rua, mas eu tenho condição de alugar uma casa. Fui até no Varjão uma vez, dei o dinheiro do aluguel, quando entrei dentro da casa, entrei no quarto, entrei em desespero, estava abafado, meti a mão na porta, “vamos, vamos”. Não consigo ficar em lugar fechado, por isso que eu falo é tudo no tempo de Deus. Eu digo: “senhor, eu não quero tá dormindo assim na rua, me ajuda, entendeu?”. Eu não ligo para também não, só que, mais pelo menos ter um lugar fechado, colocar duas madeiras uma do lado da outra assim no teto. Pode deixar aberta lá à noite todinha, só quero um teto para não me molhar, dormir muito tempo na noite, qualquer prédio da asa norte eu aproveitava e ninguém falava nada. (Participante 03).

O participante de pesquisa supracitado também foi retratado na seção “Poucas e Boas”, escrita por André Noblat, da revista Traços n. 31 (janeiro/fevereiro), de 2019, inclusive com sua identidade preservada.

Segundo o relato de André, o participante de pesquisa alcançou autoestima, passou a usar gel no cabelo, conquistou a quantia necessária para comprar roupas, calçados, alimentos, bem como para alugar um local para morar.

A equipe da Traços até insistiu para que ele tomasse essa atitude. No entanto, a insistência fez com que o participante entrevistado sumisse por uns dias. Logo, Noblat, 2019, p. 7 pontua que, a equipe da Traços: “entendeu que estar na rua muitas vezes é uma escolha e que sair da rua também é. Aprendeu que não poderia fazer essa escolha por nenhum dos seus vendedores e sim, no máximo dar condições para que eles possam ter escolha.”

Apesar do mencionado, a entrevistada número 02 está morando na rua há 28 anos. Relatou, ainda, que: “não aguenta mais e vivencia situações de violência.” Continuou narrando: “Eu estou cansada da rua, eu estou querendo é sair da rua. Eu estou cansada de apanhar, estou cansada de ir parar em delegacia, estou cansada de tudo.”

De acordo com Rêgo<sup>34</sup>, 2019, o Brasil registrou - entre 2015 a 2017 - pelo menos 17 mil casos de violência contra pessoas em situação de rua (dados do Ministério da Saúde). Os números foram calculados com base nos registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e levam em conta os casos em que a principal motivação do ato violento era o fato de a pessoa ser vulnerável.

Ademais, no que se refere à capacidade de ir e vir aos ambientes de vendas e eventos culturais (antes do contexto de pandemia, que iniciou em 2020), os Porta-Vozes afirmaram que conseguiam frequentar os locais tranquilamente. Embora o participante de pesquisa número 03 tenha afirmado, como já mencionado no decorrer deste trabalho, que não gosta de atuar em eventos culturais.

Ressalta-se, ainda, que esse é um aspecto importante, pois de acordo com a entrevistada número 05 também é um critério para fazer parte da Traços. Nas palavras da entrevistada:

Então, não pode estar em alto nível de drogadição, não pode ter uma doença mental severa, ele precisa conseguir dialogar sozinho, não pode ter uma doença física severa pois ele precisa se deslocar sozinho, porque ele pode estar em uma cadeira de rodas, mas ele tem que conseguir se locomover sozinho e vender a revista sozinho. A gente trata de autonomia. (Participante 05).

Outrossim, questionou-se os Porta-Vozes da Cultura se estavam em busca de outro trabalho e todos responderam que não. Apesar de se tratar de um projeto social e ser pensado como algo temporário, não há esse propósito por parte dos entrevistados neste trabalho.

A rigor, a entrevistada número 01 afirmou que - se for necessário deixar de ser Porta-Voz - quer ir para outra função dentro da Traços. Contudo, cabe lembrar que conforme a gestora entrevistada, o tempo que a Traços quer fixar para os Porta-Vozes permanecerem no projeto é de no máximo dois anos.

---

<sup>34</sup> Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/06/populacao-de-rua-violencia-estudo/>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

Por último, os entrevistados foram indagados a respeito de laços familiares e comunitários, pela pertinência do tema, considerando que - como asseveram Campos e Campos<sup>(38)</sup> - vale pensar a autonomia como: “capacidade do participante de lidar com sua rede de dependência”, ou seja, para Haeser, et al.<sup>(50:613)</sup>: “a constituição da autonomia depende do próprio participante e da coletividade. O participante é sempre responsável, junto com o coletivo, pela sua constituição e pela constituição do mundo que o cerca”.

Nesse aspecto, a maioria dos participantes entrevistados não possuem laços familiares, seja pela distância, como o participante de pesquisa número 01 - que os familiares residem em São Paulo - seja pelo afastamento, devido ao envolvimento com a drogadição (demais entrevistados).

Em relação aos laços comunitários, todos os entrevistados construíram excelentes redes de apoio, relataram – inclusive - que consideram alguns moradores e comerciantes como amigos, pessoas com quem podem contar, em especial, no atual contexto de pandemia, como cita o participante de pesquisa número 03:

Fogão a Lenha são três empresários (um homem e duas mulheres), mas nunca vi humildade tão grande, me ajudaram bastante nesta pandemia. Na verdade, onde eu vendo a revista todos me ajudaram. A amizade não tem dinheiro que compre, para muitos o dinheiro é o maior. Para mim, a amizade é a melhor coisa que tem, entendeu?

Sendo assim, percebe-se - pelos comentários do participante de pesquisa número 03 e pelos relatos dos demais entrevistados - o quanto a rede de apoio construída, por meio do trabalho como Porta-Vozes da Cultura interfere, positivamente, em suas vidas e ressignifica as relações com a sociedade.

Dessa forma, concordando com Tycanori<sup>(51)</sup> ao exemplificar a questão da autonomia relacionada com a pluralidade de pontos de apoio e sustentação dos sujeitos. Segundo o autor, “somos mais autônomos quanto mais dependentes de tantas mais coisas pudermos ser, pois isto amplia nossas possibilidades de estabelecer novas normas, novos ordenamentos para a vida”<sup>(51)</sup>.

Logo, a conquista da autonomia, pelos Porta-Vozes da Cultura, representa qualidade de vida, possibilidade de fazer escolhas, construir novas relações sociais e modificar os rumos da própria história.

Em suma, a participação dos entrevistados no projeto da revista Traços já viabilizou realizações pessoais e profissionais, alcançadas - em especial - pela oportunidade de trabalho, geração renda e conquista de uma vida digna.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os *street papers*, ao serem comercializado por pessoas em situação de rua ou em extrema vulnerabilidade social, representam mais do que um negócio envolvendo jornais ou revistas. Pelo contrário, tornaram-se uma importante ferramenta para a transformação da realidade social desses participantes.

No decorrer da pesquisa em análise, desenvolveu-se um estudo acerca da revista Traços, *street papers* brasiliense, a qual também possui como característica diferenciada um conteúdo voltado para a cultura de Brasília, além do compromisso com a inclusão social dos seus vendedores - denominados de Porta-Vozes da Cultura.

Por meio do comércio da revista, o Projeto contribui com a geração de renda e a conquista da autonomia - pelos Porta-Vozes - os quais ficam com o percentual de 70% do valor auferido com a venda de cada exemplar.

Nessas circunstâncias, esta pesquisa se propôs a analisar, em especial, o trabalho dos Porta-vozes da Cultura da revista Traços e as repercussões para a promoção da saúde, do ganho de autonomia, da geração de trabalho e renda para as pessoas em situação de rua.

As entrevistas demonstraram que - antes da Traços - os participantes da pesquisa auferiam renda de outras fontes, as quais eram irregulares e insuficientes para contribuir com a garantia dos direitos sociais, como moradia, alimentação, lazer, transporte, previdência social.

Na Traços, no entanto, constatou-se que os Porta-Vozes são considerados trabalhadores autônomos e a renda depende da produtividade de cada indivíduo. Verificou-se, ainda, que é possível estabelecer diálogos entre as pessoas em situação de rua e a sociedade civil.

Os Porta-Vozes participantes tiveram um treinamento antes de começarem a vender a Revista Traços, além de possuírem deveres, como respeitar o Código de Ética e participar das reuniões ofertadas pela Traços.

Nesse sentido, a pesquisa também contribuiu para desmitificar alguns estigmas sociais, como o seguinte: que a população em situação de rua é constituída por indivíduos que não querem trabalhar.

As entrevistas evidenciaram, contudo, que não há nenhum tipo de vínculo formal entre a Traços e os Porta-Vozes da Cultura, por se tratar de uma atividade considerada temporária, a qual possui como propósito viabilizar mecanismos para que os indivíduos se tornem agentes de transformação de suas realidades.

A revista, nesse contexto, contribui com a conquista da independência pelos indivíduos, os quais, em médio prazo, conseguem retomar seus projetos de vida e manter relações sociais importantes, formadas ao longo do processo que envolve a compra e venda da revista.

Assim, por meio das respostas dos participantes entrevistados, evidenciou-se que o trabalho proporciona novo sentido para a vida das pessoas em situação de rua, porquanto a realidade de muitos é transformada, após se tornarem Porta-Vozes da Cultura.

Com efeito, por intermédio das atividades laborais, inicia-se um processo de ressignificação da existência, seja pelos locais que passaram a frequentar e trabalhar - como os bares e restaurantes em que são vendidas as revistas - pois, muitas vezes, esses lugares não os acolhiam e agora tornaram-se parte da rede de apoio.

Além disso, ficou evidente, pelos relatos dos entrevistados, como o trabalho mudou a qualidade de vida dos participantes do projeto, devido ao acesso à cultura, aos treinamentos e à formação para um novo ofício (vendedor), pela possibilidade de acessar ou continuar usufruindo a rede de apoio, por meio de dispositivos como CRAS e CAPS.

Somado a isso, verificou-se a redução ou a interrupção do uso de drogas, o que acabou influenciando diretamente na saúde mental dos participantes, facilitando também o aumento da construção de laços com a comunidade, a qual também se tornou uma rede de apoio. Houve, ainda, a retomada da autoestima, de projetos e sonhos que estavam esquecidos.

Por conseguinte, ficou claro que a visibilidade e o reconhecimento se tornaram palpáveis e, assim, novos patamares foram alcançados, quer pelo ganho de autonomia, quer pelo meio ofertado pela Traços, para que os indivíduos caminhem na direção de uma vida melhor, que proporcione dignidade e o sentimento de pertencimento a sociedade.

O trabalho na Traços - embora de caráter temporário - viabilizou a permanência de todos os entrevistados por mais de três anos no projeto, contribuindo para o aprendizado de um ofício (vendedor), a interação com a sociedade, bem como com o resgate da identidade, tornando-os pessoas que passam a agir como protagonistas, devido ao acesso à cultura, à capacidade de manter os cuidados com a saúde, ao acompanhamento profissional oferecido pela Traços, ao acesso à rede de apoio socioassistencial e à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Compreendeu-se que há desafios, limitações, necessidade de estratégias e ações complementares no trabalho desempenhado com este grupo populacional, considerando a responsabilidade primordial do Estado em atender às demandas sociais (saúde, alimentação, educação) e assegurar os direitos desta população, por meio de políticas públicas.

No desenvolvimento deste trabalho, destacou-se as conquistas alcançadas pela população de rua - como o Decreto n. 7.053 - intitulado Política Nacional da População em

Situação de Rua, que prevê direitos universais do homem, já garantidos na Constituição da República Federativa do Brasil, tais como o acesso ao trabalho, à renda e à saúde.

Observou-se, no entanto, que este grupo populacional ainda carece de incentivos. A título de exemplo, os *street papers*, que são um importante meio de transformação social, necessitam de mais verbas públicas para concretizar ou ampliar os projetos.

No mais, cabe destacar que a pandemia da Covid-19, cujo início ocorreu no ano de 2020, interferiu na execução do trabalho dos Porta-Vozes da Cultura, devido à necessidade de isolamento ou distanciamento social. Os restaurantes e cinemas, por exemplo, ficaram em alguns períodos do ano de 2020 e 2021 fechados.

A população em situação de rua, nesse cenário, ficou mais exposta à contaminação pelo coronavírus que o restante da sociedade. Afinal, a necessidade de isolamento social e constante higiene, para quem não possui um local digno para morar, aliado à discriminação do mercado de trabalho, o qual já os excluía, contribuiu para aumentar o abismo social existente.

Observou-se, assim, que aumentaram os desafios a serem enfrentados pelos Porta-Vozes, no contexto da pandemia de Covid-19, exigindo novas habilidades, a saber: a entrega dos exemplares em domicílio, o uso de tecnologias, aplicativos, para facilitar o recebimento dos valores auferidos com a venda das revistas.

Verificou-se também o aumento de questões que demandam amparo, algumas relacionadas com a saúde mental, como a ansiedade ocasionada pelas incertezas do futuro pós-pandemia, outras com a necessidade de adoção de providências para o recebimento de valores a título de auxílio emergencial, oferecido pelo governo federal, a fim de minimizar as dificuldades enfrentadas nesta fase.

A Traços, nesse contexto, prestou apoio financeiro durante o período da pandemia, entregou cestas básicas e colocou à disposição dos Porta-Vozes da Cultura *kits* básicos de higiene contra a Covid-19.

Além disso, a Traços precisou inovar, em específico, no que tange aos meios de venda da revista, tendo iniciado a atuação no mercado *on-line* e priorizado a destinação, de parte do valor arrecadado, para os Porta-Vozes da Cultura.

Somado a isso, mesmo no contexto de pandemia, em 2021, a Traços conseguiu expandir, passando a ser comercializada também no estado do Rio de Janeiro, ou seja, com a adoção dos cuidados sanitários recomendados (uso de máscara e álcool em gel), os novos Porta-Vozes da Cultura poderão aproveitar as oportunidades de trabalho ofertadas pela Traços nesta localidade.

Dessa forma, analisou-se, o trabalho dos Porta-Vozes da Cultura, o qual pode ser replicado em outras iniciativas, inclusive envolvendo mais pessoas em situação de rua e, por

consequência, contribuir para a transformação social, em particular nas áreas de saúde, moradia e cultura.

Em suma, esta pesquisa almejou inspirar outros estudos acerca da experiência dos *street papers*, por intermédio, especialmente, do trabalho desenvolvido pelos protagonistas desse projeto, no caso da revista brasiliense, os Porta-Vozes da Cultura, considerando os resultados positivos verificados, quais sejam, de conquista da autonomia, melhora na saúde física e mental dos participantes, inclusão social e econômica, o despertar dos sonhos e da vontade de desfrutar a vida, pela oportunidade oferecida pelo trabalho.

## REFERÊNCIAS

- (1) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). Nota técnica nº73. Ipea:2021.
- (2) Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Saúde da população em situação de rua: um direito humano*. Brasília; 2014.
- (3) Paiva IKS, Lira CDG, Justino JMR, Miranda MGO, Saraiva AKM. Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. *Ciênc. saúde coletiva* (on-line) [periódico na Internet]. 2016 [acesso em 20 jul 2021]; 21(8): 2595-2606. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-1232016000802595&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-1232016000802595&script=sci_abstract&tlng=pt)>.
- (4) Hino P, Santos JDO, Rosa ADS. Pessoas que vivenciam situação de rua sob o olhar da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem* (on-line) [periódico na Internet]. 2018 [acesso em 20 jul 2021]; 71: 1-9. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672018000700684&lng=en&nrm=iso/&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672018000700684&lng=en&nrm=iso/&tlng=pt)>.
- (5) Faria HPD, Werneck MAF, Santos MAD, Teixeira PF. O processo de trabalho e seus componentes. *NESCON* (on-line), s/d [acesso em 29 fev 2019]; 1-11. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/4247.pdf>>.
- (6) Freitas, APP. *Recriações da Cidade Inventada: Brasília na Revista Traços e na série Distrito Cultural* [Dissertação de mestrado]. Brasília: Universidade de Brasília; 2018.
- (7) Marx K. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.
- (8) Frigotto G. *TRABALHO*. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Fiocruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2009 [acesso em 20 jul 2021]. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tra.html>>.
- (9) ARENDT, H. *A Condição Humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- (10) Mattos RM, Heloani R, Ferreira RF. O trabalhador em situação de rua: algumas ações coletivas atuais. *PEPSIC* (on-line) [periódico na Internet]. 2008 [acesso em 20 jul 2020]; 6(10): 1-20.

Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-44272008000100007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272008000100007)>.

(11) Neves DR, Nascimento RP, Jr MSF, Silva FA, Andrade ROB. Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. *Cad EPABE.BR* (on-line) [periódico na Internet]. [acesso em 20 jul 2021]; Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/ncWvqK58zG8PqZC5ZQCGz9x/abstract/?lang=pt>>.

(12) Kubo SH, Gouvêa MP, Mantovani DM. Dimensões do Significado do Trabalho e suas relações. *Revista Pretexto* (on-line) [periódico na internet]. 2013 [acesso em 21 jul 2021]; 14 (3): 28-48. Disponível em: <<http://revista.fumec.br/index.php/pretexto/article/view/1408>>.

(13) Tolfo SR, Piccinini. Sentidos e Significados do trabalho: Explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & Sociedade* (on-line) [periódico na internet]. 2007 [acesso em 21 jul 2021]; 1:38-46. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/GnLRwtX3KcddXXjnJ8LgRWy/abstract/?lang=pt>>.

(14) Antunes, R. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

(15) Osorio J. *O Estado no Centro da Mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Edição Revista e Ampliada, 2ª edição; 2019.

(16) Lopes, ML. *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2009.

(17) Brasil. Decreto nº Decreto n. 7053/2009, de 23 de dezembro de 2009. *Institui a Política Nacional para População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências*. Diário Oficial da União[da] República Federativa do Brasil. 23 dez.2009.

(18) Rozendo S. Sapatos nos pés, street papers nas mãos: um caminho para mudança. *Revista Alfajor* (on-line) [periódico na internet]. 2011 [acesso em 20 jul.2021]; 2 (4):1-14. Disponível em: <<file:///C:/Users/almei/AppData/Local/Temp/88239-Texto%20do%20artigo-125053-1-10-20141128-1.pdf>>.

(19) Frangella, S. Corpos errantes urbanos: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo, Brasil, *Rev de Antropologia USP* (on-line) [periódico na internet], 2009 [acesso em 20 jul 2021]. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/37394>>.

(20) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas: *Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop*. Brasília;2011.

(21) Mattos R.M, Ferreira RF. O que vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade* (on-line) [periódico da internet], 2004 [acesso em 20 jul 2021]; 16(2): 47:58. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/r6rMZrKqN9VR8jxhKGVSDDq/?format=pdf&lang=pt>>.

(22) Tiburi, M. “Ninguém mora onde não mora ninguém”. *Cult – Revista Brasileira de Cultura*. 2011, São Paulo, 2011; nº 155: p. 27.

(23) Ministério Público do Distrito Federal e Território. Direitos das Pessoas em Situação de Rua. 1ª Edição, Brasília, 2018. p. 1-28.

(24) Wijik LBV, Mângia EF. Atenção psicossocial e o cuidado em saúde à população em situação de rua: uma revisão integrativa. *Ciênc. saúde coletiva* (on-line) [periódico na Internet]. 2019 [acesso em 20 jul2021]; 24(9): 3357-67. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232019000903357&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232019000903357&script=sci_arttext&tlng=pt)>.

(25) Tavares MA. Acumulação, trabalho e desigualdades sociais. Unidade III – Produção e reprodução da vida social. In: *Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS. 239-254.

(26) Pinheiro SSM, Souza MP, Guimarães KC. Uberização: a precarização do trabalho do capitalismo contemporâneo. *Revista Serviço Social em Debate* (on-line) [periódico na internet]. 2018 [acesso em 20 jul2021]; 1(2): 53-68. Disponível em: <[warllon-journal-manager-6-uberizao.pdf](#)>.

(27) Bouças RLJ. No olho da Rua: trabalho e vida na apropriação do espaço público em Salvador/BA. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia; 2015.

(28) Pinho RJ, Pereira ADFB, Lussi IADO. População em situação de rua, mundo do trabalho e os centros de referência especializado para população em situação de rua (centro pop): perspectivas das ações para inclusão digital. *Cad. Bras. Ter. Ocup* (on-line) [periódico na Internet]. 2019 [acesso em 29 fev 2021]; 27(3): 1-16. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2526-89102019005009102&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2526-89102019005009102&script=sci_arttext)>.

(29) Brasil. *Orientações técnicas*: centro de referência especializado para população em situação de rua (centro pop) e serviço especializado para pessoas em situação de rua. Brasília, 2011.

(30) Rozendo SS. Street papers: jornalismo ou forma de comunicação? *Revista Vozes & Diálogo* (on-line) [periódico na internet]. 2011 [acesso em 20 jul 2021]; 10(1): 1-12. Disponível em: < Street Papers: jornalismo ou forma de comunicação? | Rozendo | Vozes e Diálogo (univali.br)>.

(31) Temer ACR, Tondato MP. A tradição dos Estudos Culturais na Perspectiva das Contribuições Latino- americanas. *Revista Novos Olhares*; [periódico na internet]. 2014 [acesso em 20 jul 2021]; 3 (2). Disponível em:< A Tradição dos Estudos Culturais na Perspectiva das Contribuições Latino-americanas | Novos Olhares (usp.br)>.

(32) Silva LLD, Andrade EA. Autonomia no campo da saúde mental: uma revisão de literatura nacional. *REFACS* (online) [periódico na Internet]. 2020 [acesso em 29 fev 2021]; [6]: 1-11. Disponível em: < <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/2921>>.

(33) Minayo, MCS. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 9a ed. São Paulo: Hucitec; 2006.

(34) Setubal AA. Pesquisa em Serviço Social: Utopia e realidade.5ª ed –Cortez, 2013.

(35) Lima TCS de; Mioto RCT. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Katál, Florianópolis, v.10, spe, 2007.

(36) Bardin L, (2011). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70.

(37) Fleury-Teixeira P, Vaz FAC, Campos FCC, Alvarez J, Aguiar RAT, Oliveira VA. Autonomia como categoria central no conceito de promoção de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.13, Sup 2, p.2115-2122, 2008.

(38) Campos RTO, Campos GWS. Construção de autonomia: o sujeito em questão. In: Tratado de Saúde Coletiva. 2006. p. 1–22.

(39) Buss PM, Filho AP. A saúde e seus determinantes sociais. *PHYSIS: Ver. Saúde Coletiva*(on-line) [periódico na Internet]. 2007 [acesso em 20 jul2021]; 17(1): 77-93.

Disponível em: < SciELO - Brazil - A saúde e seus determinantes sociais A saúde e seus determinantes sociais>.

(40) Terragno PC, Nascimento A. Uberização e precarização do trabalho: a nova relação de emprego e as consequências do não reconhecimento de vínculo empregatício pelos tribunais. *Revista Severa Verum Gaudium* (on-line) [periódico na Internet]. 2020 [acesso em 20 jul 2021]; 5 (1). Disponível em: < Res Severa Verum Gaudium (ufrgs.br)>.

(41) Granemann S. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: *Serviço Social direitos sociais e competências profissionais*. CFESS/ABEPS (Orgs.). Brasília, CFESS, 2009. p.223-224.

(42) Passos et al. Construção do instrumento de avaliação de autonomia para o mundo do trabalho e renda junto à revista traços para pessoas em situação de rua. Fiocruz.2020. Disponível em: < <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/45056>>.

(43) Almeida SF. População em situação de rua e o retorno à educação escolar: entre dificuldades e possibilidades. *Congr. Intern. Pedagogia Social*. [periódico na internet]. 2012 [acesso em 17 out 2021]. Disponível em: < [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000092012000200030&lng=en&nrm=iso](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092012000200030&lng=en&nrm=iso)>.

(44) Simões C. *Curso de Direito do Serviço Social*. 7ª edição. São Paulo: Cortez; 2014.

(45) Valverde FL, Godoy MGG, Viegas RF. O STREET PAPER OCAS” NA AVALIAÇÃO DE SEUS LEITORES. In: *Comunicação: meios e mídias no contexto da pós-verdade*. Ponta Grossa – PR: Atenas Editora; 2021. Página 189-197.

(46) Haddad JCM. *Street papers: comunicação e inclusão social*. São Paulo: programa de Pós-graduação em mestrado Comunicação da Faculdade Cásper Líbero; 2007.

(47) Aguiar MM, Iriart JAB. Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil. *Cad. Saúde Pública* (on-line) [periódico na Internet]. 2012 [acesso em 20 jul 2021]; 28(1). Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csp/a/g7b5Pxr9Js8jDyXBRJTK4XL/?lang=pt&format=pdf>>.

(48) Santos MPG. *Comunidades Terapêuticas e a disputa sobre os modelos de atenção a usuários de droga no Brasil*. Ipea. [periódico na internet]. s/d [acesso em 17 out 2021]. Disponível em:< <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9444/1/Comunidades.pdf>>.

(49) Londero MFP, Ceccim RB, Bilibio LF. Consultório de/na rua: desafios para um cuidado em verso na rua. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu* (on-line) [periódico na internet]. 2014 [acesso em 20 jul 2021]; 18 (49). Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832014000200251](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832014000200251)>.

(50) Haeser LM, Buchele F, Brzozowski FS. Considerações sobre a autonomia e a promoção da saúde. *Physis Revista de Saúde Coletiva* (on-line) [periódico na internet]. 2012 [acesso em 20 jul 2021]; 22 (2). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/LM8L8QHLSLyn9vkb7gqgb4p/?format=pdf&lang=pt>>.

(51) Tykanori R. Contratualidade e reabilitação psicossocial. In: Pitta FAM, editor. *Reabilitação Psicossocial no Brasil*. Editora Hucitec; 1996.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA A ENTREVISTA COM PORTA-VOZ DA CULTURA (TCLE)



Prezado (da),

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa de mestrado intitulada “**A revista Traços e a geração de trabalho e renda para pessoas em situação de rua: perspectivas sobre o trabalho do Porta- Voz da Cultura**”, conduzida por Valdenise Barreto de Almeida, mestranda no Curso de Políticas Públicas em Saúde, orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Fabiana Damásio, na FIOCRUZ/ DF. O objetivo deste estudo é analisar o processo de trabalho dos Porta-vozes da Cultura da revista Traços e suas repercussões para a promoção da saúde, a autonomia e a geração de trabalho e renda de pessoas em situação de rua. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa. Assim, gostaria de consultá-lo (la) sobre o seu interesse e disponibilidade em cooperar com a pesquisa. Dessa maneira, sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de entrevista individual semiestruturada, que tem o intuito de ouvir e compreender como ocorre o trabalho do Porta-Voz da Cultura, quais as condições deste trabalho, e questões relacionadas à saúde e a autonomia do participante entrevistado. Esta entrevista será gravada e arquivada em meio digital, no período de 5 anos, sob minha responsabilidade. Os riscos à sua saúde por participar no projeto são mínimos. Entretanto, é possível que você se sinta desconfortável em algum momento anterior ou durante a realização da entrevista. Solicitamos que nos comunique nessa eventualidade, para que possamos adotar providências para reduzir ou eliminar este desconforto. Sua participação é importante, voluntária, não remunerada e nem implicará em gastos de qualquer natureza. Além disso, vai gerar informações que serão úteis por se tratar de uma pesquisa, pouco explorada pela academia, a mesma trará contribuições para a saúde da população em situação de rua e para experiências; políticas públicas, que proporcionem a geração de trabalho e renda para esse grupo populacional, haja vista a experiência dos jornais de rua, em especial, nesta pesquisa, da Traços. Dito isso, você também é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento, não havendo nenhum tipo de prejuízo ou penalidade. Durante a pesquisa, antes e após a sua participação, seus dados serão mantidos em sigilo. A pesquisadora responsável se comprometeu a tornar públicos no meio acadêmicos e científico os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o participante de pesquisa.

Atenciosamente,

Valdenise Barreto de Almeida  
Mestranda em Políticas Públicas em Saúde



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**  
Brasília

**Contato do responsável pela pesquisa:**

Nome: Valdenise Barreto de Almeida  
Endereço: Avenida L3 Norte, S/N - Campus Universitário Darcy Ribeiro  
Bairro: Asa Norte  
CEP: 70910-900  
Cidade: Brasília/DF  
Telefones p/contato: (61) 982158768 (pode ligar a cobrar)  
E-mail: [barretovaldenise@gmail.com](mailto:barretovaldenise@gmail.com)  
Instituição: Escola Fiocruz de Governo, FIOCRUZ Brasília

**Contato da Orientadora:**

Nome: Maria Fabiana Damásio Passos  
Diretora da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília  
Endereço: Avenida L3 Norte, S/N - Campus Universitário Darcy Ribeiro  
Bairro: Asa Norte  
CEP: 70910-900  
Cidade: Brasília/DF  
Telefones p/contato: 61-984587002 (pode ligar a cobrar)  
E-mail: [damasio.fabiana@gmail.com](mailto:damasio.fabiana@gmail.com)  
Instituição: Escola Fiocruz de Governo, FIOCRUZ Brasília

**ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação na pesquisa, dirija-se ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Governo FIOCRUZ/BSB. Avenida L3 Norte, S/N - Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A, Asa Norte, CEP: 70910-900, Brasília/DF, Telefone: (61) 3214-1041 e-mail: [cepbrasil@fiocruz.br](mailto:cepbrasil@fiocruz.br)**

**1. Assinale uma das opções abaixo:**

- ( ) **Aceito**, consentindo de forma livre e esclarecido(a) participar da pesquisa.
- ( ) **Não aceito** participar da pesquisa

**2. Dados de identificação:**

Nome completo:	
Endereço de e-mail preferencial:	
Telefone de contato preferencial:	
Data:	
Local:	
Assinatura	

## **APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA A ENTREVISTA COM GESTOR OU FUNDADOR DA TRAÇOS (TCLE)**



Prezado (da),

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa de mestrado intitulada “A revista Traços e a geração de trabalho e renda para pessoas em situação de rua: perspectivas sobre o trabalho do Porta- Voz da Cultura”, conduzida por Valdenise Barreto de Almeida, mestranda no Curso de Políticas Públicas em Saúde, orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Fabiana Damásio, na FIOCRUZ/ DF. O objetivo deste estudo é analisar o processo de trabalho dos Porta-vozes da Cultura da revista Traços e suas repercussões para a promoção da saúde, a autonomia e a geração de trabalho e renda de pessoas em situação de rua. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa. Assim, gostaria de consultá-lo (la) sobre o seu interesse e disponibilidade em cooperar com a pesquisa. Dessa maneira, sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de entrevista individual semiestruturada, que tem o intuito de ouvir e compreender como foi a criação da revista Traços, de que maneira ocorre a geração de trabalho e renda para pessoas em situação de rua por meio da venda da revista e sobre o processo de trabalho do Porta-Voz da Cultura. Os riscos à sua saúde por participar no projeto são mínimos. Entretanto, é possível que você se sinta desconfortável em algum momento durante a realização da entrevista. Solicitamos que nos comunique nessa eventualidade, para que possamos adotar providências para reduzir ou eliminar este desconforto. Sua participação é voluntária e não remunerada nem implicará em gastos de qualquer natureza. Você também é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento, não havendo nenhum tipo de prejuízo ou penalidade. Durante a pesquisa, antes e após a sua participação, seus dados serão mantidos em sigilo. A pesquisadora responsável se comprometeu a tornar públicos no meio acadêmicos e científico os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o participante de pesquisa.

Atenciosamente,

Valdenise Barreto de Almeida  
Mestranda em Políticas Públicas em Saúde



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**  
Brasília

**Contato do responsável pela pesquisa:**

Nome: Valdenise Barreto de Almeida  
Endereço: Avenida L3 Norte, S/N - Campus Universitário Darcy Ribeiro  
Bairro: Asa Norte  
CEP: 70910-900  
Cidade: Brasília/DF  
Telefones p/contato: (61) 982158768 (pode ligar a cobrar)  
E-mail: [barretovaldenise@gmail.com](mailto:barretovaldenise@gmail.com)  
Instituição: Escola Fiocruz de Governo, FIOCRUZ Brasília

**Contato da Orientadora:**

Nome: Maria Fabiana Damásio Passos  
Diretora da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília  
Endereço: Avenida L3 Norte, S/N - Campus Universitário Darcy Ribeiro  
Bairro: Asa Norte  
CEP: 70910-900  
Cidade: Brasília/DF  
Telefones p/contato: 61-984587002 (pode ligar a cobrar)  
E-mail: [damasio.fabiana@gmail.com](mailto:damasio.fabiana@gmail.com)  
Instituição: Escola Fiocruz de Governo, FIOCRUZ Brasília

**ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação na pesquisa, dirija-se ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Governo FIOCRUZ/BSB. Avenida L3 Norte, S/N - Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A, Asa Norte, CEP: 70910-900, Brasília/DF, Telefone: (61) 3214-1041 e-mail: [cepbrasil@fiocruz.br](mailto:cepbrasil@fiocruz.br)**

**1. Assinale uma das opções abaixo:**

- ( ) **Aceito**, consentindo de forma livre e esclarecido(a) participar da pesquisa.  
( ) **Não aceito** participar da pesquisa

**2. Dados de identificação:**

Nome completo:	
Endereço de e-mail preferencial:	
Telefone de contato preferencial:	
Data:	
Local:	
Assinatura:	

## **APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PORTA-VOZ DA CULTURA**

### **I – IDENTIFICAÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

Idade:

Sexo: ( ) M ( ) F

Quanta a raça ou etnia: ( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Indígena ( ) Amarela

Renda individual (média em Salário Mínimo):

Qual a sua escolaridade?

Naturalidade:

### **II – DADOS SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL**

Qual a sua forma de contratação pela Traços?

Tem quanto tempo que você trabalha como Porta-Voz da Cultura?

Quais atividades você realiza como Porta-Voz da Cultura?

Quais foram as razões que levaram a participar do projeto de venda da revista?

Você geralmente vende a revista para novos leitores ou já tem um público fiel?

Se você não vender nenhuma revista, qual será a sua renda fixa?

Quais são as formas de venda da revista e como pode ser efetuado o pagamento?

Você acredita que citar que está em situação de rua pode conquistar o leitor? Você comenta sobre sua história de vida ou situação atual?

Você tem conhecimento do conteúdo que está inserido na revista que está vendendo?

Costuma comentar sobre as pautas da revista com os clientes?

Como é a recepção dos clientes e comerciantes nos locais em que realiza a venda da revista? Já passou por alguma situação de preconceito?

Qual a importância do trabalho na Traços para você?

A COVID-19 (doença causada pelo novo Coronavírus) impactou na venda da Revista Traços e na execução do seu trabalho como Porta-Voz da Cultura?

### **III- CONDIÇÕES DE TRABALHO**

Como você começou a trabalhar na Traços?

Você recebeu treinamento para atuar como Porta-Voz da Cultura?

Qual é o seu horário de trabalho?

Quais são os locais que você vende a revista?

Como ocorre a designação do ponto de vendas? Você almeja outro ponto?

Você recebe auxílio transporte ou outro tipo de benefício em decorrência do trabalho?

Há cobrança para o cumprimento de metas e resultados? Caso sim, como isso ocorre?

#### **IV – DADOS RELACIONADOS À SAÚDE E AUTONOMIA**

Atualmente você está em situação de rua?

Antes da Traço você tinha alguma atividade geradora de renda?

Qual a sua percepção sobre sua saúde e a qualidade de vida antes e após a Traços?

Você frequenta algum dispositivo de saúde e/ou da assistência social?

Já precisou ficar afastado/a do trabalho em detrimento de adoecimento? Existe alguma intervenção da Traços neste sentido? Caso sim, qual é e como se dá?

Consegue ser pontual e estar nos locais solicitados sozinho?

Consegue administrar os recursos financeiros advindos com a venda da revista sozinho?

Você acessa ou “consome” cultura?

Você está ou pretende procurar por outros trabalhos?

Você possui laços familiares ou comunitários?

#### **APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM GESTOR**

##### **I – IDENTIFICAÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**Idade:**

**Sexo:** ( ) M ( ) F

**Qual a sua formação?**

##### **II – DADOS SOBRE O TRABALHO PROFISSIONAL**

Qual o cargo/função que você ocupa/desempenha?

Qual o seu tipo de vínculo empregatício?

Há quanto tempo faz parte da Traços?

##### **III- DADOS SOBRE A REVISTA TRAÇOS**

Por que o nome Traços?

Como surgiu a ideia da revista?

Qual o objetivo da revista Traços?

Qual o público alvo da revista?

Como a cultura é trabalhada como elemento transformador pela Traços?  
A revista traz a voz da população em situação de rua ou é feita por ela?  
Alguém ajudou vocês a lançar a revista? Como foi o lançamento?  
Qual é a periodicidade da revista?  
Há patrocinadores? Se sim, quem são eles?  
Como o recurso disponibilizado é utilizado?  
A quantidade de venda da Traços consegue patrocinar a impressão da revista?  
A revista é vendida em Brasília e no Distrito Federal?  
Há pontos de venda definidos? Se sim, quais os motivos para a escolha dos pontos de venda?  
Como é feita a distribuição da revista?  
Como é trabalhado a divulgação da revista?  
Quais são as principais formas de venda da revista?  
Quem define as pautas, fotografia e a capa da revista?  
Qual o efeito da COVID-19 (doença causada pelo novo Corona Vírus) na venda da Revista Traços?

#### **IV- DADOS SOBRE O PORTA-VOZ DA CULTURA**

Há critérios na contratação para ser Porta-Voz da Cultura? Se sim, quais são eles?  
Quais as vantagens e desvantagens de empregar população em situação de rua?  
Como ocorre o recrutamento e quais são as exigências para a pessoa ser um Porta-Voz da revista Traços?  
Quantos vendedores trabalham hoje?  
Como é construída a identidade de Porta-Voz da Cultura?  
Como funciona o processo de trabalho do Porta-Voz da Cultura?  
Há treinamento para os vendedores?  
Os porta-vozes sabem ler e escrever?  
Por quanto tempo é possível permanecer vendendo a revista?  
Há registro sobre conduta individual?  
Quando um vendedor deixa de ser vendedor?  
O Porta-Voz da Cultura tem renda fixa?  
Os Porta-Vozes demonstram algum tipo de planejamento financeiro? Há preocupação com esse aspecto da vida do participante?  
Qual a garantia trabalhista que o Porta-Voz da Cultura tem, por exemplo, se ficar doente ou gestante?

Com a COVID-19 (doença causada pelo novo Coronavírus) como ficou o trabalho do Porta-Voz da Cultura?

Algum Porta-Voz já relatou sofrer violência ou preconceito durante o trabalho?

Vocês procuram ter notícias das pessoas que passaram pela Traços?